



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0832/05	DATA: 14/6/2005
INÍCIO: 17h19min	TÉRMINO: 22h07min	DURAÇÃO: 04h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h47min	PÁGINAS: 101	QUARTOS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.
ELIELSON AYRES DE SOUZA - Interventor do IBAMA no Mato Grosso.
FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA - Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há falha na gravação.
Há intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Grafias não confirmadas: Buazetti.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Boa-tarde a todos. Declaro aberta a 29ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontra-se sob a bancada a cópia da ata da 28ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvirmos as seguintes pessoas: Sr. Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA; Sr. Elielson Ayres de Souza, interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; e o Sr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA.

Neste momento, eu convido o Sr. Marcus Barros, Presidente do IBAMA, para tomar assento à mesa. Inicialmente, ao conceder a palavra ao Sr. Marcus Barros, esta Presidência o agradece pela presteza no atendimento ao convite formulado por esta Comissão e também o parabeniza pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Presidência do IBAMA.

Dando prosseguimento aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Marcus Barros, que terá o prazo de até 20 minutos para prestar esclarecimentos, caso queira usar a palavra.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, imprensa, meus senhores e minhas senhoras. Agradeço, em nome do IBAMA, o convite honroso desta Casa para aqui prestar esclarecimentos acerca da Operação Curupira. Trouxe os dados a esta Comissão em meio magnético, os quais serão apresentados naquela tela.

(Segue-se exibição de imagens.)



Objetivo da Operação Curupira. Os 2 objetivos gerais cumpridos foram combater o desmatamento ilegal e a exploração florestal ilegal também na Amazônia, por meio do desmonte do esquema de fraude e corrupção instalado no IBAMA do Mato Grosso e que tinha uma circunvizinhança muito expressiva dos madeireiros, dos despachantes, de falsos empresários. Isso teve início desde a década de 90. Essa ação é parte da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, lançado pelo Presidente Lula em 15 de março de 2004, no Estado do Acre. Próxima tela. Aqui um rápido histórico, uma síntese. No dia 18.09.03, o Procurador do IBAMA expede Ordem de Serviço nº 18, designando o Procurador Federal Curt Trennepohl e outros servidores para realizar uma investigação na Gerência Executiva de Sinop, no Mato Grosso. No dia 30 de junho de 2004, o Presidente do IBAMA e a Procuradoria-Geral Federal, AGU, emitem a Portaria nº 838, compondo a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar os fatos apontados pelo relatório de investigação na Gerência Executiva de Sinop. Em 5 de agosto de 2004, com base no apurado pelo Processo Administrativo Disciplinar — PAD, da Gerência de Sinop, no norte do Mato Grosso, e nas denúncias não investigadas até 2002, e ainda nas novas denúncias surgidas em 2003 e 2004, a Procuradoria-Geral do IBAMA expede a Ordem de Serviço nº 10, criando Grupo de Trabalho Especial para realizar investigação em toda estrutura do IBAMA no Mato Grosso. Em 13.9.2004, o Presidente do IBAMA edita a Portaria 1.316, em substituição à Ordem de Serviço nº 10, conferindo maior abrangência à apuração das irregularidades do Mato Grosso, porque o início do processo apontava que não se tratava de um fato estritamente pontual. Em 31 de março de 2005, há edição de Instrução Normativa nº 64, determinando o recadastramento da indústria madeireira em toda Amazônia até 30.4.2005 e a suspensão da emissão de ATPFs para as empresas não recadastradas. Essa síntese do histórico tem como objetivo mostrar para os senhores Deputados e Deputadas, senhores e senhoras da audiência, que houve uma preocupação inicial, através de indícios muito bem definidos e concretizados, através do estudo inicial do IBAMA, a partir da Gerência II de Sinop, de que coisas e fatos muito graves estavam ocorrendo nessa área de domínio e de responsabilidade do IBAMA, coisas que, como já disse anteriormente, nós já sabíamos, através de relatos formais, desde a década de 90. Algumas ações ocorreram no sentido de já começar a aclarar



a essa época esses pontos, mas a terminalidade nunca se deu de fato e atingiu a extensão do problema, que, no avançar do processo, nós começamos a ver que não era de Sinop, não era de Cuiabá, não era do Mato Grosso. O processo se estendia onde o desmatamento legal ou ilegal existia. E que isso se estendia e tinha uma ligação com o que o IBAMA já tinha visto ocorrer anteriormente, através de um dos seus Procuradores aqui presentes, Dr. Elielson Ayres, no Estado de Rondônia. E que determinadas ramificações também se davam para outros lugares da Amazônia. Então, a operação ela necessariamente precisava, antes de tudo, de um foco, e para esse foco nós escolhemos os fluxos das ATPFs. E precisava também de uma certa delimitação inicial, sob pena de nós perdermos a objetividade. Próximo, por favor. *(Pausa.)* O alvo dessas investigações: 4 Gerências Executivas — então, o foco foi sobre 4 Gerências Executivas: a de Cuiabá, que é Gerência I do Estado, Sinop, Barra do Garça e Juína; 8 escritórios regionais: Pontes e Lacerda, Cáceres, Alta Floresta, Aripuanã, Guarantã do Norte, São José do Rio Claro, Rondonópolis e Juara. As investigações se estenderam para Municípios do Estado de Rondônia, como já falei, e Municípios do Estado do Pará. Essa operação, quer dizer, à medida que o nosso Procurador e equipe viam que a questão se estendia com essa amplitude e era multifacetada, para concretização do processo investigatório seria fundamental que contássemos com outras forças da sociedade. E nosso Procurador, então, procurou buscar parcerias fundamentais nesse processo. Uma das parcerias fundamentais foi a Polícia Federal, porque também os papéis vão tomando complexidades e peculiaridades de acordo com essas instituições. O Ministério Público teve participação também significativa, e se criou, então, um tripé dessas instituições na perspectiva de se cumprir essa fase inicial. Chamou-se essa operação de Operação Curupira, por razões que os brasileiros todos conhecem, que é a proteção que esse ente dá à floresta. Eu particularmente tinha outra idéia. Quando eu vi os relatórios da nossa Procuradoria, atuando na área, no *front* desse processo, eu tive outra idéia menos romântica: entendi que essa operação deveria se chamar “Navalha na Carne”, não só para homenagear o Plínio Marcos, mas porque eu sentia que nós tínhamos que decididamente de cortar na carne. Porque a questão da corrupção não só evidenciava uma das facetas do necessário combate ao desmatamento da Amazônia, que é decididamente multifacetado, mas essa questão se espalhava por todos os rincões onde decididamente havia floresta em pé,



havia atividade econômica, havia troca dessa atividade econômica pela derrubada da floresta em pé. E aí todo o processo que envolve essa ilicitude precisava decididamente de uma ação multilateral. E essa ação multilateral, na sua consecução, ela contou com 31 agentes do IBAMA e 400 agentes da Polícia Federal, constituindo-se, segundo a própria Polícia Federal, a Operação Curupira, na maior ação que a Polícia Federal já mobilizou de seus agentes comungados, no caso, com os agentes do próprio IBAMA. Por que essa introdução nos passos iniciais da minha abordagem? Porque é fundamental que se deixe claro para esta Casa, para a imprensa, para os servidores do IBAMA aqui presentes que, apesar de não haver a pirotecnia do IBAMA, apesar de haver a discricção do IBAMA, a “Navalha na Carne” foi o início — e eu quero lhes dizer isso também publicamente — de uma operação que não se prende ao norte de Mato Grosso, que não se prende à extensão do norte do Mato Grosso para Rondônia e que não se prende para a extensão do Pará. Não vai só prender, como se fizeram prisões no Paraná., mas essa operação se desdobra numa outra operação chamada “Arribação”, em convênio com a Polícia Federal. Ela tem o seu foco inicial no IBAMA olhando para o IBAMA, o IBAMA olhando para dentro de si. Essa é uma estratégia de combate à corrupção, essa é uma estratégia institucional de depuração de servidores do IBAMA, alguns inclusive que tinham o perfil de bons servidores e que se contaminaram com esse vírus nesse processo. E nós acompanhamos um pouco da história de alguns, e alguns que já estavam nesse processo há algum tempo. Mas é fundamental que fique claro aqui que o IBAMA olhou para dentro de si, que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA iniciaram um processo de depuração. E aqui é fundamental também que as outras instituições que compuseram o tripé tiveram um papel fundamental, porque o IBAMA não é polícia. Mas o IBAMA eticamente tem que ter esse entendimento, de olhar para si, de depurar, na perspectiva de poder avançar como instituição que se confronta com problemas sérios e graves ambientais, que tem que cumprir uma legislação importantíssima construída nesta Casa, mas que precisa depurar também. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Que resultados preliminares tivemos? Preliminares a que eu me refiro são as ações do Dr. Elielson e equipe em Sinop, aquilo que eu estou chamando de “Ação Índice” em Sinop. Dessa ação inicial, de 2003, nós conseguimos a demissão de 3 servidores de carreira do IBAMA, através de Processos Administrativos Disciplinares, que eu repito



e reafirmo que foi a “Ação Índice”. Quer dizer, quando se começou a tentar drenar aquilo, nós vimos que a extensão da lesão era muito maior. Mas a lesão focal inicial foi isso. E, pela primeira vez, nós conseguimos demitir um Procurador Federal, através da AGU. Essa foi uma ação que não é corriqueira em cada dia no processo administrativo. Essa “Ação Índice” ela é muito pesada à medida em que a gente chega não só a começar a cortar na própria carne: os primeiros 3 servidores envolvidos nesse ponto índice de Sinop, mais o próprio Procurador Federal que tinha, na AGU, a sua atividade independente da própria instituição IBAMA. Exoneração de Gerente Executivo e Chefe de Serviço de Sinop, já fruto dessa ação que ocorreu em janeiro de 2005, e o chefe de escritório de Rondonópolis também em maio de 2005. É a “pré-Curupira”, como eu chamarei. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Os resultados da investigação. Foi descoberta uma quantidade inicial... porque a imprensa, às vezes, determinados setores da imprensa, coloca assim: “Não, agora o IBAMA...”. Quer dizer, o IBAMA parece que se transforma em vítima, quando não é esse o papel. Eu quero mostrar aqui claramente por onde iniciou o processo e que o foco inicial de Sinop e os outros focos espalhados em todos os escritórios e Gerências II, como Juína, Barra do Garça, eles trouxeram no seu entorno corruptos e corruptores. Ou seja, foi descoberta uma quantidade inicial de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA. Na nossa sede do Mato Grosso tinha 431 empresas que não existiam cadastradas no IBAMA de Mato Grosso. O volume estimado de madeira serrada fraudada, 1.9 milhões de metros cúbicos. Quando nós juntamos — e eu disse no início que essa era uma parte da operação de combate ao desmatamento da Amazônia — e quando nós mostramos para o mundo inteiro os índices de desmatamento, cabia a nós, aparelho do Estado, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, buscar razões outras que não aquelas estritamente econômicas. E nós cortamos na carne, mostrando que aquele índice de desmatamento do Mato Grosso que se destacava em Mato Grosso e em Rondônia, diferentemente dos demais índices dos 5 Estados da Região Norte do Brasil que haviam diminuído o desmatamento, e Mato Grosso saltava, quer dizer, não era única e exclusivamente devido à questão econômica do Mato Grosso. Mas havia uma questão legal e ética por trás disso que, como vamos ver no desenvolvimento da explanação, não só o IBAMA, mas o outro aparelho ambiental, a outra organização do Estado do Mato Grosso, que é a FEMA, estava totalmente



comprometida no descumprimento da lei e facilitava a devastação de uma maneira agressiva. A exoneração de todos os ocupantes de cargos de confiança envolvidos foi também o resultado dessa investigação. Só um destaque também: essa ação sincrônica entre exonerar e repor para não parar a máquina, foi outra operação extremamente difícil para o IBAMA, que tem já certa carência de pessoal. Na medida em que ele retira 40 pessoas de um *front* no Mato Grosso, para ele repor, ao mesmo tempo, de uma maneira sincronizada, os 40 no mesmo espaço, foi uma das operações tão complicadas como deslocar 480 policiais da Polícia Federal para o Estado. Expedição de mandados de prisão. Empresários e respectivos procuradores, chamados despachantes. Servidores do IBAMA de carreira e cargos comissionados foram todos exonerados; dos cargos comissionados, evidentemente. Expedição de 96 mandados de busca e apreensão. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Ilícitos que a operação apurou quanto aos nossos próprios servidores. Eu quero dizer — é uma coisa emocional, e a aqui deve ser a Casa da racionalidade — que não surgiu a quem executava a operação nenhum prazer em fazer isso. Muito pelo contrário: magoou-nos profundamente nós termos que atuar contra os nossos próprios companheiros, contra os nossos próprios colegas. E alguns companheiros mesmo que desfrutavam da nossa amizade, como era o nosso gerente, pois é natural a Presidência da Casa estar próxima ao Gerente estadual do IBAMA. Então, foi uma coisa muito dura, muito traumatizante. Mas houve a inserção de volumes irregulares. Qual era o foco nos servidores? A inserção de volumes irregulares no Sistema de Fluxo de Produtos e Subprodutos da Floresta, um sistema chamado SISMAD, do IBAMA. Entrega de Autorização para Transporte de Produtos Florestais, ATPF, a empresas que sequestrar prestavam contas. Porque, nesse processo da liberação de ATPFs, no final é que são prestadas as contas para o IBAMA. Uma das guias volta para o IBAMA para que se preste conta. Então, não havia isso. Concessão de crédito ilegal de reposição florestal e reflorestadoras. O processo de concessão para o desmate. Junto a esse processo tem todo um complexo. Só se libera, por exemplo, a ATPF, quando existe o crédito, no caso legal, de reposição florestal para as reflorestadoras. Quando isso não há, o processo está comprometido, e o que nós observamos ainda foi a emissão de laudos falsos de vistoria de inspeção industrial. Quer dizer, ia se fazer a inspeção em determinadas indústrias e simplesmente esses laudos eram falsos e não mostravam ou não



demonstravam sequer, às vezes, a presença dessas empresas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Ainda, nós, Dr. Elielson e equipe — e ele vai explicitar, porque a abordagem dele é depois da nossa — observaram o que chamamos de advocacia administrativa, ou seja, recebimento de propina em conta pessoal referente à venda de ATPF para empresas, algumas fantasmas; exigência de propina para liberação de caminhões no Trevo do Lagarto. O Trevo do Lagarto é próximo a Cuiabá, Várzea Grande, e é lá onde o IBAMA faz um de seus postos de verificação de carga no transporte de floresta. Então, o nosso trabalho observou a exigência e, às vezes, havia a distribuição de propina nesse local de supervisão do tráfico de madeira, recebimento de propina para liberação de ATPF para empresas irregulares ou empresas fantasmas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Ainda quanto aos servidores, termo de compromisso de averbação de reserva legal em desacordo com a Medida Provisória nº 2.166, que determina um percentual de 80% de reserva legal em área de floresta e 35% em área de cerrado. Aqui foi uma das questões centrais no que diz respeito à extinção da FEMA, Fundação Estadual do Meio Ambiente, porque se criou uma política no Mato Grosso onde a Medida Provisória nº 2.166 não tinha função, papel de lei para o Governo do Mato Grosso do Sul e para a sua FEMA. Então, o Governo entendia que ele podia desmatar até 50% em mata de transição, quer dizer, os senhores podem imaginar o que significa isso num Estado que tem o cerrado, a mata de transição e a Amazônia. O estender-se pela mata de transição e o estender-se mais ainda pela Amazônia seria entender que a legislação do cerrado se prestava para a Amazônia, descumprindo a Medida Provisória nº 2.166. Com isso, os senhores e as senhoras podem entender a extensão do nível de devastação para o plantio de grãos: quer dizer, é muito expressivo. O Estado do Mato Grosso tinha consigo nesse descumprimento um avanço desenfreado dessa atividade econômica em detrimento da floresta amazônica. O cancelamento de averbação do plano de manejo no Cartório de Registro de Imóveis sem o devido processo. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Quanto aos empresários na operação. Pagamento de propina para aprovação irregular de planos de manejo florestal e projetos de reflorestamento para cumprimento de reposição florestal; aquisição de ATPF de empresas fantasmas, visando regularizar volume de produtos e subprodutos florestais no sistema, no SISMADE. Essa questão das empresas fantasmas, quando o nosso procurador e a Polícia Federal, agora no caso, foram localizar essas



empresas num mecanismo de *feedback* de averiguação é folclórico dizer — e isso nos foi passado nos relatórios — que havia empresas localizadas em apartamentos residenciais — não sei como puxavam a tora lá para cima... Havia empresas em cemitérios, havia empresas em chiqueiros. A impunidade era tão marcante que os criminosos resolviam dar qualquer endereço das empresas, porque sabiam que as coisas não iriam acontecer. Compra de crédito e reposição florestal inferior ao consumo anual declarado. Extração irregular de madeira em unidade de conservação, terras indígenas e áreas não autorizadas. Próximo, por favor. (*Pausa.*) Quanto aos chamados “despachantes”, o que nós observamos? Uso de procurações falsas para representar firmas perante o IBAMA; introdução de dados na primeira via ATPF não condizentes com a segunda via. Na linguagem corriqueira, chama-se de ATPF calçada, quer dizer, a primeira via tem um valor de 3 metros cúbicos, por exemplo, mas a via de baixo, calçada, recebia 30 metros cúbicos — só para dar um números. Quer dizer, as outras vias não correspondiam à via de face. Criação e utilização das empresas, e eu aqui já mencionei — mas aí é a criação mesmo das empresas fantasmas —, pagamento de propina a servidores do IBAMA no Mato Grosso e adulteração e falsificação de ATPF. Fundação Estadual do Meio Ambiente, FEMA. A FEMA, como eu abordei anteriormente, produzia emissão de licenças de desmatamento em desacordo com a Medida Provisória nº 2.166/01. Próximo, por favor. (*Pausa.*) Feito esse diagnóstico, nós deveríamos, em seqüência, anunciar as novas medidas de implementação no Mato Grosso. E o que fizemos? Criação da operação Arribação — porque voa para todos os lugares, não é localizada —, por meio de assinatura de convênio para uma ação permanente com a Polícia Federal para apuração de denúncias junto ao IBAMA em todo o Brasil, mas com foco inicial na Amazônia. Então, haverá a Curupira 27, se assim for o caso. Eu prefiro chamar “Navalha na Carne”. Ajuizamento de ações de improbidade administrativa contra servidores envolvidos. Foram ajuizadas, então, essas ações de improbidade administrativa contra os nossos servidores. Ajuizamento de ações civis públicas de responsabilidade por danos ambientais contra empresas e sócios envolvidos nos ilícitos. Ajuizamento de ação civil pública contra a FEMA, Mato Grosso do Sul, para que seja suspensa a emissão de autorização para desmatamento, tendo como referência área de reserva legal de 50% nas propriedades rurais situadas em áreas de transição de floresta. Essa ação civil pública, o Governador avançou logo dias



depois do desencadeamento da nossa ação no Mato Grosso, e ele está transformando... Ele acabou com a Fundação Estadual de Meio Ambiente, FEMA, e está criando uma secretaria, nesses 15 dias depois da operação, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Decisivamente, o Governo do Mato Grosso tomou essa providência que eu chamaria de radical. Próximo, por favor. *(Pausa.)* As outras medidas. a Portaria nº 856, de 01.05.05, baixada, só para lembrar, um dia antes da operação. Nós fizemos uma intervenção no IBAMA de Mato Grosso pelo período de 60 dias, por meio da nomeação do interventor, Procurador Elielson Ayres, que aqui está, que liderou pelo IBAMA as investigações com a Polícia Federal. A Portaria nº 857, também da mesma data, onde há suspensão de fornecimento de ATPF no Mato Grosso pelo prazo de 30 dias, até que reorientássemos o processo. Descredenciamento de todos os servidores que operam sistemas de controle como o SISMA. Nós retiramos o código de todos os sistemas para que ninguém operasse mais os sistemas, o que levava a esse tipo de desvio. A realização no prazo de 90 dias de auditagem em todos os planos de manejo florestal em vigor e nas autorizações de desmatamento concedidas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* A Portaria nº 859, da mesma data: constituição de Comissão de Processo Disciplinar para apurar atos no âmbito da Gerência I, do Mato Grosso, concernentes à emissão indevida de laudo de vistoria; homologação, aprovação e expedição de autorização indevida de planos de manejo florestal e recebimento de propina. Essa operação, como eu disse, decididamente não nos orgulha. Pelo contrário, ela nos entristece. Mas essa tristeza não nos faz deixar de agir, pelo comprometimento que temos com o meio ambiente no Brasil, pelo comprometimento que temos no combate ao desmatamento da Amazônia, pela luta que a Ministra Marina Silva tem no que diz respeito a essas ações e pelo comprometimento que nós temos conosco mesmos, com a nossa ética, de fazer o IBAMA cada vez melhor, cada vez mais correto, no sentido de cumprir as suas tarefas difíceis, duras, às vezes com ferramentas estritamente toscas que nós temos para lidar com todas essas questões. Mas ela também, se nos entristece, é um estímulo e um aviso aos corruptores de que nós não iremos cansar. Esse apenas o ponto inicial. Esse é um fator significativo para cuidar do meio ambiente do Brasil. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Obrigado, Sr. Marcus Barros. Esta Presidência o parabeniza pelas importantes decisões adotadas durante e após a Operação Curupira.

Antes de passar a palavra à nossa Relatora, Deputada Thelma, eu gostaria de convidar meu caro Vice-Presidente a que possa assumir aqui os trabalhos.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Sr. Presidente, eu acho que está muito bem presidida por V.Exa. Se V.Exa. tivesse que se retirar, eu iria presidi-la. Mas se o senhor pode continuar, eu fico muito bem aqui na planície.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Eu gostaria de solicitar que o Deputado Moacir Micheletto viesse assumir a Presidência, porque eu gostaria também de fazer algumas perguntas ao Presidente Marcus Barros. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Concedo a palavra à nossa Relatora *ad hoc*, para que ela faça as suas explicações.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de cumprimentar o Dr. Marcus pela excelente explicação que fez a respeito da Operação Curupira.

Eu vou fazer aqui as perguntas, que são do nosso Relator, Deputado Sarney Filho. São muitas as perguntas, Sr. Presidente, que ele colocou aqui.

Então, eu vou fazê-las. E aí o senhor iria respondendo, até porque elas são bastante extensas.

A reportagem da revista *Veja*, de 11/06/2005, intitulada *O PT deu a senha para desmatar* denuncia o funcionamento de esquemas semelhantes ao existente no Estado de Mato Grosso, investigado no âmbito da Operação Curupira também nos Estados do Pará e Rio Grande do Norte. No Pará, 3 candidatos a Prefeito pelo PT teriam recebido pelo menos 300 mil reais de madeireiros, em troca da autorização do IBAMA para derrubar madeira ilegalmente. No Rio Grande do Norte, empresários do setor de carcinicultura estariam sendo beneficiados pela redução dos valores das multas ambientais, por intermédio de funcionários corruptos do IBAMA. O que V.Sa. tem a declarar a respeito?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Deputada Thelma, a Operação Curupira, como eu disse na minha explicação, ela começa no Mato Grosso e se estende para o restante do Brasil. Já nos primeiros passos da operação, nós buscamos tentáculos que se estendiam para o Estado do Pará. E lá a Polícia



Federal apreendeu, já aprisionou 4 servidores nossos. Esse processo continua, principalmente com a Operação Arribação, que aqui mencionei, que era extensão da Curupira, em convênio com a Polícia Federal. Existe um serviço de inteligência que alimentou toda a ação da Curupira no Mato Grosso. Um serviço de inteligência, portanto, prévio à ação, municia toda a ação das Curupiras que se vão estender em determinadas prioridades de ação. Quer dizer, eu não posso dizer aqui, por uma questão de segurança, que a extensão é imediata para o Pará, que a extensão é imediata para Roraima, se é para o Estado do Amazonas, se é concomitante, ao mesmo tempo. Mas o serviço de inteligência já atua, como fez no Mato Grosso, há cerca de 10 meses, coletando dados para estender a operação para essas áreas. Então, esses dados que a revista *Veja* traz, eu já posso lhe dizer que eles estão inseridos entre as preocupações de averiguação no que diz respeito ao processo de desmatamento. Eu quero também aproveitar a oportunidade para dizer que, dos Estados do Norte, 5 Estados, entre eles o Pará, diminuíram a taxa de desmatamento por ações de 2 anos para cá, ações tomadas independentes do processo aqui feito de maneira bastante aprofundada. Quer dizer, o Amazonas reduziu expressivamente o desmatamento, já com medidas do Plano de Combate ao Desmatamento. O Pará também diminuiu expressivamente. Cinco diminuíram. O Mato Grosso, como eu disse, e Rondônia é que permaneceram com essas taxas. Então, é óbvio que essas ações vão avançar, e todas as prováveis distorções que foram evidenciadas no Mato Grosso, se elas existem no Pará, também serão evidenciadas e terão metodologia semelhante à aqui exposta para o Mato Grosso, e até mais ampliada, porque, sendo a operação índice à operação do Pará, do Mato Grosso, ela já trouxe uma experiência — eu queria registrar —, quando o nosso Procurador, Dr. Elielson, fez uma operação, no início da nossa administração, em Rondônia, e prendeu 15 servidores do IBAMA em Ariquemes. Quer dizer, isso então... ela vai crescendo. Ariquemes indicou Sinop, Sinop indicou Cuiabá e todo o norte do Mato Grosso. E aí vão indicar outros que obviamente eu não posso aqui já dizer, mas os dados que a revista levanta todos são averiguados em profundidade. Aconteceu um fato quanto ao Rio Grande do Norte. Eu li a matéria do Rio Grande do Norte e achei estranhíssimo, porque reuniões com o nosso gerente e os serviços de informação que tínhamos da nossa gerência no Rio Grande do Norte não registravam esses dados que estavam ali. Sem que houvesse qualquer abordagem nossa para o nosso



gerente no Rio Grande do Norte, no dia seguinte — na segunda-feira — da edição dessa matéria, ele desmentiu, ponto a ponto, da própria lavra, todos os aspectos levantados naquela matéria. Quer dizer, foi ele que disse: *Eu não disse isso. Eu não declarei isso.* — o Dr. Sólton Fagundes, o nosso gerente no Rio Grande do Norte. Então, vindo do próprio punho, eu posso dizer que tem muita veracidade ele ter desmentido que essas acusações tenham saído dele.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - A segunda pergunta: segundo a mesma reportagem, para o transporte da madeira extraída ilegalmente do Pará, no caso denunciado, teria sido utilizado um adesivo com os dizeres *oPTante do Plano Safra Legal 2004* — e aí o optante é o PT. O que foi esse plano? Que tipo de autorização de desmatamento estava nele inserida? O plano envolveu negociação com os madeireiros? Que negociações foram essas? O plano envolve algum tipo de flexibilização das exigências ambientais para as autorizações de desmate? Existe previsão de outras autorizações para exploração de lotes no Programa Safra Legal 2005?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Presidente, só para uma observação. A nossa Relatora tem 21 perguntas sendo feitas pelo nosso Relator. Temos mais 12 do nosso Presidente. Temos o Deputado Casara, o Deputado Rosinha. Eu também tenho, e a Deputada Thelma. Se o senhor pudesse ser um pouco sucinto, é lógico, não deixando fora o seu raciocínio, que está muito bom, mas para nós darmos um andamento mais prático da nossa discussão...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Então, ainda na mesma reportagem de *Veja*, o adesivo e uma explicação do que é o Safra Legal. O IBAMA, no Pará — e começando pelo Pará porque, no Pará, a exploração madeireira é muito expressiva; diz-se que chega, no Brasil inteiro, a 4% do PIB, então é muito expressiva, e o Pará é um dos maiores representantes disso... O IBAMA, um dos primeiros fatos que se observou agora, quer dizer, que nós observamos na nossa gestão, é que uma das questões centrais do Estado do Pará — e não deve ser diferente dos outros — é a questão fundiária. A relação entre extrativismo legal e a questão fundiária era uma coisa gritante. Diz-se que a posse da terra é tão irregular que existe sobreposição de posses individuais, assim como sobreposição de posses com reserva indígena, de posses com unidade de conservação e uma desestruturação fundiária bastante expressiva. Qual foi a primeira preocupação do



IBAMA? Começar a dar ordem a essa questão fundiária na perspectiva de dar ordem à exploração madeireira. E a exploração madeireira, do ponto de vista da coisa bem feita e correta até quanto à ciência de exploração madeireira, ela não pode se dar sem o manejo florestal. Então, o manejo florestal, buscando a sustentabilidade, determinava essa ordem. Porque o que se via ao chegar é que todas as ações de manejo — ou quase todas — eram desencadeadas através de processos extremamente rudimentares. Ou seja, ninguém praticamente tinha posse da terra. Então, o que fizemos? Suspendemos as operações de manejo numa ação extremamente corajosa. E suspendemos todas essas ações. Isso gerou um impacto muito significativo. Depois de criar isso para reordenar o espaço junto com o INCRA foram surgindo — e como a indústria é muito significativa —, surgiu, fruto da junção da sociedade civil, do IBAMA, do INCRA, da representação dos madeireiros, uma alternativa temporária para aquelas áreas de assentamento onde havia a derrubada de 20%, de acordo com a lei. Eu não posso me estender muito. Tenho dados aqui importantes, de análises sobre a Safra Legal, que foi a junção dessas todas frentes de atuação e de interesse, a mais ampla da sociedade, para dizer *aqui se pode recolher essa madeira em até 3 hectares*, aproveitando e dando segmento à Instrução Normativa nº 3, que veio de 2002 — a tese dos 3 hectares é exposta nessa instrução normativa. Para essas ações em pequenas áreas, de 3 hectares, para posseiros, a instrução normativa abria o espaço para que o transporte, por exemplo, dessa madeira ou todos os procedimentos para comercialização não se dessem pelos procedimentos de grandes áreas. Ou seja, eu poderia retirar essa madeira que ali estava nessa área de 3 hectares no sentido de que essa comercialização se desse suprimindo o parque industrial madeireiro em parte do Pará, naquela região de Anapu, que é onde começa, na Transamazônica, esse Safra Legal, com o acordo de todas essas instituições. Nós instauramos — para encerrar essa parte —, instauramos uma comissão de sindicância para buscar as razões pelas quais existia um selo. Não porque tem PT no selo. Mas é provável que esse selo tenha servido — e aí é uma conjectura — para o transporte da fonte de produção, da origem da madeira para indústria madeireira. E alguém que... E alguém... Uma coisa é interessante, porque esse alguém tem nome. Porque o selo tem o nome da empresa. Diz assim: HB Lima. O nome da empresa no selo. Ou seja, nós abrimos uma sindicância para ver se há distorções no Safra Legal, que, do



ponto de vista econômico, político, social da região é muito interessante, porque é um conjunto de 3 grandes áreas da sociedade que tentam resolver a questão madeireira, desorganizada ali. Então, a comissão de sindicância busca, daqui a 30 dias, dar uma resposta desse tal selo, que, é bom que se diga, o nosso serviço de inteligência já tinha observado. Dr. Flávio Montiel, que prestará o terceiro depoimento, já tinha feito, num relatório para o IBAMA, a presença desse selo, e já tinha apreendido caminhões com esse selo. Então, agora, com os serviços de inteligência na seqüência, há uma comissão de sindicância para dar uma resposta definitiva de desvio do Programa Safra Legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Com a orientação da Mesa e com a complacência da nossa Relatora, nós vamos fazer aqui uma divisão. Nós vamos passar a palavra agora ao Deputado Casara. Depois, em seguida, eu vou fazer uso da palavra, ele vai assumir a Presidência. Depois o Dr. Rosinha, e a nossa Relatora fará as suas perguntas. E nós vamos dar andamento sem problema nenhum, porque já não existe mais plenário, já está encerrado. Então nós podemos ficar aqui até 1 hora da madrugada, sem problema nenhum.

Com a palavra, então, o nosso Deputado Casara para as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Prof. Marcus Barros pelas importantes medidas adotadas durante e após a operação Curupira. Cumprimentar também os demais diretores do IBAMA, o Procurador Elielson, aqui presente, que atenderam ao chamamento desta Comissão.

Prof. Marcus Barros, eu vou fazer 3 perguntas rapidamente. A pergunta nº 1 seria se V.Sa. poderia nos informar quando tomou conhecimento da Operação Curupira. Pergunta nº1.

Consulto se V.Sa. gostaria de intercalar as perguntas, perguntas e respostas. Ou um bloco de 3 pode ser melhor?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Pode ser, porque essa, por exemplo, é muito simples, porque eu já explanei ali. A Operação Curupira é uma criação do IBAMA. Então, como o Presidente... Foi o Presidente que desencadeou...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Naquela cronologia?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - ...e determinou, através de portarias e de ordens de serviço, que a nossa Procuradoria Geral solicitasse a um



dos seus procuradores que iniciasse a investigação que já tinha visto em Sinop, antes da Curupira, e que se estendesse para todo Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Acompanha-se então, Prof. Marcus Barros, a cronologia apresentada na sua explanação. Correto isso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quero aproveitar também para cumprimentar aqui o Procurador Geral do IBAMA, Dr. Sebastião Azevedo.

A segunda pergunta, Prof. Marcus Barros: qual o instrumento de controle alternativo após a identificação das fraudes no Estado do Mato Grosso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Primeiro, a supressão, como também já mencionei; a supressão, a retirada do ar dos sistemas e — eu tenho que ser bem econômico agora, aqui, nas palavras — a continuação do SISPROF. Nós estamos, nesses 2 anos de administração, nós estamos tentando aperfeiçoar, nos módulos mais centrais, o SISPROF, que iniciou em 95. Já se iniciava em 95 esse trabalho. Nós chegamos e tivemos, através da nossa diretoria de florestas, a preocupação de substituir a ATPF. Essa é a nossa determinação. A ATPF não se presta como instrumento. Ao contrário, ela é um instrumento de corrupção. Mas os outros administradores também já pensavam assim e fizeram um esforço de implantar o SISPROF, que é um sistema interessantíssimo, mas extremamente complexo. Ao final da administração passada, no dia 27 de dezembro de 2002, o Ministro à época baixou um ato que dava um prazo para que o SISPROF se efetivasse na sua plenitude. Esse espaço, além de ser exíguo, encontrou determinadas dificuldades na telemática do próprio IBAMA, e outros fatores, que ainda... como, por exemplo, o contrato da... Eu queria ser bastante econômico, mas os temas são muito complexos para nós respondermos em uma frase. Então, nós tínhamos um contrato, que veio do Governo anterior, com a universidade de Lavras, onde nós tivemos que rever todo esse contrato para que nós atingíssemos realmente um nível em que nós pudéssemos — não como se queria, o anterior — substituir a ATPF por um selo, mas que esse selo era quase a reprodução dessa ATPF. E um dos defeitos desse selo é que ele, ao invés de tentar reduzir as mãos pelas quais passavam a ATPF, indo da origem à primeira indústria, ela ainda passava por uma distribuição dos Correios, e nós discordávamos desse tipo de metodologia. Então, nós fomos criando uma metodologia. E essa metodologia não



se cria em um espaço ou em um estalo de dedos, porque desde 1995 que o SISPROF vinha se implementando. E a complexidade era tal que ficou para nós a complexidade maior, que era exatamente o módulo que nós chamamos de módulo de controle. E esse módulo de controle nós estamos trabalhando para concluí-lo — esperamos que até o final do ano nós possamos, então, concluir. Então, a alternativa é o SISPROF, como ele está se aperfeiçoando.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, farei a última pergunta, na realidade informando ao Prof. Marcus Barros que essas perguntas, em função evidentemente de dados, V.Sa. poderá fazê-lo por escrito a esta Comissão.

Prof. Marcus Barros, esta Comissão gostaria de saber o orçamento do IBAMA deste ano de 2005 e qual o desempenho orçamentário, até a data de hoje, desse orçamento.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Cento e oitenta e três milhões — o IBAMA merecia pelo menos 600 milhões de reais. Disso, nós estamos operando com 135 milhões de reais, e nós temos a seguinte ação em relação a esse orçamento: esse orçamento, ele não chega em agosto. E, como ele não chega em agosto, a nossa velocidade de execução, ano passado, foi 95%, porque o recurso é extremamente pequeno para as nossas reais necessidades. E um dos caminhos que seguimos, do ponto de vista tático, nesse orçamento, é exatamente comprometer esse orçamento em nossas ações o mais rápido possível. Por isso, nós temos esse nível de comprometimento orçamentário e de empenho em 95%.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Concluindo, Prof. Marcus Barros — também, da mesma forma, em função do número de dados, essas perguntas poderão ser remetidas a esta Comissão, caso V.Sa. não tenha os dados —, o orçamento destinado ao Estado do Pará, ao Estado do Mato Grosso e às unidades de conservação de responsabilidade da União. Da mesma forma, a gerência, o orçamento destinado para 2005 para a Gerência 1 de Cuiabá, para a Gerência 2 de Barra do Garça, para a Gerência 2 de Juína e para a Gerência 2 de Sinop. E, da mesma forma, o desempenho orçamentário até a data de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Dr. Marcus Barros.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Obrigado, Deputado Casara. Como o senhor bem compreende, eu não tenho aqui a planilha orçamentária, mas é



fácil lhe encaminhar. Ato contínuo, amanhã eu posso encaminhar para esta Comissão. No entanto, eu já posso inferir...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Mas só complementando, Prof. Marcus Barros, uma outra pergunta, também podendo ser respondida durante a semana, que seria: o nome dos fiscais que “fabricavam”, entre aspas, os laudos de inspeções citados na sua apresentação.

Muito obrigado.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Eu tenho aqui, Deputado, eu só preciso achar. Se o senhor me der 1 minuto, talvez eu... *(falha na gravação.)*... lhe passar. Eu passo aqui para a Presidência. Está aqui a lista de todos os comprometidos. Eu passo às mãos da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Eu pediria ao Deputado Casara que pudesse presidir, que eu teria 3 perguntas a fazer ao nosso palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Apenas para um esclarecimento, principalmente da assessoria desta Comissão, que esses dados de orçamento são extremamente importantes, em função da gama de atividades que o IBAMA detém e muito bem exemplificado pelo Prof. Marcus Barros.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Dr. Marcus, eu tive o privilégio de ouvir talvez 90% da sua explanação, em função de outro compromisso, e V.Sa. fez toda uma explanação do diagnóstico da Operação Curupira, que nos deu aí um quadro, um diagnóstico, que eu poderia colocar um diagnóstico horroroso, pela realidade com que o nosso Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, colocou. E, como disse V.Sa., foi um corte na própria carne. E V.Sa. também disse o seguinte: que essa operação não nos orgulha. Eu acho que é o contrário, Presidente: orgulha, sim. Porque eu acho que a Nação brasileira é, que nem nós começamos hoje... o País parou, a República está ao avesso e precisamos também dizer aqui na Casa quem é quem no contexto.

Eu acho que uma entidade do porte e da responsabilidade que o IBAMA tem na política florestal e ambiental neste País precisaria levar para a sociedade o que aconteceu, e V.Sa. expôs aqui.

Eu, como brasileiro, queria perguntar para V.Sa. por que só agora, depois que a imprensa — veja bem — divulgou isso, que o Ministério do Meio Ambiente e até o



próprio IBAMA tomou essas atitudes, tentou colocar a todos aqui uma nova ação para remodelar, para atuar inclusive no campo pessoal, no campo estratégico do próprio IBAMA? Não existe mecanismo de fiscalização da atuação do IBAMA a nível de Brasil — que eu acho que é uma coisa... —, um País continental como o Brasil? E não é com isso que estou condenando essa situação; eu estou tentando fazer uma pergunta que nos angustia. Porque, quando ouvi V.Sa. colocar aí o que está sendo proposto — baixar portaria, fazer isso, fazer aquilo —, eu me pergunto: será que isso vai resolver?

Então, por que só agora isso? Não era conhecido? Não teria condições de planejar, de conduzir, de fiscalizar? Não digo fiscalizar, mas ao menos ver: sair daqui de Brasília, alguém vai lá e vê o que o IBAMA do Pará está fazendo, e assim por diante?

Eu faço esta pergunta: mesmo com isso, ainda vai continuar tendo solução através de portarias? Essa seria uma pergunta.

A segunda pergunta que eu faria — e me preocupa demasiadamente, Presidente — é a seguinte: é discutirmos aqui orçamento. É vergonhoso o orçamento inclusive para o Ministério do Meio Ambiente e é vergonhoso aquilo que detém o próprio IBAMA num país continental com tantos biomas que nós temos e de políticas inclusive que nós devemos ter a nível de Estado, a nível até de biomas, e que não há possibilidade nenhuma... Nós temos que nos convencer de que não há instrumento nenhum que o IBAMA possa conduzir e tentar reformular, nesse diagnostico que aí esta.

Eu deixaria também uma pergunta a V.Sa. e até um alerta ao Ministério do Meio Ambiente: de que pudéssemos ter aí não digo uma tropa de choque, mas um grupo de parlamentares que assumissem o compromisso de discutir o orçamento de 2006 para o Ministério do Meio Ambiente e, é claro, especificamente para o IBAMA. Porque nós vimos: a imprensa internacional, veja bem, jogou para o mundo inteiro que o Brasil destrói a Amazônia, que nós não somos capazes de administrar as nossas florestas, os nossos biomas, e não sei até que ponto isso é verdadeiro. Eu, como brasileiro, até fico preocupado com isso, Presidente. Então, eu me proporia a, junto com outros Deputados, trabalhar já no Orçamento de 2006. Que não venha essa coisa vergonhosa de orçamento, como V.Sa. colocou agora há pouco, aqui, essa quantidade bem pequena para o nosso IBAMA.



E a outra pergunta que eu faço a V.Sa. — e V.Sa. deu ênfase — é quanto ao desmatamento na área de transição da Amazônia. Nós sabemos que a Amazônia Legal nada mais é do que uma linha imaginária. Não é a verdade aquilo que está lá — essa é uma realidade — na área de transição: veja bem, de 35%, 80%, passou para 50%, entre cerrado e mata, mata e cerrado.

Eu tenho que fazer uma observação, Presidente. Mesmo com a Medida Provisória 2.166, não adianta nós entrarmos com mecanismos de castrar, mecanismos de punir, porque, se nós não tivermos... Veja bem, cada Estado tem que ter a sua política ambiental e florestal. Essa é uma realidade. E só fazemos isso através do zoneamento ecológico-econômico. E se o zoneamento ecológico-econômico não estivesse feito — e os Estados não podem ter... Eu vi V.Sa. colocar que o Mato Grosso agora criou a Secretaria do Meio Ambiente, antes não era, essas coisas todas... E eu falo isso para o meu Estado, que é o Paraná.

Não há necessidade urgente de nós aprovarmos o Código Florestal Brasileiro, para que o instrumento do zoneamento ecológico-econômico seja de fato real, verdadeiro e inclusive correto, legal, para cada Estado ter o seu zoneamento ecológico-econômico, a sua política florestal ambiental? Para que nós possamos, de fato, não sofrer essa ação, porque o IBAMA, a nível de Brasília ou a nível de Estado, do jeito que está, Presidente, não vai... nem o espírito de João Paulo II vai resolver. Eu estou tentando falar isso porque precisamos, definitivamente... E a hora que aprovar o zoneamento ecológico-econômico, por lei, na Medida Provisória 2.166... Nós estamos negociando isso. Provavelmente, em função desse tsunami que está aqui no Brasil agora... Mas acredito que em agosto nós podemos discutir.

Tenhamos o Código Florestal Brasileiro aprovado e possa, então, cada Estado, ter a sua condução da política florestal ambiental e que não faça como o Mato Grosso fez ou como outros Estados estão fazendo.

Eu faria também esta pergunta: se não haveria necessidade de o próprio Ministério e o IBAMA tentar ser um grande parceiro, de convencer o Parlamento de que nós possamos votar aqui o Código Florestal Brasileiro, que é desde 65 e que hoje ele está sendo legislado através simplesmente de resoluções do CONAMA, o que não expressa, veja bem, a verdadeira realidade da política florestal ambiental no Brasil.

Seriam essas as minhas perguntas.



O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Muito obrigado, Deputado Moacir Micheletto. V.Exa. perguntou: por que só agora? Na minha exposição histórica, eu... A minha exposição não foi histórica, mas, no histórico da minha exposição, eu mostrei desde quando o IBAMA vem, junto com Polícia Federal, fazendo um trabalho de inteligência para desencadear essa operação. Eu mostrei ali. Quer dizer, o senhor não estava aqui presente e aí não teve oportunidade de ver, mas esse é um trabalho muito longo, que nós iríamos... O último momento para desencadear seria março, mas faltavam algumas provas, porque essa operação é extremamente complexa. Prender 80 pessoas ou pedir o mandado de prisão ao Sr. Juiz, por todas as vias legais, você precisa ter prova, senão o juiz não tem o convencimento. E essas provas são materiais, concretas. Então, foi a operação... Essas portarias que o senhor viu aqui são atos da Presidência. Está normatizando a operação, está dizendo como se vai desencadear a operação, porque, ao tirar um funcionário dali, ao demitir o outro, isso tem que ser por atos legais. Por isso que elas estavam ali colocadas, e a gente veio na idéia de mostrar claramente a transparência, *pari passu*, como se deu a operação. A perspectiva da operação — eu disse também, através de outra ação, que é a Operação Arribação — é dar continuidade. É um combate, é ter a corrupção como um fato corrosivo contra o desmatamento. Quer dizer, às vezes eu digo: Não, é um vírus. Não, isso aí é o cupim mesmo que dá na madeira e destrói a floresta. Então, o objetivo é esse, é de continuidade. Essa não é uma operação, não foi uma operação de fustigação, foi um planejamento longo. Só nesses últimos 10 meses... Quer dizer, se houve a coincidência de estar chegando agora... Quer dizer, eu posso lhe afirmar que foi uma estrita coincidência, do dia 2 de junho. Eu disse que ele era programado para março, mas precisávamos fechar isso e precisávamos, como fizemos, focar só na questão da ATPF. Nós pegamos o rabo do dragão da corrupção só pelo lado da ATPF. Existem outros fatores, outros frutos da corrupção que propiciam a corrupção. Então, a continuidade é um compromisso. Fico contentíssimo com o seu posicionamento, porque eu estou na Casa que produz a legislação brasileira, as normas, e o Orçamento é aqui votado. Eu tenho essa declaração de um Parlamentar da sua história, sensibilizado com o orçamento para um órgão ambiental, sinceramente, como Presidente da Casa. É uma coisa que me estimula, porque os servidores e a administração lutam muito nesta Casa. Aqui está presente um dos



diretores da área de fauna e recursos pesqueiros. O que ele lutou por uma emenda aqui foi uma coisa muito significativa, porque eu acompanhei o Dr. Rômulo Mello aqui. O que ele queria com a emenda — e conseguiu, com a emenda? É o seguinte: o senhor vê todo dia na televisão os animais apreendidos. Eu vou pegar uma gerência, a gerência de São Paulo. Se o senhor for visitar hoje a gerência de São Paulo, o senhor também vai ficar estarecido. Os CETAS são Centros de Triagem de Animais Silvestres. O que nós apreendemos... Nós temos a responsabilidade de guardar esses animais com um carinho maior do que aquelas pessoas que estavam inclusive traficando esses animais. Sabe o que acontece? Eu peguei São Paulo — posso pegar qualquer um — porque sensibilizou o Dr. Rômulo. É uma sala de 4x4 onde nós juntamos as gaiolas e os outros espaços onde nós apreendemos os animais, no oitavo andar da gerência de São Paulo. Quer dizer, qual era a emenda? A emenda é construir o centro de triagem. Cada gerência vai ter o seu centro de triagem, mas para ele conseguir isso aqui foi um projeto, que veio lutar aqui, para salvar esses animais com a responsabilidade de quem captura deve ter com eles, para lhe dar um exemplo. Então, essa Casa é que nos reforça. E nós continuaremos a lutar não só por emendas, mas por um orçamento que seja digno de uma política ambiental de quem tem a megadiversidade brasileira. A Ministra Marina luta diuturnamente, nessa Casa, de onde ela é originária, inclusive no Ministério do Planejamento e em todos os níveis. Mas a nossa sensibilização ainda não atingiu essa transversalidade que ela fala, ainda não atingiu o coração de determinados Ministros que são responsáveis por essa ampliação justa do orçamento. Esse seu estímulo aqui nos anima. E o senhor fala da questão do desmatamento. Haverá o nosso Diretor de Proteção Ambiental, que vai abordar o tema — o Dr. Flávio Montiel — depois de mim, porque nós temos uma grande ação de combate ao desmatamento, que o senhor deve conhecer. E esse plano de combate ao desmatamento, o Governo liberou para esse plano um valor significativo do Orçamento e que nos faz avançar muito nessa direção. Eu já quero me antecipar ao Dr. Flávio, para dizer o seguinte: ano que vem, a taxa de desmatamento que o senhor viu esse ano vai colocar o Brasil num patamar de respeitabilidade com a Amazônia. Eu tenho certeza. Todas essas ações que o senhor vai ouvir e mais a ação de combate à corrupção. O zoneamento econômico-ecológico. Só se pode fazer um planejamento de ação para quem discute desenvolvimento sustentável a



partir do zoneamento econômico-ecológico. Isso é uma coisa real, não adianta tirar da cabeça de iluminados. Agora, o Código Florestal Brasileiro, que tramita desde 65 na Casa, nós queremos vê-lo, porque a medida provisória, como o senhor sabe muito melhor que eu, ela existe para normatizar fatos que ainda não estão consolidados, mas elas não podem se eternizar. Que essa Casa, por todos os processos que tem, consiga realmente avançar e dar consequência e terminalidade a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Dando continuidade, passamos a palavra à Relatora, Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu vou agora fazer algumas perguntas ao Dr. Marcus.

O Procurador Federal, Dr. Mário Lúcio Avelar, afirmou, numa matéria publicada pelo jornal *O Globo*, do dia 03/06/2005, que diversas testemunhas acusaram o Diretor de Florestas do IBAMA em Brasília, Sr. Antonio Carlos Hummel, de se beneficiar do esquema de fraudes montado em Mato Grosso. E ele afirma também que o Sr. Antonio Carlos teria autorizado a instalação de 67 empresas em terras indígenas e também ação de 75 empresas em projetos de desmatamentos sem coordenadas geográficas.

Nessa operação que foi desencadeada isso pôde ser comprovado?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, e eu lhe explico, Deputada Thelma. Essa ação tríplice do Ministério Público, Polícia Federal e IBAMA, ela tem — e aqui eu devo explicitar... O Dr. Elielson, como estava no *front* do processo, vai explicitar melhor do que eu, que estava coordenando mais aqui em Brasília. E eu vou lhe dar fatos bem objetivos. Acompanhando o processo *pari passu*, uma vez chegou, num dos relatos, os relatórios parciais, chegou à Presidência que o nosso Diretor, Antonio Carlos Hummel, estava sob suspeita. Eu lhe confesso — e aí eu vou ser emocional, mais uma vez...O Dr. Casara, não quero comprometê-lo, mas a senhora sabe que ele já foi Presidente do IBAMA, é funcionário de carreira da casa e é amigo do Dr. Hummel. Eu sou amigo do Dr. Hummel há 23 anos e o Dr. Hummel é uma pessoa pobre, como todos nós, funcionários públicos. Pobre, pobre. O Dr. Hummel não tem um sinal exterior de riqueza. Aí, eu digo — estou usando, primeiro, o argumento emocional: o Dr. Hummel não é corrupto. O Dr. Hummel foi a primeira e única pessoa que eu trouxe



do Amazonas. Eu não trouxe mais ninguém. Os meus auxiliares, todos aqui, não são da minha terra. O Dr. Hummel é a pessoa que veio da minha terra. Foi o único. Muito bem. Pelas razões técnicas e pelas razões morais mesmo, quando eu vi esse relato, eu pedi que a Polícia Federal fosse a fundo. E aqui eu vou dizer, pela primeira vez — pouca gente sabe disso, pouquíssima mesmo: a Polícia Federal grampeou o Dr. Hummel por 15 dias e me foi feito um relato de que nada havia sido encontrado nesse grampo que se fez com o Dr. Hummel. Então, ele foi, decididamente, perseguido, para ver se dele saía alguma coisa. Muito bem. Depois, o que aconteceu? Eu tenho que dizer também aqui — porque, apesar de ser só convidado, eu tenho o compromisso com toda a verdade e transparência: as ações da nossa Procuradoria junto com a Polícia Federal geraram todos aqueles dados para o Meritíssimo Sr. Juiz emitir os mandados de prisão, de busca e apreensão. Polícia Federal e Procuradoria. O Dr. Mário Lúcio Avelar, Procurador Federal, ele tem, apesar de estarmos, termos estado juntos, tem autonomia para caminhar pelos seus próprios pés, a chegar ao juiz através das suas próprias convicções. Então, deixa eu ser claro. No dia 1º — e aqui eu vou precisar, no dia 1º de junho —, véspera da operação, o nosso Procurador lá, Dr. Ayres, entregou para o Sr. Juiz todo o trabalho dele em equipe, exaustivo, de pelo menos 10 meses de averiguação. Eu entro no *finger* do avião para ir para Cuiabá e o Diretor Executivo da Polícia Federal, Dr. Zulmar, disse: “*Presidente, foi expedido um mandado de prisão para o Hummel. Saiu agora, horas antes de começar a operação*”. Isso precisa ser dito também claramente. Quer dizer, eu coordenando aqui com essa outra lista, lista fruto do nosso trabalho. Não tínhamos acesso a essa outra lista que o Sr. Procurador, com a sua independência, levou para o Sr. Juiz conceder. E o Juiz concedeu. Quer dizer, pela manhã, no início da tarde, o nosso Diretor estava preso. Contra ele não houve qualquer aprovação ou reprovação ou qualquer ato ímprobo determinado pela Polícia Federal. A Ministra e eu instauramos um processo administrativo disciplinar para averiguar no nível administrativo, quer dizer, a liberdade de averiguar outra vez a vida do Hummel. E quero dizer, por fim, para não lhes cansar muito: o Hummel é a pessoa que combateu a corrupção em todos os níveis — aqui mencionei — no Estado do Pará. Foi o Hummel, com a experiência que tem em manejo florestal, que teve a coragem de ordenar suspensão de todos os planos de manejo numa área conflituosíssima — aqui estão os gerentes de Santarém e Belém — do Estado do



Pará. Foi dele esse ordenamento. Aí, é importante que se diga que o Dr. Hummel, na sua diretoria, não dá planos de manejos em áreas indígenas. A senhora falou num ponto de georreferenciamento. Isso é uma questão técnica muito interessante, porque há outros pontos de georreferenciamento para se constituir o polígono da propriedade. Um ponto de georreferenciamento não define, porque um ponto não é um polígono. Esse ponto pode ser para lá, para cá, para cima e para baixo. Realmente, isso que nós recebemos. Esses planos de manejo, nenhum saiu da nossa DIREF. O Dr. Hummel não tem nada a ver. Pelo contrário, pelo contrário: de posse desses planos de manejo, ele determinou a duas pessoas que fizessem um levantamento detalhado para a Procuradoria-Geral da República, para a Procuradoria Federal no Mato Grosso. Foi ele quem designou 2 servidores. Não servidores, dois que nós chamamos PNUD são contratados por esse processo para fazer averiguação no Mato Grosso. Os relatórios, foi ele quem buscou, o Hummel. Como é que ele poderia ser culpado dos planos de manejo? À medida que chegavam esses relatórios, ele foi cancelando. Desses cerca de 2 mil planos de manejo, ele conseguiu, com todo esforço, cancelar 200. Deixa eu lhe dar mais dados. O Hummel, na sua diretoria, ele dispõe de 40, de 40 engenheiros florestais para cuidar de 5 milhões e 200 mil quilômetros quadrados de planos de manejo. Ele tem 40. Agora que estamos conseguindo contratar mais 150 para dar provimento a isso. Com esse exíguo, esse Exército de Brancaleone, o Hummel foi cancelando os planos de manejo que se via em áreas indígenas. Em unidades de conservação isso não se dá. No momento em que ele está fazendo isso, os últimos ele cancelou há uma semana, dias antes de a gente desencadear o processo. Depois do Pará e depois disso ele é preso? Quer dizer, isso, decididamente — eu não quero prejudicar, nem sou uma pessoa com esse dom, compromisso e determinação —, eu acho uma grande injustiça. E eu vou dizer aqui qual é a minha expectativa. Quando nós, Ministra Marina Silva e eu, assinamos a portaria que instituiu o PAD, nós afastamos o Dr. Hummel, temporariamente, por 60 dias, para nossa investigação. Se esse processo administrativo disciplinar mostrar que ele é inocente, o Dr. Hummel estará voltando e eu terei o prazer de empossá-lo outra vez na diretoria da qual ele foi afastado.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Nós vimos que foi amplamente divulgado, através da imprensa, em todo o País, que o Sr. Hugo Werle



teria doado 5 mil reais para o então candidato do PT à prefeitura de Cuiabá, Alexandre César. E que também pôde ser comprovado que as Empresas Solar Madeiras Especiais, Cimifran Indústria e Comércio de Madeira e Diagem do Brasil Mineração doaram, respectivamente, 15 mil, 5 mil e 30 mil também ao mesmo candidato. Então, nós queríamos saber se isso pôde ser comprovado e que tipo de trabalho, se essas empresas tiveram algum tipo de benefício por terem realizado essa doação e se outras empresas também fizeram algum tipo de doação.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Deputada, o caso do Prof. Hugo Werle é muito diferente. Primeiro, a nossa operação é focada em ATPF. Esse desdobramento para doação de campanha, isso não está conosco, não cabe ao IBAMA. O IBAMA cuida do meio ambiente, dos seus servidores, das suas ações etc. Essa questão partidária deve ser observada pelo partido a que ele se refere e pela Polícia Federal. Agora, a senhora me dá oportunidade de falar também: se com o Dr. Hummel eu tive a tristeza, com o Dr. Werle eu tive uma frustração, porque, como eu falei especificamente do Dr. Hummel, eu devo lhe dar dados, e a todos os Srs. Deputados, sobre o Dr. Hugo Werle. O Dr. Hugo Werle é um professor de Geografia, com doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso. É uma pessoa que eu escolhi como gerente numa lista de 3 pessoas, porque é uma metodologia que nós utilizamos, pelo currículo. Eu nunca vi o Dr. Hugo Werle, mas ele tinha um currículo que se adaptava bem à nossa necessidade. O Dr. Hugo, o Prof. Hugo foi contaminado pelo vírus da corrupção. Por que foi contaminado? Pelo seguinte: o patrimônio dele era zero há 2 anos atrás; o patrimônio dele veio de zero para 426 mil reais. Como gerente do IBAMA... Sou servidor público há 35 anos e os cargos que exerci me davam um salário diferenciado. Foi o cargo... fui Reitor de Universidade, fui Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas, todos cargos de topo. O Dr. Hugo, que é um servidor como eu sou, tinha, nesses últimos 2 anos, 2 carros importados, pelo menos 2 apartamentos que ele adquiriu nesse espaço de tempo. Isso foi o que os investigadores e advogados chamam exteriorização de riqueza desproporcional ao seu desempenho patrimonial. Agora, não foi só isso. Essa é a segunda questão que quero lhe dizer em relação ao professor. Diferente do Dr. Hummel, o Dr. Hugo foi também investigado em profundidade através de grampo telefônico. Quando chegou o primeiro relatório para mim, eu me assustei, eu caí da cadeira. Disse: *Como é possível isso?!* Eu disse — eu sou médico, só quero falar em “ausculta” telefônica.



Desculpe, Deputado Rosinha, mas é a escuta telefônica. Mas, na escuta do Dr. Hugo, o que a Polícia Federal viu é que ele negociava propina para si com a Associação dos Madeireiros, e aí era negócio mesmo, de depositar e tal. Quando chegaram os primeiros 15 dias de observação, o que eu disse para a Polícia Federal? *Por favor, estendam para mais 15 dias de observação, para ver se confirma.* E, aí, só ampliou a coisa. Aí, abriu sua cratera embaixo dos pés. Por isso o Dr. Hugo foi preso em Sinop.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Não sei se o senhor tomou conhecimento do que ele... de um jornal de Cuiabá, *A Gazeta*, em que ele se refere ao senhor, que é: *“Quando questionado sobre as palavras do Presidente Nacional do IBAMA, que reconheceu as irregularidades”*, como o senhor está dizendo aqui, *“Werler saiu-se com uma resposta inesperada e repleta de insinuações”* — abre aspas — *‘agora ele, o Presidente, fala isso, mas sempre quando tem algum problema para resolver, nós tentamos acomodar’* — fecha aspas, *disse, sem detalhar, quais seriam os problemas a que se refere”*.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Todos do IBAMA do Mato Grosso. Todos! Todos os problemas, os gerentes, os gerentes aqui presentes, às vezes: *Não tem recurso!* Eu digo, associam-se com a Prefeitura, usam o SISNAMA, fazem qualquer outra alternativa, não podem é fechar! Então, quer dizer, sempre foi dito isso. Não vejo outra insinuação nas palavras do professor. Quer dizer, que ele é um sujeito trabalhador, então, eu não posso negar. Ele trabalhou, mas ele trabalhou para si também muito, e isso não é possível.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Bem, minha última pergunta. O senhor colocou que já entrou com uma ação cível pública contra o Estado de Mato Grosso, explicou quais seriam os objetivos e tudo mais. Nós sabemos que Mato Grosso tinha um plano de monitoramento alguns anos atrás e que foi abandonado pelo Governo quando entrou o recente Governador, o Governador atual. Minha preocupação é que hoje estamos enfrentando, lá em Mato Grosso, uma revolta muita grande, porque, assim como a gente tem madeireiros desonestos, nós temos os madeireiros honestos.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Claro, claro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E, lá na região, tem Associação e tem toda uma revolta, porque cada madeireira que fecha lá demite 40



chefes de família que estão... Hoje está se criando uma situação, em diversos Municípios, uma situação de tensão social muito grande, em função do desemprego que se está gerando. Não para o madeireiro, porque o madeireiro é empresário, tem condições até de sobreviver a este momento, mas para os pequenos, para os trabalhadores que realmente sobrevivem disso. Então, nossa pergunta é: qual é a proposta para que se resolva essa situação da maneira mais rápida possível, antes que se crie um clima insustentável, lá dentro da região, especialmente no norte do Estado de Mato Grosso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Pois não, Deputada Thelma. Deixe eu lhe dizer uma coisa em relação... O Governo... O Ministério do Meio Ambiente... Existe um grande processo... Deixe eu simplificar. Como existe o SUS, nós criamos constitucionalmente o SISNAMA. O SISNAMA é o Sistema de Meio Ambiente, e uma das ações da implantação do Sistema de Meio Ambiente no Brasil são as relações, as relações existentes aglutinadas entre os 3 entes da Federação nos Estados. O entendimento com os Estados através da Secretaria ou da Fundação do Meio Ambiente do Município cria essa distribuição sistêmica do SISNAMA no Brasil, as chamadas tripartites. Isso se organiza e se busca implementar. O Ministério tem lutado muito, a Ministra Marina tem-se empenhado muito nessa direção. Nesse sentido, a quantidade de recursos que nós, Ministério do Meio Ambiente, descentralizamos para Mato Grosso, dentro dessa idéia do que se chamou de pacto federativo, fez com que o Governo do Mato Grosso criasse um sistema de monitoramento ambiental que o IBAMA não tem e que está em pleno funcionamento até agora. Quer dizer, Mato Grosso ficou até de repassar para quem financiou e não repassa os dados para o nosso sistema de monitoramento chamado SEMAM. O monitoramento é altíssimo, de altíssimo padrão, por recursos repassados pelo Ministério do Meio Ambiente para Mato Grosso. Só que eles fizeram um monitoramento onde eles legislavam única e exclusivamente em causa própria, por isso que eles não passavam para quem tinha o dever de monitorar isso também, de monitorar o monitoramento. Eles não passavam todos os dados. E nós usávamos de recursos, às vezes, coercitivos para buscar isso. Mas, agora, a gente entende, à medida em que a gente foi para a ação, que era importante esconder os dados.



A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Só uma pergunta, porque... Houve uma redução do desmatamento no Estado de Mato Grosso, uma estabilização, até mais ou menos 2002, 2003 — aliás, até 2002. E, na verdade, agora, a partir de 2003 e 2004, foi quando houve esse pique que o senhor falou, que foi Mato Grosso e Rondônia. Minha pergunta é a seguinte: esse projeto não parou lá no Estado de Mato Grosso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, não. Pelo contrário: ele serviu a quem queria desmatar, se a senhora me deixa ser bem objetivo. Ele foi o instrumento para quem iria derrubar a floresta e plantar soja, a floresta primária. Ele amarrou isso, ele traçou caminhos, ele estimulou, ele... No jornal do dia 1º, lá do Mato Grosso, aquele jornal do Governo, que tem o Governador na primeira página, é um semanário — não me lembro o nome agora — isso é trazido à baila, quer dizer, é quase como Goiás fez há 4 décadas atrás, há 3 décadas atrás: “Por favor, venham poluir Goiás! Goiás não se importa com a poluição!”. Então, o afã econômico, se levar em consideração a sustentabilidade, foi extremamente agressivo! Isso é fruto de uma política de incentivo para derrubar, para desviar de maneira ilícita a floresta e para plantar soja. O enriquecimento..., aí, o Governador fez uma autocrítica agora. O Governador está vindo discutir com a Ministra pessoalmente. O primeiro ato dele, que foi corretíssimo, foi acabar com a FEMA. Isso eu tenho de reconhecer, ele acabou com a FEMA, vai criar uma Secretaria de Meio Ambiente. Aí, vai vir aqui...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Mas vai ter a política? Porque eu acho que o que o Deputado Moacir colocou é importante.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Pois é. Aí é que eu quero...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Quem pode, tudo bem. Tanto a FEMA quanto uma Secretaria podem..., o importante é que tenha uma política de meio ambiente para o Estado.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Sem dúvida, sem dúvida, Deputada, sem dúvida. E aí eu vou para a sua segunda indagação. Quando procuramos ser, na nossa ação, estritamente cautelosos com o IBAMA, com a nossa instituição, entre tirar os 40 e colocar os 40, para que não houvesse solução de continuidade, estamos fazendo um esforço grande para que a atividade madeireira retorne com sustentabilidade. Nós estamos fazendo um esforço grande onde haja um espaço. No cerrado, na terra degradada, nós temos mais de 600 milhões de



hectares onde a soja pode ser plantada em área degradada, no arco do desflorestamento. Não é preciso ir para a floresta primária no Amazonas, não precisa ir para os campos amazônicos. Por que têm de ir para os campos amazônicos os únicos afloramentos de cerrado que temos no meu Estado do Amazonas? Quer dizer, então, o que precisa decididamente é a gente se entender do ponto de vista da política! Nós queremos o desenvolvimento da Amazônia, mas desde que ele tenha sustentabilidade. É só isso! Não dá para sair arrasando a floresta. Não dá! Isso nós vamos reagir sempre. Não dá para de moto-próprio, sem conversar e sem discutir, destruir tudo, inclusive, com material que nós entregamos ao Governo do Estado do Mato Grosso. A vinda do Governador aqui, a uma reunião importante com a Ministra daqui a alguns dias, é o acerto, é esse reacerto, é colocar com a Ministra Marina Silva ou para a Ministra Marina Silva, e vice-versa, as políticas que nós temos e que foram tão reprimidas. O Mato Grosso não vai deixar de ser um Estado rico importante para o Brasil, importante para a economia, para a dívida externa, não vai deixar de ser isso. Agora, vamos traçar caminhos onde não se destrua a natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Marcus, primeiro quero parabenizá-lo não só pela Operação Curupira, que é importante, mas também pelas demais operações de combate à corrupção e cortando mesmo sem observar quem é. Isso é muito importante. Em função disso, vou fazer algumas perguntas.

Na semana passada ouvimos uma fita nesta Comissão, uma fita gravada, que fazia a denúncia do chamado programa Safra Legal. E o senhor disse, agora há pouco, que 4 servidores do IBAMA foram presos. Eles foram presos em função de ilegalidade nesse programa Safra Legal ou por outra razão?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não, por outras razões ligadas ao Mato Grosso, porque tinha relação com a Curupira. A Safra Legal... Onde eles foram presos no oeste do Pará, e a Safra Legal é uma experiência no leste do Pará. A Safra Legal é na terra da irmã Dorothy, em Anapu, em Placas etc, no eixo da Transamazônica, mas na parte oriental da Amazônia.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim. E o senhor, inclusive, disse que suspendeu as ações de manejo na região. Em que ano foram suspensas?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Temporariamente, no Pará. Foi ano passado, as operações, no início do ano passado. Isso movimentou determinados madeireiros que juntaram seus operários, foram fazer pressão na sede do IBAMA em Belém com 5 mil trabalhadores, porque aquilo ia desempregá-los, mas foi um momento onde nós entendemos que era importante dizer: “Basta! Assim não dá para continuar”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E, depois, suspenderam as ações de manejo e, depois, então, é que foi criado o programa Safra Legal?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - As alternativas. O Safra Legal veio depois como uma das alternativas a isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Veio como alternativa disso.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Porque se dava exatamente nas áreas de assentamento, quer dizer, aí, o IBAMA, nesse Governo, começou a conversar mais com o INCRA, viu, Deputado, porque eles eram muito distantes. Então, as ações conjuntas buscaram essa ordenação, perdão, esse ordenamento fundiário porque, sem isso, não havia racionalidade na exploração madeireira, ou seja, não se cumpria a lei, os assentamentos não tinham... A Ministra assinou um documento importante com o Ministro Rosseto sobre dar sustentabilidade, inclusive, aos assentamentos, não necessariamente aos grandes projetos agropecuários do sul do Pará, mas aos pequenos assentamentos, cumprindo a legislação, cumprindo a reserva legal, com o direito de que aquela madeira extraída do seu assentamento de até 3 hectares fosse comercializada etc.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E no programa Safra Legal, o senhor já tinha tomado conhecimento de irregularidade ou foi tomar conhecimento agora na matéria da *Veja*? Ou já tinha...?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, é o seguinte. O que nós tínhamos observado é que o processo como um todo... Tem até um trabalho científico aqui produzido por pesquisadores, que é um trabalho muito rico. O título..., (*risos*) não vou ler o trabalho, é isso aqui, mas o título do trabalho é assim: “Forjando Processos Produtivos Equitativos na Amazônia:” — dois pontos — “Lições da Iniciativa Safra Legal”, Um Acordo Entre Movimento Social, Madeireiros E



Instituições do Governo Para Extração De Madeira Em Áreas De Assentamento Da Transamazônica, Pará, Brasil”. Isso foi a alternativa para essa região, como aqui mencionei. Esse é um artigo que está submetido à publicação numa revista que eu até dirigi, lá, no Amazonas, chamada *Acta Amazônica*, do INPA, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que mostra isso aqui como alternativa ao início desse ordenamento fundiário que tem, como consequência, o ordenamento do desenvolvimento sustentável.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas, Dr. Marcus, o IBAMA tomou conhecimento de que havia irregularidade com a denúncia ou tinha tomado já com a denúncia da *Veja*?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, não, não. Indícios... E, aí, o senhor quase me obriga a falar das operações sigilosas que eu não posso dizer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, não, então, não fale.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Mas, bom, eu vou lhe responder. Sim, tinha tomado... Lembra aqueles relatórios?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Em que eu dizia: “Faz a segunda. Faz a segunda”. Mas, mas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, está bom. Não, se a operação é sigilosa, acho que é melhor deixar a operação sigilosa.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - É, que avalia o Safra Legal, e eu posso lhe dizer que há indícios de que... Nós estamos fazendo..., ah, já vou falar muito. Mas nós estamos fazendo contas de madeira, para área estendida, não sei o quê, tem tantos mil metros cúbicos e tal, e a gente está checando esses dados para avaliar o Safra Legal. Dito de uma maneira, o Safra Legal está sob observação contínua. Apesar desse trabalho de avaliação riquíssima e da alternativa que ele significa para as populações de assentados, inclusive para os madeireiros, o fluxo de comercialização dessa madeira extraída é que precisa ser tão transparente quanto à construção arquitetada pelos vários atores sociais para construir o programa. É isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim. A revista *Veja* reproduz um cartaz, que o Dr. Marcus chamou de selo...



O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - É. Não, é um selo, foi visto nos caminhões também. Tem um *outdoor*... Nós temos um...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Pois é, mas, aquele “oPTtante” está escrito daquela maneira?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Olhe, é o seguinte: eu também não posso fazer juízo. Mas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, porque ou é má-fé ou é burrice.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, é (*risos*), eu acho que são as duas coisas, lamentavelmente, porque nós, do Partido dos Trabalhadores, usamos aquele “optei” há 10 anos atrás, quer dizer, é uma coisa do passado. E parece que essas pessoas que produziram... Sabe por que que eu digo que são as duas coisas? Porque, no selo, tem a origem do selo: HB Lima, que é uma empresa da região! Por isso que nos estamos investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece a empresa HB Lima?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, não conheço, mas conheço de relatos, não conheço a empresa em si. Mas, aí, a investigação está se direcionando exatamente para a empresa, porque se assinou. É um sujeito que fez um delito e assinou o delito. Então, o que nós estamos investigando, Deputado Rosinha, é para ver — e aqui vou ser bem objetivo com V.Exa. —, é para ver se esse selo, no processo de comercialização, substituiu, em algum momento, a ATPF para passar as barreiras. É isso que nós estamos investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Que é a denúncia que nós recebemos aqui.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Pronto. É isso que nós estamos investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dr. Marcus, o Jornal *O Liberal*, desta semana, tem lá uma afirmação do analista ambiental, Carlos Bicelli, dizendo que informou à direção do IBAMA, mediante o Memorando Interno nº 205, a respeito de autorização.. que o órgão estava autorizando o desmatamento de áreas já devastadas, para que as autorizações fossem usadas para esquentar. O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Tomei. E tomamos providências também.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ah, tá. Uma outra questão diz respeito...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não só conosco, mas também com a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, está. A outra questão diz respeito à empresa Estratégia Consultores.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Esse não faz parte do desmatamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É que aqui na CPI chega tudo.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, tudo bem. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É que quem está por fora tem estratégias.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - É verdade. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E, às vezes, nós usamos a tática aqui.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Está certo. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É que a Estratégia Consultores ela... O IBAMA a contratou em 2003?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Sim. O IBAMA...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Contratou?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Eu posso lhe explicar detalhes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso. Contratou? Para que finalidade que ela foi contratada?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Para o planejamento e a reformulação de gestão do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E houve irregularidade no IBAMA, porque houve denúncia de irregularidade.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Estamos na fase final do processo administrativo disciplinar. Na fase final.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - De investigação da contratação da empresa.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Está na fase final já. Já está se concluindo. Faltam os últimos passos, mas o Tribunal de Contas da União e a



Secretaria Federal de Controle foram comunicadas, e todas essas instâncias externas ao IBAMA já foram comunicadas do evento, porque foi o próprio Presidente quem detectou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Hum.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Foi o próprio Presidente quem detectou. E em detectando exonerou, ato contínuo da evidenciação, o Diretor de Proteção, o Diretor da DIGET, da nossa Diretoria de Planejamento, que era responsável por esta contratação. E foi exonerado ato contínuo e se abriu processo administrativo disciplinar. Apurou-se, e está na tramitação final. E, se eu — salvo engano, que eu não acompanho *pari passu* —, deve estar para parecer final a ser mandado para o Ministério do Meio Ambiente, que é quem delibera, em última instância. Mas para que nós saíamos com esse processo, ele hoje está localizado na Procuradoria-Geral do IBAMA para o parecer final e encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não é de agora, mas o IBAMA tem feito concursos públicos, não muitos, mas começou fazer alguns recentemente. E eu mesmo, como Parlamentar, recebo assim... Numa ocasião, recebi um pedido de transferência dizendo: “Olha, eu queria que o senhor falasse...” Chegou bem desse jeito: “Eu sei que o senhor conhece o Dr. Marcus, é do seu partido, e eu quero ser transferido da Amazônia para outra região.” Eu fiz a seguinte pergunta: “Quanto tempo você tem de IBAMA?” “Ah, eu estou no estágio probatório.” Após a segunda pergunta, eu disse: “Então, você leu o edital e conhece a legislação. Então, não conte comigo porque é ilegal. E ilegalidade nós não vamos cometer. Não vou falar nem com o Marcus”. Tanto é que nem falei. Estou te contando isso aqui agora. Aí a pessoa me disse: “Mas estão ocorrendo transferências de pessoas que não cumprem o estágio probatório, não cumprem o que está disposto no edital”.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A minha pergunta é: esses fatos estão ocorrendo? E se não estão ocorrendo, esses fatos e transferências estão sendo investigados?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Bem, primeiramente, o que o Deputado aqui menciona é fato real. Nós fizemos concurso, ao final do ano de 2002, que veio para o IBAMA como um lenitivo importante no que diz respeito à renovação. O IBAMA estava envelhecendo, e nós precisávamos de sangue novo



para estimular, inclusive os que estavam envelhecendo. Esse concurso foi sabiamente direcionado para a Amazônia, mas foi um concurso nacional. Tanto que quando eu cheguei à Presidência do IBAMA, há 2 anos e 6 meses atrás, e que nós começamos a discutir essas demandas que vinham, no sentido de fazerem retornar aos seus locais de origem, eu levei ao Conselho Gestor e disse uma frase que eu mesmo guardei. Eu disse: chegando da Amazônia, entendendo a importância que era suprir a Amazônia das suas necessidades, eu disse: “Da Amazônia, ninguém sai”. Mas aí começaram a surgir doenças graves, teve gente que matou a mãe, matou o pai, adoeceu o avô, adoeceu o filho, com todas as justificativas documentadas, inclusive com recursos legais, para sair da Amazônia. Aos casos comprovados, nós fomos abrindo essas exceções. Teve um que eu preciso relatar aqui. Um determinado senhor foi reivindicar a transferência de uma pessoa em Rondônia, exatamente na terra do nosso Presidente Casara, em Guajará-Mirim, e essa pessoa pediu... Disse: “Olha, Presidente, eu estou pedindo essa transferência porque essa pessoa está muito doente e não tem condições de ficar lá em Guajará-Mirim”. Eu disse: “Bem, então, o senhor faz o seguinte... Ela está doente, né, o senhor está dizendo. Então, traga para eu examinar”. Ele tomou um susto: “Presidente, aí, de paletó, pediu para examinar a moça?” Eu disse: “Não, traga, eu sou médico, eu examino. Se ela estiver doente e eu comprovar isso, eu transfiro na hora, porque eu tenho muito coração e respeito por isso”. Ele nunca voltou para trazer a moça. Mas eu estou fazendo uma viagem, a convite do Deputado Casara, no Vale do Guaporé, e o avião pousa em Guajará-Mirim. E como eu faço todas as vezes que chego a determinado lugar, porque o IBAMA é tão capilar como o Exército, fui à sede do IBAMA e comecei a me reunir com os nossos servidores. Era uma noite de sábado. Aí, eu disse, aquela coisa que a gente diz: “Vamos nos apresentar? Eu sou o Marcus Barros, sou Presidente do IBAMA. E a senhora?” É fulana. “E a senhora, quem é?” Aí, quando chegou a uma moça, daquelas moças da sua terra, de olhos bonitos, loura, alta, que destacava dos indiozinhos lá, destacava-se, ela era muito mais alta, eu disse: “E o seu nome, como é?”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Sem os preconceitos, Presidente.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Aí eu disse: “E o seu nome, como é?” Ela disse: fulana de tal. Eu disse: “*Mas como a senhora se recuperou...*”



mas impressionante... O meu laudo, a essa distância, é que a senhora é saudável, a senhora não vai sair daqui". Era a moça que queria se transferir porque estava muito enferma. Quer dizer, então, todas essas justificativas foram ocorrendo. E, aí, o que nós fizemos, para democratizar o processo? Fizemos uma seleção interna, um concurso interno para quem queria se deslocar da Amazônia. Então, usamos esse critério. O concurso, então, motivou determinados deslocamentos para essas áreas. Áreas na Amazônia sofreram muito. Eu vou especificar uma: Tefé. Tefé, no médio Solimões, quase se esvaziou. Mas, para encerrar a abordagem, o segundo concurso, agora, que vai se realizar, é para 610 pessoas. Mas nós fizemos uma pequena correção, viu, Deputado Rosinha? Nós estamos fazendo o concurso regionalizado, não tirando a possibilidade de quem vem de fora também fazê-lo. Mas, em Rondônia, vai ser de Rondônia; do Amazonas, vai ser do Amazonas, não tirando o direito constitucional de ir e vir, mas isso dá uma chance para revigorar quem está na Amazônia e quem precisa de emprego e é mais identificado com aquele nosso calor insuportável e a nossa umidade de cem por cento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Na exposição da operação Curupira, o senhor disse que a Autorização para o Transporte de Produtos Florestais foi a maior investigação. Mas na CPI, que já teve aqui, na legislatura passada, constatou-se, também, que era um dos locais de maior fraude, de denúncia de maior fraude, era naquele momento. A operação Curupira identificou no tempo essa situação ou foi muito localizada?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Perdão, eu não peguei a essência da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Houve uma CPI na legislatura passada e uma das principais denúncias que nós recebíamos aqui é que as fraudes ocorriam nas ATPFs, e ela foi investigada, agora, na Curupira.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A minha pergunta é: foi localizada no tempo essa investigação ou ela voltou no passado, pegando...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, ela tem 10 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Pegou 10 anos, o período de 10 anos?



O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Perdão, nós prendemos uma pessoa que estava distante, lá em Paranaguá, e que tinha um comprometimento de 10 anos passados. E vamos continuar no mesmo ritmo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ótimo, porque, daquela ocasião, vieram as denúncias de ATPFs geradas no escritório de Eunápolis, na Bahia. Daquela CPI, houve essa denúncia.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Claro, a Arribação chega lá na Bahia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - No dia 11 passado, o nosso Diretor de Proteção Ambiental, o Flávio Montiel, que estará aqui daqui a pouquinho, reconheceu o furto de 25 mil ATPFs no Estado do Pará. A pergunta é: como é que pode uma quantidade tão grande de ATPFs estar concentrada num só local? Isso favorece os ladrões.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Como é que pode essa questão...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Isso foi uma... Ao chegar ao IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Eu gostaria de convidar o Presidente Antonio Carlos Mendes Thame para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O nosso Presidente vai responder, eu fiz a pergunta.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Nós estávamos na ATPF...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Na questão das 25 mil ATPFs do Estado do Pará. Como pode ter tantas delas concentradas no Estado do Pará?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - É porque a atividade madeireira é a maior do Brasil, junto com o Mato Grosso. Mas a questão... Primeiro, uma pequena correção, só para os registros: foram exatamente 22 mil e 500 ATPFs. E o que aconteceu? Nós estávamos chegando ao IBAMA, era um domingo à noite, e um bando invadiu a sede do IBAMA, dominou 2 seguranças, foi direto à ATPF, lá onde estavam guardadas as ATPFs, e roubou, na própria caminhonete Mitsubishi do IBAMA, roubou essas 22 mil ATPFs. O primeiro recurso que eu despendi ao chegar



no IBAMA foi um edital para todo o Brasil, que custou 37 mil reais, para suspender todas essas ATPFs e para denunciar para o Brasil inteiro o furto dessas autorizações. Nós, depois, rastreando, encontramos por todo o Brasil, todo o Brasil, não só no Pará, mas em Rondônia, encontramos muitas dessas ATPFs nesse rastreamento do Trevo do Lagarto, no Mato Grosso, encontramos muitas dessas ATPFs. E o processo que instauramos, que a Polícia Federal instaurou, prendeu esse bando em Paragominas, lá no Pará, onde eles haviam abandonado essas caminhonetes que roubaram. Mas é isso. E, por isso, também, a partir daí, nós intensificamos, pela fragilidade... Uma vez eu cheguei em Marabá, e as ATPFs eram guardadas em um lugar extremamente inseguro, onde qualquer um do povo poderia ter acesso a elas. A fragilidade, em si, de elas funcionarem no processo de autorização e serem tão frágeis, no sentido de serem adulteradas, calçadas... Elas ainda podem, e poderiam ser roubadas, como foram no Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E qual o mecanismo de substituição para ter segurança? O que está sendo feito?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Isso que nós abordamos aqui no início da nossa fala é um processo complexo, que está em construção há 8 anos, começou em 85, que é um sistema chamado SISPROF, onde será feito *on line* um controle da ATPF, pelo menos num primeiro momento, que é o que mais nos interessa do ponto de vista ambiental, que é a definição da origem da madeira à primeira indústria. Isso aí nós já estamos com um piloto, rastreando por satélite através dos *track*, das cebolas. Nós já estamos por computador tentando fazer, e vamos conseguir, uma liberação *on line* onde eliminamos todos os intermediários. Esse processo está no final, é o processo mais complexo, porque tem a questão da telemática em si, do próprio IBAMA, da DIREF. Isso já vem do governo passado, não é criação nossa. Nós estamos apenas aprofundando. Já vinha um contrato com a Universidade de Lavras, onde nós temos de rever esse contrato. E estamos numa fase de aperfeiçoamento final, porque temos claro desde que chegamos, e outros administradores, antes de nós chegarmos, já tinham claro que a ATPF é um fator de corrupção.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu vou só fazer uma última pergunta, voltando até naquela questão de transferência anterior. Nós sabemos que muitos servidores, e a maioria são servidores sérios e honestos do IBAMA, e a gente sabe



que alguns deles inclusive sempre sofrem ameaças de morte no exercício do seu trabalho.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Morrem. Alguns morreram no exercício do trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E a servidora Livia Karina Passo Martins foi transferida. Do IBAMA ela foi transferida para Salvador por estar sendo ameaçada de morte. Houve apuração de quem ameaçava porque só transferir não... só transferir é importante, mas é pouco. Tem de ser investigado quem está ameaçando.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Ela saiu de onde e foi para Salvador?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Itaituba.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - De cabeça assim eu não sei, mas eu lhe respondo sobre que ato averigua isso ou se não averigua.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É, porque às vezes tem o crime organizado por trás. O desmatamento ilegal é crime organizado, o tráfico de animais é crime organizado...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - ... a pirataria biológica é crime organizado. Então, às vezes, a ameaça ou até a morte do funcionário é que atrás tem algum criminoso. Bom, para ameaçar já é um criminoso, o cidadão comum...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - O senhor sabe, Deputado, que esse é um mecanismo de corrupção. Quer dizer, ameaçam a vida para depois ele isolado, sem outra alternativa, ele se corrompe, porque ou ele pega a propina ou ele morre a bala mesmo. Quando a gente consegue transferir, a gente protege, mas, às vezes, a gente não consegue. E o risco de vida é real.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Dr. Marcos.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Obrigado, Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - São essas questões, Sr. Presidente.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Eu gostaria de passar para a Presidência o que eu mencionei em relação àquele trabalho de avaliação da safra legal que eu julgo ser importante que ele componha os autos da Comissão como documento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está ótimo. Bom, do Deputado Dr. Rosinha as perguntas que ainda, por ventura, não tenham sido respondidas nós encaminharemos ao nosso depoente convidado de hoje, se puder nos informar, para que possa responder por escrito. Ainda tenho algumas perguntas, se me permite, quero encaminhá-las.

A primeira é a seguinte: essa denúncia, se alguma já tiver sido feita, nós... O som nos informa que já houve a resposta, mas a primeira é a seguinte: essa última denúncia da revista *Veja* mostra que foi adicionada ao nosso polinômio mais uma variável. Nós atribuíamos o desmatamento, primeiro lugar, a uma legislação não totalmente suficiente, a uma fiscalização insuficiente, claramente insuficiente, terceiro lugar, a uma desorganização gerencial, em quarto lugar, a uma falta de decisão política. Isso é um agregado de tudo aquilo que ouvimos aqui nos diversos depoimentos. E agora a *Veja* agregou mais uma variável, que é o da corrupção. Técnicos do IBAMA permitindo que houvesse desmatamento, facilitando a fiscalização em troca de propina e de ajuda para campanhas do PT. O que o senhor poderia nos informar a respeito?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Sr. Presidente, Deputado Mendes Thame, eu me reportei a isso em profundidade na minha exposição inicial e nos debates. Eu posso explicitar mais, se for... posso aprofundar mais além do que eu já disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, não, se o senhor já explicou. Queria em seguida perguntar o seguinte: Qual o índice de filiados do PT que ocupam cargos de confiança e de direção no IBAMA?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Eu posso pegar a diretoria como exemplo. A diretoria do IBAMA, o Presidente, que não foi indicado pelo PT, foi chamado a convite da Ministra Marina Silva. O PT não sabia. O Presidente da IBAMA é do Partido dos Trabalhadores, só. Nós somos 8 servidores, alguns aqui estão presentes, os diretores, o Procurador-Geral foi Presidente do INCRA no Governo Fernando Henrique Cardoso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - E os demais servidores, eu acho, não sabem onde é a sede do PT aqui no Distrito Federal, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Desses funcionários que foram presos pela Polícia Federal o senhor conhecia pessoalmente algum deles?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Conhecia o gerente, porque foi eu quem nomeou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Qual o gerente?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - O gerente Hugo Werle, do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Já está solto ou continua preso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Já está solto. Já, Hugo, já. Já foi solto.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Está. A informação que eu tinha... Não foi não?

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Ah, é, ainda está em preventiva? Foi decretada preventiva, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A esse respeito do Hugo Werle, citado pelo senhor, e filiado ao PT e membro do Conselho Fiscal do partido, disse a revista que ele é filiado ao PT e membro do Conselho Fiscal do partido, preso pela Polícia Federal sob a acusação de chefiar um esquema de arrecadação em Mato Grosso, segundo a revista. Teria movimentado, também segundo a revista, 890 milhões em 2003, com transporte de madeira extraída ilegalmente e é responsável pelo desmatamento de uma área de 43 mil hectares para retirar ilegalmente 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira, que teria como destino a Europa. Segundo consta, o responsável pela sua indicação é o Deputado Carlos Abicalil. Pelo jeito, não é. Foi indicação sua.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Eu posso lhe explicar melhor ainda. Posso lhe explicar melhor se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Só para concluir, o senhor tem conhecimento desse fato, dele ter feito essa arrecadação? O



diretório do PT recebia alguma parte da arrecadação ou o senhor tinha conhecimento de que ele arrecadava dinheiro de madeireiros para campanha de candidatos do PT daquela cidade, como foi afirmado pela revista, segundo afirmações dos próprios madeireiros?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Deputado, o critério que eu usei ao chegar à Presidência do PT para escolha dos gerentes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Presidência do IBAMA.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Perdão, gerência do IBAMA, não foi ligado.... não, porque eu já dirigi o PT duas vezes, por isso, que às vezes... mas eu construí um banco de dados onde eu recebia 3 currículos das 37 gerências e desses 3 currículos eu escolhia um. Do Mato Grosso, dos 3 que me foram enviados, eu escolhi o professor Hugo Werle, já disse isso anteriormente, pelo padrão do seu currículo. Eu nunca vi o Professor Hugo Werle....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS -, e ele teve uma ação, do ponto de vista institucional, a nossos olhos, uma ação administrativa boa. A ação moral é que não foi boa, nós detectamos, e a Polícia Federal prendeu. Eu desconheço, eu não faço parte do PT do Mato Grosso. A minha militância é no Estado do Amazonas. Eu não conheço nenhum procedimento no Estado do Mato Grosso ligado ao Partido dos Trabalhadores, eu não posso especificar porque não tenho conhecimento. Minha relação foi estritamente funcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. A reportagem da *Veja* traz texto dos jornalistas Leonardo Coutinho e André Rizek afirmando que *“o PT deu a senha para desmatar e que seções do partido deixaram as feições políticas, para assumir contornos de organizações criminosas.”* — uma das mais pesadas frases contra o PT. *“Membros do partido do Governo e pagos para defender a floresta vinham agindo ao contrário, como cupins, contribuindo para dizimá-la em troca de suborno. Segundo investigações da Polícia Federal, feitas no Estado do Pará, os candidatos a Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores Paulo Medeiros, em Uruará, Chiquinho do PT, em Anapu, e Lenir Trevisan, em Medicilândia, teriam recebido cada um 300 mil reais nas eleições de 2004. Porém, o Sr. Leivino Ribeiro, Presidente da Associação das Madeiras dos Municípios de Anapu e Pacajá, afirmou que o seu grupo gastou na parceria com o PT 2 milhões*



nas últimas eleições". Gostaria de saber se o senhor teve conhecimento, em algum momento do início da campanha de 2004, meados de junho, até o final do ano e início do ano que vem, de algum caso em que funcionários do IBAMA, portanto, da instituição, tenham agido ainda que em contribuições claras, com recibo eleitoral, tudo, tenham agido para arrecadar recursos para candidatos a Prefeitos do PT?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Eu não estabeleço... a minha questão é estritamente ambiental. Eu não sou militante do Partido dos Trabalhadores no Pará e, se eu posso sugerir, isso é um assunto para a investigação da Polícia Federal. A Polícia Federal deve ir fundo e investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agora, uma questão puramente administrativa. A revista *Veja* apurou que um ex-gerente executivo do IBAMA em Natal, Solon Fagundes...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Já respondi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esse já respondeu? Sobre o desaparecimento de uma multa 1 milhão e 300 mil reais que evaporou do sistema de informática?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Já respondi, porque o próprio Solon diz que é tudo mentira. Ele escreveu para a *Veja* num documento dizendo que a *Veja* escreveu o que ele não disse. Ele não disse isso nenhuma vez. Ele pôs por escrito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, perfeitamente, é suficiente.

A reunião dos chanceleres da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, formada pelo Brasil, Venezuela, Suriname, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Guiana, ratificou o compromisso de soberania sobre um território de 7,5 milhões de quilômetros quadrados e, com isso, a implantação de política de desenvolvimento sustentado, e reconheceu o valor do conhecimento tradicional, estimulando os países a preservá-los.

Como o senhor vê, dentro desse contexto de o Brasil ter ratificado esse acordo, essas denúncias envolvendo o IBAMA e que tentam deixar o Brasil numa situação desconfortável de infiel depositário perante a comunidade internacional, dando margem a especulações até a respeito de uma inusitada possibilidade de intervenção?



O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - A minha exposição, Deputado Thame, inicial mostrou, eu espero ter sido claro em relação ao que foi a operação. Determinados setores da imprensa tentaram inverter o que o IBAMA fez olhando para si e cortando na própria carne. Essa, eu disse anteriormente, é uma operação do IBAMA para mostrar para si, para esta Casa, para o Brasil e para o mundo que uma das fatias da devastação ambiental vem da corrupção. E ele resolveu cortar na própria carne. Os outros parceiros chegaram depois do IBAMA. Essa operação é do IBAMA e, no nosso entendimento, isso mostra a transparência com que o Brasil trata a questão da corrupção. Essa operação começou com indícios há 2 anos atrás. Essa operação do IBAMA se aprofundou há 10 meses atrás. Depois veio a Polícia Federal e o Ministério Público Federal com dados levantados pelo IBAMA. Quer dizer, isso, ao contrário, deve orgulhar o Brasil. Eu disse que nos entristecia porque, contando na própria carne, nós demitimos, exoneramos, criamos processos contra os nossos próprios servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. O Sr. Atanagildo de Deus Matos, homem de sua confiança, pelo que diz aqui, pelo que se diz aqui...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não, eu exonerei ele, através de um processo. Não é de minha confiança, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não é?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Foi acusado de desviar 1,5 milhão de recursos de projetos ambientais. Porém, por uma alteração do organograma do IBAMA, proposta essa alteração pela Ministra e aprovada pela Casa Civil, passou a ocupar a Diretoria de Populações Tradicionais e Integração Sócio-Ambiental, mesmo tendo um passado um tanto quanto duvidoso. O senhor participou dessa nomeação?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não senhor. Quando eu cheguei, o Sr. Atanagildo não era diretor, porque não havia Diretoria de Populações Tradicionais. Ele pertencia a um Centro Nacional de Populações Tradicionais, chamado CNPT. A nomeação não foi nossa. Nós já encontramos ele aí e quando detectamos problemas que apresentava a sua gestão, da anterior à atual, abrimos um processo, demitimos, exoneramos o Sr. Atanagildo, que não é servidor do



IBAMA, e tomamos todos os procedimentos legais. Se alguém aqui na plenária quer mais sangue, que avance. Mas tudo o que fizemos, do ponto de vista administrativo, foi isso. Não dá para matar, porque não tem pena de morte no Brasil. Aí, não dá mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Muito obrigado. Nós estamos satisfeitos, de minha parte. Gostaríamos de saber se o Deputado Rosinha gostaria de complementar alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essa questão do Sr. Atanagildo, ele era diretor de quê?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Não era diretor, não tem a diretoria.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Do Centro...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Do CNPT, Centro Nacional de Populações Tradicionais, que está se transformando em Diretoria de Populações Tradicionais. Nós estamos tentando evoluir...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E qual era a ligação administrativa desse Centro com o IBAMA?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - O IBAMA tem 23 centros, tem centros nacionais, esse era um deles. O IBAMA tem centro de madeira, centro de atividade pesqueira...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Atanagildo era desse órgão?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - O Atanagildo era o chefe desse Centro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Do Governo anterior?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Do Governo anterior.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É necessário dizer isso porque... E foi exonerado pelo atual Governo?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Foi exonerado pelo atual Governo, depois de um procedimento muito aprofundado das suas ações.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu quero fazer alguns comentários, em função de a revista *Veja* ter sido citada tanto nas perguntas do senhor. Eu era leitor da revista *Veja*. Há muitos anos deixei de ser. É uma revista que tem posição ideológica definida, não em relação ao PT, mas pró-americana e



pró tudo o que é poder e poderosos neste País. Eu não leio a revista *Veja* e desconfio de informes da revista *Veja*, porque o próprio Roberto Jefferson, que eu nunca tive como exemplo na minha vida, chamou-a de revistinha, há poucos momentos atrás. Isso é importante que seja dito.

A outra questão é a seguinte, Presidente: eu estive aqui no mandato anterior e eu nunca questioneei por nomeação de filiados do PSDB em cargo de confiança do Governo e nunca pedi cargo para o PT, e acho que um Governo que ganha as eleições tem direito a nomear quem ele deseja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não há mal nenhum em nomear algum petista. E se ele é desonesto, corta na carne, como acabou de ser feito, até porque, eu fiz a pergunta anteriormente, as autorizações que foram investigadas estão há mais de 10 anos investigando, e o PT só está no Governo há 2 anos. E pegou de 10 anos o crime. Então, é importante que a gente tenha isso, porque não faz mal nenhum ser no PT. Agora, o mal é ser desonesto em qualquer partido que esteja. E se estiver no PT, temos que afastá-lo do partido e da administração. Não deixar pedra sobre pedra, como diz o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Complementando as suas lúcidas e oportunas observações, o que temos batido muito é no sentido de que a ocupação desses cargos de confiança seja feita por pessoas sem o devido preparo. O Dr. Marcus esclareceu bem como é que ele escolhia, levava em conta não só o fato de ser petista, mas o currículo. Tinha que ter um conhecimento para ocupar o cargo, para que não ocorresse como ocorreu no INCA, no hospital do INCA, em que foram colocadas pessoas que não conseguiram tocar. Podiam até ser honestos, mas estavam causando um malefício no atendimento público e denegrindo a própria imagem do Governo.

Eu tinha mais uma pergunta, se me permite, Dr. Marcus. É a seguinte: o servidor Alberto de Paula Martins, do IBAMA de Santa Catarina, afirmou, nessa CPI, que o termo de cooperação proposto pelo gerente executivo e firmado entre o IBAMA e a ESCA resultou na retirada de 10 mil metros de madeira em toras pelo MST, e não 2 mil metros cúbicos de madeira seca, como o previsto. Disse, também, que o MST estabeleceu em seu acampamento, situado em área da FLONA, Três



Barras, um ponto de venda da madeira e manteve um estaleiro, onde os caminhões carregavam a madeira, conforme fotos. Gostaria de saber se foi instalada, em função desse servidor do IBAMA, que declarou isso aqui na CPI e afirmou já ter comunicado anteriormente ao IBAMA esse fato, se foi instalada uma sindicância e, se ela foi realmente instalada, se o senhor tem memória de como anda essa apuração dos fatos?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS - Sr. Presidente, veio para essa Comissão o nosso diretor da DIGET, o nosso Diretor de Planejamento Estratégico, que foi gerente do IBAMA em Santa Catarina, à qual o assunto está ligado. Ele fez um depoimento de 4 horas sobre o tema, o Dr. Luiz Fernando Merico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Se o senhor puder nos encaminhar também, no mesmo prazo das respostas dessas perguntas, algum relato sobre como anda essa CPI... Era isso. Deputado Casara, por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas agradecer a participação do Presidente Marcus Barros e fazer aqui um testemunho, Sr. Presidente, na minha avaliação, dos importantes critérios utilizados pelo Presidente Marcus Barros para a nomeação dos cargos. Realmente, eu estive conversando com V.Sa. no início da sua gestão, e me pareceram muito bem selecionados os critérios para a nomeação dos cargos. Evidentemente que, como bem V.Sa. colocou, trabalhamos com recursos humanos, e é por isso que existe o trabalho de supervisão. Mas, de qualquer maneira, estamos satisfeitos com as suas posições. Tenha certeza de que a sua contribuição foi muito importante para o andamento desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Dr. Marcus Barros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Estou encaminhando ao Dr. Marcus Barros as perguntas que não foram respondidas, para que no prazo de 7 dias, se for possível, nos encaminhe as respostas. E queria externar, de público, meus agradecimentos pela sua contribuição.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Assume a presidência, porque volto, como membro da Comissão de Ética, lá para o plenário, a Deputada Thelma? Ou o Deputado Casara. Reassuma, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dando continuidade aos trabalhos, convidamos o Dr. Elielson para tomar assento à mesa. Dando prosseguimento, concedo a palavra ao Dr. Elielson. V.Sa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Vou tentar ser o mais breve possível. Primeiro eu cumprimento os Deputados, a Deputada do Estado do Mato Grosso, Deputado do Estado de Rondônia, os demais membros da Comissão que não estão presentes, as pessoas presentes, dentre os quais o meu Procurador-Geral, Sebastião Azevedo, a minha amiga Inês, o Chefe de Gabinete da Ministra e outros colegas. Falar da apuração Curupira, eu acho que eu tenho que retroagir um pouquinho no tempo. A gente falar de IBAMA... IBAMA é uma coisa que me emociona muita, porque eu fui subordinado à sua presidência durante um período. E nesse lapso temporal eu trabalhei em algumas apurações, dentre as quais apurações no Estado do Pará. Estive no Estado do Pará em 1999, no ano de 2000. Foi quando eu comecei a aprender o que é IBAMA. Em 2000 cheguei no IBAMA, no Estado do Pará, para fazer um processo disciplinar contra a fraude e um plano de manejo, ou seja, um plano de manejo elaborado em nome de um cidadão chamado Mifi Buazetti. O nome é estranho, mas ele existe. E esse cidadão ... Usaram a documentação do cidadão. Utilizaram a documentação de uma área que não existia, título de propriedade falso, interpuseram um plano de um manejo que gerou DVPF e, conseqüentemente, ATPFs, que foram comercializados através de várias empresas. Isso foi descoberto. Foi feita uma sindicância, e eu fui para lá para fazer o processo disciplinar. Chegando naquele Estado, eu fui instado por um colega sobre uma possível falsificação em boleto bancário, adulteração. Isso em 2000. O Deputado Dr. Rosinha chegou agora. Um boleto bancário, que é o boleto de pagamento do IBAMA. Selecionei, fui ao Banco do Brasil, fiz um ofício, levei, constatamos que era falso. Daí para frente, peguei os dois membros da equipe que trabalhavam comigo, começamos levantar todos os planos de manejo, buscar todos aqueles boletos bancários falsos. Nesse busca, idas e vindas, eu passava por um setor chamado DICOF. Eu estou fazendo esse histórico e vocês vão entender por quê. Passava por um setor chamado DICOF e vi um cidadão lá sentado como se funcionário do IBAMA fosse. Sentado num sistema chamado SISMAD. SISMAD é o que absorve os dados para a movimentação que deve controlar a movimentação de madeira. É o sistema que foi criado para isso. Ele sentado, digitando. Eu me



apresentei. Funcionário tal, funcionário tal. E aquele ali não era funcionário? Quando eu perguntei, um contrato do PNUD. Fui embora. A minha curiosidade investigativa não tem jeito. Fiz um ofício. A presidente, na época, era Marília Marreco. Eu fiz um ofício para o PNUD e obtive resposta que o contrato — isso era em julho — dele havia terminado, pasmem, em fevereiro de 2000. E ele engenheiro florestal, controlador de várias empresas madeireiras, estava dentro da DICOF, sentado no SISMAD. Fui mais além. Quando eu comecei a verificar boleto bancário, fui verificar a documentação de outros planos de manejo. Num número de 100 planos de manejo, encontrei 32 planos de manejo falsos, dentre os quais, um desses planos de manejo, com documentação falsa e com ofício do cartório que eu oficiei. No cartório, obtive resposta de 32 documentos que eram falsos. E um deles pertencia a esse engenheiro florestal que estava contratado pelo PNUD, para implantar o PNUD. Foi o coordenador-geral para implantar o PNUD, o SISMAD. Contratado pelo PNUD para implantar o SISMAD em todo o Brasil. Chama-se Armando Pinheiro. Tem toda uma documentação provando isso aqui, toda documentação. Ou seja, contrataram, na verdade, a raposa para tomar conta do galinheiro. Aí, quando nós fomos verificar o SISMAD — eu que conheço muito pouco de sistema de programa —, chamei um técnico de Brasília, e aí descobrimos que o SISMAD tem um defeito na origem que qualquer pessoa ingressa no sistema, faz qualquer alteração no sistema e a sua senha não fica gravada lá. Quer dizer, foi criado por esse cidadão. Aí você diz: o projeto dele é de 1990. Falso. Ele foi revalidado em 91, 92, 93, 94. Mas se fosse só ele! É um caso. Ele era ex-delegado do IBDF. Era só ele? Não. Fomos pegar outros projetos. O do Mifi Buazetti, o autor do projeto Mifi Buazetti era um engenheiro florestal que era cunhado dele, casado com a irmã que trabalhava tirando ATPF do projeto dele e de todos os outros. Havia, na verdade, um grupo de pessoas movimentando projetos falsos dentro do IBAMA e, dentre aqueles, era o engenheiro florestal Armando, contratado pelo IBAMA para fazer o SISMAD. Isso eu tenho provas. Eu não estou contando nenhum fato... eu não estou aqui elucubrando. Não. É fato. Eu tenho documentos. Fiz um relatório naquela época já denunciando o SISMAD, já dizendo da fragilidade do SISMAD, no ano de 2000. Mandeí cópia do relatório para a Presidência do IBAMA — Marília Marreco —, mandei cópia do relatório para a gerente-executiva local, mandei cópia do relatório para o Ministro. Não sei se chegou, mas mandei, emiti o relatório. Todos os documentos foram



encaminhados. E peguei todos aqueles processos falsos, levei para o Ministério Público Federal, mandei instaurar os processos administrativos e requeri que se ingressasse com ação penal. Eram mais de 32 pessoas envolvidas nessa fraude, dentre as quais, aquele que foi agraciado para fazer o plano, para fazer o SISMAD. Infelizmente, foi-se tocando SISMAD de lá para cá, sem que nenhuma medida fosse tomada. Eu tenho certeza que o Dr. Casara, quando foi Presidente, desconhecia do nosso relatório. Não chegou às mãos dele. Porque se ele tivesse tomado conhecimento, com certeza absoluta, ele determinaria a modificação. Infelizmente, não houve isso. Aí, já na gestão do Dr. Casara, em 2001, já em 2001, eu sou conduzido por uma portaria do Presidente, que era o Deputado Casara, para fazer processo disciplinar, que é a minha área de atuação — do outro lado eu só sou curioso, e sou curioso até demais, às vezes descubro o que não devo —, eu sou convocado para fazer processo disciplinar do chefe do parque da chapada e do Nivaldo Bezerra, que era o ex-gerente, e vários servidores. Comecei a dar andamento no processo. Recebo um documento, uma denúncia anônima, protocolada no Ministério do Meio Ambiente em 2000, onde ela traduz uma verdadeira quadrilha trabalhando com comercialização de mogno, vendendo... na verdade, comercializando caminhões no trevo do Lagarto e dando nomes às pessoas, citando nome. Não era uma denúncia anônima, mas citava nome de servidores, citava Marisa, que era de Rondônia, citava Randolpho, que era da administração central, trabalhava com mogno, citava Marco Pólo, administração central. E naquela época — eu não sei com quem eu falei da minha procuradoria, mas tentei — busquei um amparo para que eu pudesse proceder àquela apuração. Infelizmente, naquele momento, eu não fui autorizado. *“Olha, você está com um processo muito complexo, continue no seu processo e deixe isso de lado”*. E eu não me contive, porque eu tenho a responsabilidade da Lei nº 8.112, da qual eu sou submetido a ela. O que eu fiz? Sabendo que aquela denúncia envolveu alguns servidores da administração central, me preocupava realmente remeter isso para a administração do IBAMA. Procurei comprovar alguma coisa. Busquei um plano de manejo de um cidadão chamado Coriolano. Ele tinha 2. Nesse plano de manejo, eu verifiquei que um... que não havia... haviam várias pendências, porque existia uma operação, que o Casara conhece — *“Amazônia fique legal”*. Eu ouvi aqui dizer: *“Ah, não havia operações na Amazônia”*. Muito pelo contrário, havia negociações na



Amazônia. Eram grupos que iam para dentro do Estado do Mato Grosso, Deputado, para negociar. Eu falo com maior tranqüilidade e abro a minha... boto aqui para que, se eles quiserem, podem me processar. Iam negociar, criavam dificuldade para obter facilidade no Estado de Mato Grosso, no Estado do Pará. Eram sempre os mesmos. Eram coordenações específicas. Quando eu cheguei no Pará e comecei a apurar os planos de manejo, no ano de 2000, um cidadão apareceu lá. Quando eu estou fazendo no Mato Grosso e começo a apurar essa denúncia, o mesmo cidadão aparece por lá. E...

(Não identificado) - No ano de 2000?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – No ano de 2000 — no ano de 2001, no Pará.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Por favor, vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Quando, em 2001, eu comecei a fazer a verificação do plano de manejo desse Coriolano, constato que havia uma pendência. E, até um determinado momento, o plano era todo irregular. O projeto... Os 2 projetos eram absolutamente irregulares do ponto de vista jurídico, pela minha análise, do ponto de vista técnico, com várias vistorias dizendo isso. E, de uma hora para outra, cai um documento de Brasília, assinado por um servidor de Brasília, que diz: *“Não há mais pendência nos projetos. Libere-se”*. Foi realizado...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O nome do servidor.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Randolf, Randolf. Foi preso na operação, através do relatório que nós remetemos ao Ministério Público Federal. Foi preso. Nessa última operação, estava no Estado do Paraná. Esse cidadão manda um memorando por *fax* dizendo que os dois projetos de manejo do Coriolano poderiam ser liberados por não haver nenhuma pendência em virtude de ter sido feito inventário 100%, mais uma patranha. Não havia inventários 100% nos dois projetos. Tirei os dois projetos do IBAMA, fiz o relatório especificando página a página e remeti para o Ministério Público Federal em 2001 — tenho isso aqui documentado. Deixei o Ministério em 2001 e tive de ir embora, porque o meu período de trabalho acabava e eu ali, no meu processo preliminar, indiquei a destituição de cargo da chefe do parque e a destituição de cargo do Nivaldo



Bezerra, que era o ex-gerente, punição para os dois. Volto para a minha cidade, sem ter tido a oportunidade de ter feito um aprofundamento naquela investigação. Retorno, com a graça de Deus, depois disso, passei por outros locais, passei por Rondônia, onde nós fizemos um trabalho que resultou na prisão de 17 pessoas no mesmo dia. Um trabalho que era diuturno, eu acordava e dormia com aqueles processos. É obvio que, quando vocês vêem no jornal e na televisão, é a Polícia Federal que prende. Não é o IBAMA, a minha Procuradoria, a PGF, não tem competência para prender. É a Polícia Federal. Mas quem faz todo o procedimento é o IBAMA, é a nossa Procuradoria. E eu fiquei em Rondônia — o Casara lembra disso — em 2003, nós ficamos lá, apuramos e prendemos quatro funcionários, treze madeireiros em 2003. Os quatro funcionários estão na rua, processo administrativo disciplinar. Vem 2004, e sou convocado para Mato Grosso. Aí, lembrei-me daquela peça velha que estava lá dentro da minha bolsa, tirei, levei de volta e fui ao Ministério Público. Busquei contato no Ministério Público Federal para saber o andamento daquilo que eu havia deixado. Para minha infelicidade, não se havia tomado nenhuma providência até o dia que cheguei lá. Tive até dificuldades de encontrar os processos, os dois procedimentos. Fui buscar, era um procurador que estava chegando lá, estava há pouco tempo, era o Dr. Mário Lúcio Avelar, consegui buscar os dois procedimentos e aí resgatei alguns documentos. Entre os documentos que eu havia entregue ao Ministério Público Federal, além da denúncia, havia um depósito e uma denúncia. Um depósito de 5 mil reais, feito em nome de uma cidadã chamada Arilda, e dizia que aquela cidadã Arilda era esposa do Randolf. Eu, na minha medida preventiva, busquei junto aos recursos humanos, lá em 2001 ainda, officiei e constatei que Arilda era a mulher do Randolf, Arilda Zachow, a mesma Arilda que tinha no nome do depósito do depósito. Feito por quem? Feito por Osmar Queiroz, o madeireiro que se beneficiou lá dentro do projeto do Coriolano, comprando todo o mogno graças à autorização que o Randolf jogou dentro dos dois projetos. E hoje, essa situação toda, graças à atuação nossa compartilhada com o Ministério Público Federal, juntando essas provas, Randolf foi preso nessa operação. Mas o Randolf não era um caso isolado. Eu fiquei 10 meses dentro do IBAMA com uma equipe de quatro ou cinco pessoas, no máximo, e fizemos uma apuração que se estendeu. Fomos a Santarém, fomos lá buscar a prova em Santarém para fazer o vínculo, a conexão Santarém, Mato Grosso. Vamos até ao



Pará, a Rondônia. Vamos fazer Rondônia, conexão Porto Velho e a Ariquemes, Mato Grosso. E trouxemos toda essa prova, coligimos essa prova, mas não é uma prova em que a gente traz e manda a ATPF calçada: *“Olha, é o fulano de tal interno e é o fulano de tal externo”*. Nós desenhamos as quadrilhas, nós criamos as ligações, nós não fizemos apenas ilações. Nós juntamos documentações que vinculavam um quadro nocivo interno, deteriorado ao longo dos últimos 10 anos ou 15 anos de IBAMA, e um quadro externo que se aproveitava da máquina, infelizmente, enferma pela mão-de-obra e enferma pelos sistemas. Os sistemas são precários. O SISMADE é precaríssimo, não atende às nossas necessidades, vem lá daquela administração que o colocou para isso. E, ao longo de 10 meses, obtivemos primeiro a autorização do meu Procurador-Geral que está ali. No primeiro contato que eu fiz com ele, eu falei: *“Eu preciso de um autorização para trabalhar, para fazer uma investigação que, com certeza, vai ser prolongada, vai ser demorada, e eu quero o seu aquiescimento”*. No dia seguinte, eu recebia por fax a Ordem de Serviço nº 10. Ela foi em agosto. Em agosto eu recebo a Ordem de Serviço, no dia 9 de agosto eu tive o primeiro relatório. Eu já tinha o primeiro relatório com nome de Marcos Pontes Xavier, Elvis Cleber, esse é o lado externo da quadrilha, Edmilson, Cedrus, que era o escritório de contabilidade, e mais o grupo interno. Mas, isso eu não fiz sozinho, eu não sou nenhum herói. O tempo todo — a gente tem que deixar isso bem claro — teve uma parceria, teve uma ação até apoiada com a minha Procuradoria, mas também com a Procuradoria Federal. Eu não posso deixar de fora o engajamento do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. O tempo todo nós obtivemos esse suporte, isso eu não vou abrir mão de colocar aonde eu estiver. E o Ministério Público dava continuidade ao trabalho, nós éramos um alimentador do Ministério Público e da Polícia Federal. Não há uma prisão, uma, a não ser a mais vinculada que é do diretor nosso, que essa eu não tive acesso a documentação, foi uma apuração do Ministério, mas 99% das prisões saíram desta documentação que está aqui. Todas, com auxílio talvez de um trabalho em que o Ministério, a Polícia Federal contactava: *“Elielson, precisamos localizar o processo tal”*. Lá minha equipe, se deslocava, vamos buscar e relatávamos o fato. Tivemos relatório de 192 páginas, relatório de 160 páginas. Isso era feito de uma forma muito precária, mas com muita boa vontade de todo o grupo. Nos unimos. Agora, logo depois da ordem de serviço de Sebastião eu me preocupei e pedi: *“Sebastião, a magnitude do*



problema tem que haver a participação contundente de toda a administração.” E junto — Sebastião vai lembrar disso — com o Dr. Mário Lúcio, eu e o Mário Lúcio, Sebastião e o meu Presidente, nos reunimos na sede do IBAMA. Foi quando saiu a portaria que instituiu o GTE, que foi no dia 13 de agosto... 13 de setembro de 2004. E fomos renovando esse GTE, e, paralelo a isso, para que não levantássemos nenhuma suspeita sobre o trabalho que eu realizava tive até que procrastinar o processo disciplinar que eu vinha fazendo contra os servidores, torná-lo um pouquinho mais lento. Mas isso não evitaria que eles fossem demitidos e os quatro foram demitidos, como o Presidente falou aqui agora naquela exposição. Demitimos três funcionários de carreira do IBAMA e demitimos um procurador-geral colega meu. Não sinto isso cortar nada na carne, eu sinto isso uma operação de catarse, de limpeza, de higienização, que todo órgão deve fazer, IBAMA, Previdência Social, têm que trabalhar em parceria. Se não tiver uma pessoa dentro cooperando com a Polícia Federal, um procurador, um administrativo, o serviço da Polícia Federal não se alimenta sozinho, não transcorre sozinho. Para vocês terem uma idéia — o Casara sabe bem do que eu vou falar —, a ATPF calçada... tem a ATPF calçada sendo... com um inquérito na Polícia Federal de 10 anos, e a Polícia Federal no final vai punir um pobre de um laranja que não tem nada com a história. Os verdadeiros autores, que são os quadrilheiros, quando a ação é descoberta, eles jogam aquilo para o lado e deixam... continuam, fazem novas empresas. A coisa era tão descarada, tão clara para a gente, tão nítida quando cheguei lá, que tinha empresa que sequer tinha CNPJ verdadeiro. O CNPJ era falso, se fazia a consulta e não existia o CNPJ, não estava cadastrado. Sobre a empresa fantasma que o meu Presidente falou foram 431, mas vamos chegar a mil. Chega-se facilmente a mil empresas fantasmas dentro do Estado de Mato Grosso, que só serviam para vender papel. E ouvimos hoje o discurso do lado político que a gente entende, do madeireiro. É um discurso que vamos ter um problema social? Vão. Vamos ter um problema social, mas não, Deputada, pode ter certeza, pelos argumentos que eles expendem. Não é por isso, não. Eles vão ter uma dificuldade primeira, imediata, porque aquela madeira que eles acobertavam com essa ATPF das empresas fantasmas e que eles contratavam mão-de-obra para trabalhar com o ilícito, ela vai deixar de existir. Então, ele vai ter que desempregar quem trabalhava com madeira ilegal. Isso, infelizmente, vai ter desemprego para aqueles que trabalhavam com a



madeira ilegal, que eram acobertados... Olha, a maioria das empresas do Estado de Mato Grosso, as grandes, usavam as empresas fantasmas para gerar crédito para elas. Então, não era um caso só do IBAMA, e o Presidente foi sensível quando estivemos lá e imediatamente falou: *“Elielson, não poupe ninguém”*. Não tive uma limitação, nenhuma limitação por parte do Presidente, por parte depois da Ministra do Meio Ambiente, que tomou conhecimento do fato e deu todo o suporte para que continuássemos naquele trabalho. O resultado, o Presidente pode colocar aqui se eu passava para ele alguma informação de ordem sigilosa para o Sebastião. Eu mantinha aquilo compartimentado, sabe por quê? Porque se vaza uma informação daquela a responsabilidade é minha, recai sobre mim. Eu conhecia todo o acesso. Eu só dizia para o meu Presidente, falava: *“Confia no nosso trabalho, nós vamos chegar aonde chegamos”*. Então, é uma coisa que tem que ficar bem clara porque a mídia explorou muito um lado só. Eu achei a televisão... e o tempo todo fala assim: Polícia Federal prendeu 104 pessoas, Ministério Público fez isso. Não. Foi uma ação das três instituições, mas as duas lá isoladas, sem a alimentação nossa, iriam morrer à míngua, iriam morrer à míngua, iam continuar lá fazendo processo contra os pobres e infelizes laranjas. Alguns até felizes, que receberam 100, 200 reais para dar o nome. Eu conto até casos. É tão grave, essas quadrilhas eram tão organizadas que elas colocavam propagandas na Internet para cooptar documentação, chamando pessoas para trabalhar através de uma empresa de São Paulo, de Belém, desculpe, e as pessoas forneciam seus dados. Depois, elas escolhiam dez, pediam para mandar a documentação. O pessoal mandava a cópia da documentação, tornaram-se sócios de empresas fantasmas. Era dessa maneira que eles agiam. Era uma organização criminosa. Acabou? Eu digo para o meu Presidente: *“Presidente, não acabou. Nós estamos apenas começando.”* E se o IBAMA começar a trabalhar dessa maneira, continuar dessa maneira, sem mudar o sistema, também não dá. Sem mudar o SISMAD, sem mudar o controle de ATPF. O controle de ATPF por radar — e o Presidente sabe que uma vez eu levei uma sugestão e permaneço com a minha sugestão —, se eu tenho minha conta bancária e eu controlo no sistema, é débito e crédito, débito e crédito, transfere essa responsabilidade para o madeireiro. Tira essa relação servidor. Vamos tirar essa relação do servidor com o madeireiro. O madeireiro tem que ter uma senha e ele cadastra lá, vai do plano de manejo que ele obtém lá o saldo dele e ele lança e o



SISPROF tem que estar integrado a isso. Se o sistema não se falar, é como se eu estivesse aqui falando sozinho e ouvindo vocês não estivessem. Se os sistemas não se comunicarem vai continuar a mesma coisa. Nós temos o SISPROF, que é o plano de manejo. Então, temos um sistema que tem que se vincular a ela para quando o madeireiro entrasse lá fosse... acendia uma luz vermelha. *“O que ele está dizendo lá daquela autorização é verdadeiro? É.”* Já debita automaticamente. Óbvio que é um trabalho de programação muito complexo. É, mas um técnico de qualidade faz isso em período bem curto de 6 meses, 5 meses, 3 meses. Da forma que está é que não pode ficar. A gente sabe da contenção, da dificuldade, do contingenciamento de orçamento, mas, infelizmente, o IBAMA vem sendo privilegiado pela corrupção há 10 anos. Agora que estamos agindo. Agora que nós estamos agindo. A Sara tentou, o outro tentou, agora falta o quê? Falta uma ação que você fique lá para apurar irregularidade específica. E olha, ficar dentro do IBAMA, do Estado de Mato Grosso — a Deputada conhece —, numa sala, com aqueles funcionários cotidianos. O meu cotidiano era encontrar com os corruptos no corredor todos os dias, com as pessoas, que eu tinha prova aqui. O Deputado... Alguém aqui perguntou sobre solicitar algum laudo falso. Jorge Cury, Reginaldo Juliano, tudo laudo falso. Marco Antoniacci. Tem mais de 30 que fizeram laudo falso. Eles faziam um técnica que chegava até ser engraçada. Iam no local para vistoriar uma empresa fantasma. Fotografavam madeiras, ilustravam em fotos, traziam laudos ilustrados com fotos e juntavam na pasta. E você vai verificar, e chama a atenção, tem foto. Você vai no local e não tem nada; é um campo aberto. O Presidente disse que viu um chiqueiro, mas é um chiqueiro que tinha um porco dentro. Um baita de um porco. Eu tenho a foto. Em outro local, uma madeireira lá em SINOP, que não existia há mais de 20 anos, tinha virado uma casinha de cachorro. Uma outra que há mais de 30 anos funcionava em cima de um caminhão, só tinha a placa. Então, para vocês terem idéia do número de crimes cometidos em Mato Grosso. Mas, o Mato Grosso está vinculado a Rondônia; o Mato Grosso está vinculado ao Pará. E se nós tivéssemos um pouquinho mais de gás para respirar, mas não tinha mais mesmo, o tempo começa a estressar, a Polícia Federal também olha o contingente de pessoas que foram utilizadas nessa operação. Se fosse uma operação que envolvesse todo o Estado do Pará, nós não teríamos talvez como prender todo mundo, juntos. E a organização, fica muito claro a parceria do IBAMA com a Polícia Federal e o



Ministério Público. Quando ocorreram as prisões no dia dos fatos os escritórios já sabiam, por exemplo: Ponte de Lacerda, quatro seriam presos, ficaria um servidor; Cáceres, quatro seriam presos, ficaria ninguém; Juara, quatro seriam presos, não ficariam ninguém, não ficaria ninguém — desculpe-me — e outros locais. Aí, nós tínhamos a preocupação de ocupar esses postos. Aripuanã, cinco presos. Ficaria lá o Edinaldo e o Tadeu. Aí eu me preocupei, o que eu fiz? Liguei para o Presidente. Falei: *“Presidente, nós temos que montar uma estratégia de ocupação.”* Vinte dias antes, nós tínhamos apresentado uma listagem. Criamos a listagem com servidores. Levamos 31 servidores de fora, para no dia 31, eles participarem com a Polícia Federal na operação. E pegamos os servidores da casa, que eu já tinha confiança, que eram os analistas novos, e eu peguei a chave de cada carro e falei assim — solicitei ao gerente que era o Hugo Werle, um dia antes — *“Eu quero seis carros, porque eu preciso fazer a operação desmatamento, mas eu preciso de seis carros.* Peguei os seis carros e falei: *“Você vai para uma operação. Saiu dois dias antes. “Seis horas da manhã do dia 2 você me liga que você vai saber qual a fazenda que você vai entrar. Você vai para Juara. Você vai para não sei o quê.”* No dia da operação, meu telefone às 6 horas da manhã tocava, eu falei: *“Olha, vai para dentro do escritório, você, hoje é o interventor lá.”* E ocupamos os escritórios para não perder documentos que seriam provas. Nós já tínhamos passado por esses escritórios, já tínhamos feito levantamentos, mas as coisas se reproduziam de tal forma que eu passei para o escritório em setembro, tirei todas as pastas. De novembro a fevereiro, eles criaram 17 empresas fantasmas. Foi em Juara. Para vocês terem a idéia do mecanismo que eles possuíam, tinham um escritório de contabilidade, tinham os funcionários, e tinha mais ainda as repositoras florestais. Eu ouvi aqui falar do processo da Diagem e da politização dessa coisa toda, de querer politizar um ato que não é político. As perguntas não é que o Deputado quisesse criar o fato político. Não quer. Mas, a *Veja* criou um fato político. A *Veja* criou um fato político de uma ação policial do IBAMA e do Ministério Público Federal. E quando eu vejo isso, a gente, o Casara, por exemplo, o Dr. Rosinha, a senhora... Nós poderemos um dia indicar alguém. Eu sou contra, quero deixar bem claro, sou visceralmente contra pessoas ocuparem cargos públicos em órgãos públicos que não sejam aquela da carreira. Minha posição é essa. Eu sou bem claro quanto a isso. Eu sou bem claro, não mudo de posição. Falo para o Presidente, falo para



qualquer um, não é por que eu tenha nada contra quem é de fora, é que eu tenho tudo a favor contra quem é da carreira. A Polícia Federal está demonstrando isso e o IBAMA tem que aprender a fazer essa lição, depois o INSS, depois todos outros órgãos, porque o político está para ajudar, para levar orçamento, para brigar por aquilo e não para indicar a pessoa para lá. Vejam só, levamos o Hugo Werle, excelente currículo, conduta ilibadíssima. A cidade toda, sequer quando o Hugo foi preso, acreditava, Presidente, que ele tivesse participação nisso. Quando ele foi preso, a cidade negava. *“Como que pode um professor universitário preso por isso?”* Aí nos fomos, já tinha uma documentação, tinha uma situação outra de prova, que é da Polícia Federal, tinha a parte documental nossa de prova, que ele concedeu 51 mil metros cúbicos de madeira para fomento por uma empresa chamada São Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Peço para concluir, já com 30 minutos.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Desculpe-me é a emoção. Quanto a São Pedro — vou concluir —, quanto a São Pedro... E esta empresa, queria só falar da Diagem, alvo da *Veja*, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O.k., pois, não.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – E a Diagem, a área de reserva legal da Diagem é de 20% averbado. O técnico foi lá e disse: *“Não se pode conceder por isso, por isso, por isso e por isso”*. Mesmo assim ele concedeu. E havia uma situação outra de prova, juntando a isso. Sobre a Diagem, Diagem é uma mineradora que tinha sido autuada pelo IBAMA. Ela explora uma área lá em Juína, Juína e Aripuanã. Foi embargada, maquinário todo apreendido. Multa original, em 2003: 30 mil reais. Parecer jurídico local: contrário à liberação do maquinário pela manutenção do auto. Parecer técnico local: contrário pela manutenção do auto. Hugo pega o processo, sobe com o processo e procura o Sebastião Azevedo. O Sebastião Azevedo manda para uma área técnica que diz: *“Mantenha-se o auto porque houve degradação.”* Volta para o Sebastião e o Sebastião homologa o parecer da nossa procuradora, homologa o parecer. Ou seja, lá no parecer da procuradora diz assim: *“Fica acondicionamento o ajustamento de conduta a ouvir o Ministério Público Federal”*. A partir que homologou isso tem que ouvir o Ministério Público Federal. Voltou o processo. Ontem — isto é até interessante — eu estava fazendo esse processo e constato: a multa de 30 mil... Eles fizeram um PRAD,



adequaram essa multa de 30 mil, com valor original, para 3 mil reais, que seriam 90% do valor da multa. Eles deixaram de pagar 27 mil, pagaram 3 mil, e liberaram o maquinário, porque o que interessava a eles era liberar todo aquele maquinário. Tinha maquinário de valor altíssimo. Primeira irregularidade: o art. 60, do 3.179, que é o decreto, não permite a liberação, mas fala: “*Suspende-se o auto...*” “*Suspende-se o auto de infração*”. Lá, no § 3º do mesmo art. 60, ele fala que, quando estiver concluído o projeto de degradação, da área degradada, aí, sim, você faz essa conversão no valor monetariamente corrigido. Por que não se fez no valor monetariamente corrigido? Para poder fugir da alçada do Presidente, porque, se corrige o valor, ele iria para mais de 50 mil. Acima de 50 mil, mesmo que o Hugo decidisse, teria que o Presidente, depois, fazer a apreciação. Eles fizeram o auto com valor original, com a conivência do servidor do setor de arrecadação, e devolveram o maquinário. Era só isso que eu queria colocar. E a Diagem contribuiu, mesmo, com 30 mil, para a campanha do PT. Mas, não porque o PT tem conivência, não porque o PT tem participação. Hugo, aquele cidadão que recebeu aquela outorga, aquela outorga do partido, como tem o depositário infiel, ele foi um infiel partidário. O Hugo foi infiel partidário, e dos maiores, porque ele queria posição dentro do partido e começou a caçar ajuda para o partido. Tanto que, do bolso dele, ele deu 5 mil reais; o substituto dele, que ganhava 800 reais no IBAMA, deu 5 mil reais. Só isso já chamava atenção. Isso, doação oficial. Então, quando a *Veja* colocou aquela (*ininteligível*), me causou realmente espécie que uma revista — que hoje foi chamada de *revistinha* —, que uma revista do naipe da *Veja* pudesse fazer isso, num trabalho sério, correto do IBAMA. Eu agradeço aos Srs. Deputados; agradeço ao meu Presidente, pelo suporte que me deu; e ao meu procurador-geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Dr. Elielson. Esta Presidência o agradece e o parabeniza pelo importante trabalho, evidentemente com toda a participação do Presidente do IBAMA, da Procuradoria do IBAMA.

Nós gostaríamos, também, depois de ouvida a assessoria, de verificar a documentação que foi entregue a esta Comissão.

Apenas para esclarecimento, queremos aqui parabenizar, mais uma vez, o Presidente Marcus Barros, porque a operação de fiscalização... eu quero aqui fazer um depoimento, porque me recordo bem... ainda, Deputado Dr. Rosinha, dias antes



de o Presidente Marcus Barros assumir o IBAMA — nós conversamos, pelo menos, por 1 hora, 1 hora e pouco, não é, Presidente Marcus Barros —... exatamente para que pudessem ter conseqüências alguns trabalhos que vinham sendo realizados. Lembro-me... fico satisfeito com esse prosseguimento do trabalho da Procuradoria, com todo o respaldo do Marcus Barros e da Ministra Marina Silva, que foi, na realidade, a Operação Mogno, uma das maiores operações, também, que se proibiu o corte e a comercialização do mogno. Realmente, o Dr. Elielson revela aqui um fato: que pessoas envolvidas com a Operação Mogno, daquela época, foram efetivamente agora flagradas, e, na realidade, esse ramo da exploração ilegal se deu do Estado do Pará a outros Estados, chegando até a região de Paranaguá, que é um dos portos, juntamente com os portos de Belém.

Então, mais uma vez, quero parabenizar a ação. Parabéns ao Procurador Elielson.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o Dr. Elielson, não só pela sua exposição, mas pelo trabalho que realizou lá no Estado de Mato Grosso. Acho que lá havia sempre uma desconfiança de que alguma coisa estava acontecendo, mas não se sabia o que acontecia.

Eu vou fazer, agora, as perguntas, que são do nosso Relator, Deputado Sarney Filho: até agora, quantos servidores do IBAMA estão envolvidos nos casos de corrupção ligados a operação Curupira? Quantos já foram presos ou prestaram depoimentos e quantos continuam foragidos? Contra quantos suspeitos já há provas concretas de corrupção?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Olha, o total... Houve um acréscimo, fomos crescendo ao longo aí, mas em torno de 47 a 49 funcionários. Foram decretadas as suas prisões. Contra todos eles... contra todos eles têm provas de laudos falsos, pagamento de boletos, foi a chamada advocacia administrativa falada pelo Presidente e, ontem, faltava um servidor ser preso, onde se apresentou José Carlos Mendes, que era um servidor que estava foragido; era um servidor que já vinha com problema desde Tocantins, estava sendo processado disciplinarmente em Tocantins. Foi para Mato Grosso e criou uma nova vida de corrupção. Ele se



apresentou ontem. Foi preso e deve ser decretada a prisão preventiva dele. Ele já estava com a prisão preventiva decretada. Ele não vai sair.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Foragidos. Aqui o Deputado pergunta: quantos continuam foragidos?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Foragido do IBAMA só tinha esse cidadão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Mas sem ser do IBAMA.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Do IBAMA nós ainda temos umas dez pessoas foragidas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E contra quantos...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Deixa eu só esclarecer uma coisa aqui. Desculpa, às vezes eu sou...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – A operação, como o Presidente falou, ela teve toda uma organização. Não se faz uma operação para se prender inicialmente 89 pessoas sem se organizar. A Polícia Federal fez todo um esquema de organização para prender 87 pessoas. Só que a ação do Ministério Público Federal contemplou outras pessoas que estavam no meu relatório e que não seriam presas. Seriam processadas criminalmente, mas não seriam presas. O delegado entendia que não carecia de prisão. Das 89 pessoas primeiras, das primeiras representações, a operação foi extremamente feliz. Prendeu-se, no dia, 82 pessoas. Só deixaram de ser presas sete pessoas. Dá quase 90% no percentual, mas um percentual altíssimo. E dos outros, quase todos foram presos posteriormente. Então, faltam aí umas dez pessoas a serem presas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E ele ainda pergunta: contra quantos suspeitos já há provas concretas de corrupção?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Contra todos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Contra todos.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Exceto a prova que a gente está vivenciando. Tem o problema do Diretor do IBAMA que não foi uma prova conduzida por mim, que é o Hummel, foi uma prova conduzida pelo Ministério Público em cima de um trabalho feito por duas pessoas que resultou na prisão. E lembro de um fato aqui interessante: no dia da prisão eu dei uma declaração numa



emissora de televisão. Logo após, o juiz, Dr. Julier, prestou declaração ao vivo também, ele no estúdio, eu estava em frente à Polícia Federal. Ele falou o seguinte, naquele momento, ele falou: *“Olha, nós estamos prendendo algumas pessoas porque há indício de que elas tenham cometido alguma ilicitude. Mas até esse momento, para mim, elas são honestas.”* A prisão se dá para que não se perca prova. Porque a pessoa pode ter acesso a alguma prova e destruí-la. Então, essa prisão é cautelar. É aquela prisão provisória e poderão ser liberados imediatamente. Tanto é que vários foram liberados e outros foi decretado a preventiva.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – No curso da apuração dos casos de corrupção ligados a operação curupira, é certo que outras irregularidades e até fraudes podem ser descobertas. No que tange especificamente a extração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria, V.Sa. poderia declarar algumas delas a esta CPI ou todas estão cobertas pelo manto do sigilo? E se V.Sa. assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter reservado.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não, eu posso fazer até uma, porque, repito, eu acho que eu nasci com o dom de curioso. Eu acabei encontrando lá atestado administrativo da FUNAI falso dentro de plano de manejo. Então, o que que eu fiz? Quando você encontra um é igual banana. Tem bananinha lá no cacho, o cacho está cheio. E aí nós fomos verificar. Já encontramos dez planos de manejo com atestado da FUNAI falso. Não é a FUNAI que está envolvida. Nós já sabemos até quem é a pessoa que está vendendo, comercializando esse atestado da FUNAI. É um fato que vai acontecer, não vai demorar muito, e uma outra situação — para o Presidente saber aqui —, nós estávamos trabalhando para dar dinheiro à Polícia Civil, à polícia ambiental do Estado do Mato Grosso, porque apreendíamos os caminhões e a Polícia Ambiental, logo depois do trevo de Lagarto, ficava como fiel depositário. E era igual o Hugo, o infiel. Logo depois, o delegado, os detetives liberavam os caminhões, liberavam a madeira. Quer dizer, uma madeira que não era autuação deles, mas autuação do IBAMA, eles estavam como fiel depositário. Já mandei levantar todos esses caminhões que foram liberados. Aí, vai ser mais uma ação junto com o Ministério Público Federal. Não abro mão disso. Estou com um problema sério na mão, que é a intervenção, que eu não chamo de intervenção — intervenção é uma palavra muito forte —, é organização. Mas, paralelo a isso, estou



mapeando outras fraudes. Quando eu sair de lá, saio com essas fraudes prontinhas e entrego ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, com ações contundentes.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Após a divulgação do exorbitante aumento dos desmatamentos no Estado do Mato Grosso no último ano, o Governador daquela Unidade da Federação e a direção do IBAMA acusaram-se mutuamente pela responsabilidade acerca do fato. Pelo que V.Sa. pôde apurar até o momento, há um único responsável por esse aumento, ou há a conjugação de uma série de fatores? Que atitudes V.Sa. entende que deveriam ser adotadas para que o desmatamento seja significativamente reduzido no próximo ano?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Olha, eu sou até mais xiita nessa situação de desmatamento. Primeiro, que a fragilidade dos órgãos permitiu acontecer isso, a debilidade, lá no Estado. Por quê? Tínhamos um órgão doente, um órgão que o Presidente achava que fiscalizava, o chefe da fiscalização achava que fiscalizava, e eles fingiam que fiscalizavam. Havia o órgão estadual numa situação idêntica de indiferença ao problema ambiental. E tivemos esse tiroteio, eu assisti pela televisão, pelo jornal escrito, um acusando o outro. Mas essas acusações são interessantes, elas são atuais, porque, em 2004, o Hugo fez um memorando mandando absorver todos os desmatamentos ilegais pelo IBAMA. Muito interessante — é outra coisa que já está dentro desse meu novo relatório é esse documento do Hugo mandando, determinando que aquele desmatamento em área de transição, com 50% só averbado, fosse ele absorvido. Os técnicos ficaram arrepiados. Os meninos, analistas ambientais novos, esses que mandam denúncia toda hora, que merecem uma colocação diferenciada dentro do órgão, fizeram... realizaram um documento imediatamente e todos assinaram, fato inédito. Mesmo assim, o ato do gerente prevaleceu. Mais ainda, o setor jurídico já tinha se manifestado contrário a que aquilo ocorresse. Bruno Faro, que é procurador colega nosso. E, mesmo assim, aquilo foi absorvido. Então, naquele momento, o Estado e o Governo Federal namoravam. Não sei quando houve a dissolução. Em algum momento, um interesse qualquer foi contrariado. Então, os órgãos falharam não porque os órgãos não se prestavam corretamente. As pessoas que estavam nos órgãos é que não cumpriram seus deveres. Agora, a minha solução mais forte — eu coloquei aqui e vou entregar aos senhores, já entreguei ao Presidente num histórico —, sou favorável a uma moratória de pelo menos 6 meses nas autorizações de desmatamento no Estado de



Mato Grosso. Pelo menos 6 meses. Como o Presidente falou para mim, e falou aqui, que não tem necessidade de se desmatar mais nada, porque quem quer trabalhar com soja, com agronegócio, planta lá onde já está desmatado. Aquele sujeito que quer desmatar para qualquer outra coisa vai para aquela área que já está desmatada. Para que desmatar mais? Então, pelo menos 6 meses, Presidente, ratifico aqui, coloco à sua apreciação. Pelo menos 6 meses, que sentássemos com a FEMA — agora é SEMA — e impedíssemos o desmatamento. Não estarei mais lá, não vou opinar sobre esse assunto, mas gostaria de assistir pela televisão decretada a moratória no Estado de Mato Grosso por 6 meses.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Vou fazer agora, Dr. Elielson, as perguntas do nosso Presidente Mendes Thame. O Estado de Mato Grosso sozinho é responsável por metade de toda a devastação na floresta amazônica entre 2003 e 2004, tendo a soja como uma das principais culturas indutoras desse desmatamento. Até o Governador Blairo Maggi e seu assessor direto, Moacir Pires, são apontados pelo Ministério Público como elos desse assalto contra nossa biodiversidade. Como interventor, o senhor já tem condições de ratificar essas denúncias do Ministério Público, ou o Governador Maggi é inocente dessas acusações?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Vou falar para a senhora que do Governador eu não sei, mas posso falar da Amaggi, que é uma empresa do Governador. Dentro desse relatório que eu estou aumentando cada vez mais está a Amaggi. A Amaggi adquiriu uma autorização de desmate num determinado local. O nosso técnico foi lá e verificou que, daquela autorização de desmate, não foi tirada uma lenha, uma lenha. Tem um relatório, de lá não foi tirada uma lenha. Só que a Amaggi deu entrada no IBAMA e jogou lá no sistema a madeira relativa àquela autorização de desmate. Ou seja, ela retirou aquela madeira de alguma área ilegal, ou de reserva indígena, ou de área de conservação. Lá de onde ela disse que comprou, não tirou um pedacinho de lenha. Então, tem a Amaggi. Se está vinculando o Governador ou não, não sei. A empresa é dele.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Um diálogo interceptado pela Polícia Federal às vésperas do segundo turno das eleições do ano passado revela que a secretária do gerente do IBAMA em Cuiabá, Sra. Ivana, propõe ao madeireiro Elvis Cleber Portela, preso na Operação Curupira, que ele compre ingressos de um



jantar de apoio à candidatura do petista Alexandre Luís César à Prefeitura de Cuiabá, com a presença do Ministro José Dirceu. O senhor confirma que o PT usou o IBAMA do Mato Grosso para arrecadar fundos para seus candidatos?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Claro que não. Eu acho que o Hugo Werle usou o IBAMA para ter um posicionamento melhor dentro do PT, para ter um posicionamento melhor dentro da campanha do Alexandre César. Disso eu tenho certeza absoluta. Ele quis se posicionar, ter uma condição de *“eu estou trazendo recursos para a campanha”*. Levou 30 mil da Diagem, pegou 5 mil dele, levou 5 mil do outro. Esse diálogo, interceptação telefônica, como não se viola o que já está violado, isso estava no jornal, se não tivesse colocado... A Dona Ivana, no dia que cheguei, dia 2, no dia da intervenção, ela foi a primeira pessoa a quem falei: *“Minha senhora,”* — ela é uma terceirizada — *“a senhora por favor procure a empresa onde a senhora trabalha, a senhora vai receber aviso prévio”*. A outra que trabalha com ela, fiz a mesma coisa, porque sabíamos disso tudo, tínhamos conhecimento de todas essa irregularidade. Só que em momento nenhum a gente associava isso ao partido. Associava a uma pessoa que recebeu um poder dentro de um órgão. Eu conto essa história para todo mundo. Quando ele chegou ao IBAMA, ele não viu o verde, ele viu o azul, como se fosse um grande mar. Mergulhou. Só que, quando ele tentou sair, era um grande pântano. A corrupção era o pântano em que ele mergulhou. E ele foi cooptado por ela. Talvez não cooptaram a senhora nem o Casara, nem o Presidente do IBAMA, nem a mim nem outros que estão aqui pelo bom caráter. Mas ele teve um caráter flexível para a corrupção, ele foi levado para ela. Não tem partido envolvido nisso, tem pessoas que não foram honestas, não foram corretas, não agiram dentro dos princípios da administração pública, que é a impessoalidade, que é a honestidade e a moralidade.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A PF descobriu a existência de mais de 450 madeireiras fantasmas — o senhor acha até que pode chegar a mil — criadas exclusivamente para ampliar o corte de árvores. Elas existiam somente no papel, e sua legalização era atestada por funcionários do IBAMA, que recebiam de 3 mil a 5 mil reais para cada uma. O senhor já deu baixa no cadastro dessas empresas fantasmas? Quanto de madeira foi cortada irregularmente por meio desse artifício?



O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Primeiro, vamos por etapa. Primeiro, vamos fazer uma retificação. A Polícia Federal não descobriu nada de empresa fantasma. Quem descobriu empresa fantasma foi minha equipe e eu. Ponto, acabou. Eu já tinha ouvido isso antes, não fiz a correção porque não era o momento. A Polícia Federal não descobriu nada. Todos os laudos de empresa fantasma foram feitos pela minha equipe. A Polícia Federal recebeu, o Ministério Público recebeu. Esse é o primeiro ponto. Segundo, todas essas empresas... Temos uma equipe agora trabalhando para fazer o estorno também de quem comprou. Quem se favoreceu vai ter uma punição lá também. Quem se favoreceu lá no Estado de Rondônia vai pagar uma conta, porque comprou papel. Quem se favoreceu no Estado do Pará vai pagar uma conta, porque comprou papel. Isso também no Estado do Mato Grosso. E, além disso, estamos tirando todas elas do sistema imediatamente. E, além do mais, no primeiro dia em que fui a SINOP, para V.Exa. ter uma idéia, olhei o sistema deles de SINOP, o SISMAD. O sistema é horrível, e a organização, pior ainda. Aí, descobri que empresas que estavam cadastradas não prestavam contas desde 2001 e continuavam tendo a ATPF. Eu, num ato só, tirei 600 empresas do sistema e pedi que, se elas aparecessem para se recadastrar que elas fossem todas elas verificadas as existências. Dessas 600, só 10 apareceram para ser vistoriadas. Essas não estão nem dentro daquela lista de fantasmas, daquelas 431, que vão chegar a mil. Para V.Exa. ter uma idéia do tamanho do problema, num primeiro momento tirei 600 lá dentro de SINOP. A operação foi exitosa em todos os campos. Exitosa pela competência de um delegado da Polícia Federal, do superintendente da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do IBAMA, sem... Os três, sozinhos, não fariam nada! Se a administração pública não tivesse me dado condições de trabalhar, não aconteceria nada! Então, temos que aplaudir a administração pública, que ofereceu condições de trabalho. É esse o ponto.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Certo. É atribuído ao ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos Al Gore, a seguinte frase, abre aspas: *“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”*, fecha aspas. O ex-Presidente da antiga União Soviética Mikhail Gorbachev, sobre esse assunto, assim se referiu, aspas: *“O Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais*



competentes”, fecha aspas. Já o ex-Presidente da França François Mitterrand afirmou que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. A ex-Premier britânica Margaret Thatcher foi mais objetiva: “Os países subdesenvolvidos que não conseguem pagar suas dívidas externas deveriam vender suas riquezas e seus territórios”. O senhor não acha que essa avalanche de irregularidades cometidas dentro do IBAMA está contribuindo para que aumentem as pressões internacionais para uma administração compartilhada da Amazônia?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Bush ataca o Iraque, destrói um país, invade o Afeganistão, mata milhares de pessoas, acabou com o Japão, e nós nunca pensamos em pegar uma área dos Estados Unidos para a gente, nem parque.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – *(Intervenção inaudível.)* Nem deserto.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Nem pensamos em tirar a soberania de ninguém. Quer dizer, quando é com um país pobre, com pobre pode tudo. É igual aqui no Brasil, o rico tem um espaço, o pobre tem um espaço limitado. Quer dizer, os países ricos, a soberania deles é intocável. Ontem, soube de uma menina que chegou aos Estados Unidos e foi presa porque estava sem documentação. E eles querem tirar a única coisa que temos, que é a nossa soberania. Eu acho que soberania, vamos ter defensores árdus e competentes, que são vocês, Deputados, e não vamos abrir mão dela, não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente... O Deputado Casara vai fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não. Sr. Presidente, apenas mais uma vez parabenizar a ação e pedir cada vez mais esse empenho, desde já, do Presidente do IBAMA, de toda a sua Procuradoria e todo o corpo que trabalhou junto com a Polícia Federal e o Ministério Público. Dizer da necessidade para que a gente possa fortalecer cada vez mais as instituições. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Apurados os resultados da Operação Curupira, quer dizer, em parte, e analisados todos os processos das diversas pessoas envolvidas, V.Sa. poderia dizer a esta CPI qual foi o total desmatado, a quantia de madeira extraída e o lucro acumulado pela suposta quadrilha?



O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – O citado aqui, de 890 milhões e 43 mil hectares, são dados nossos, fomos nós quem fizemos aqueles cálculos. Cálculos com suporte em laudo técnico de Marcelo Guena, funcionário do IBAMA, laudo feito pelo Yugo Marcelo Miyakawa, nome até difícil, funcionário nosso. Aqueles dados que saíram na *Veja*, aqueles dados que foram ditos hoje aqui como da Polícia Federal, esses dados são nossos. Mas, de qualquer maneira, esses dados são ínfimos. É uma parcela pequeníssima do tamanho do ganho que eles tiveram e do tamanho do dano ambiental. Só vamos conseguir fazer esse cálculo real ao longo, talvez, desses 2 meses, como temos uma equipe sentada sobre essa documentação. Para V.Exa. ter uma idéia, Santarém, num período curto de 3 dias, só com ATPF falsa, um funcionário meu pegou em volumetria 100 mil metros cúbicos, com empresas fantasmas de Mato Grosso vendendo para Santarém — no período de 3 dias, ele levantando papel trouxe —, 100 mil metros cúbicos. Isso tudo está sendo processado e vai ser jogado na mídia, vai ser informado para todos terem conhecimento do tamanho do dano. Na verdade, esse dano não foi nem ocorrido dentro do Mato Grosso, porque aquela madeira foi retirada lá no Pará. São ATPFs que saíram de Mato Grosso para acobertar madeira dentro do Estado do Pará.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - De acordo com a Polícia Federal e com o Ministério Público e também com o IBAMA serão necessários 108 milhões de reais só para recuperar a área devastada. Os bens dos envolvidos serão suficientes para realizar esta tarefa?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Não. Novamente, esses valores, eles são intrínsecos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sim, sim.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Agora não tenho, não tenho noção. Se eu falar para V.Exa. que tenho noção se serão proporcionais para... se vão atender ao dano que eles acarretaram, não sei. Mas olha, o que tem de carro no pátio da Polícia Federal, o que tem de propriedade que está bloqueada, então, eu acho que se não vai conseguir reparar o dano todo, mas uma grande parte vai-se conseguir reparar. O Ministério Público está entrando com ação. Nós estamos entrando com medidas também para conseguir a reparação do dano ambiental.



A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - O senhor afirmou no jornal *Folha do Estado*, de Cuiabá, no dia 5 de junho, que estaria investigando novas fraudes e que logo elas chegariam ao conhecimento...

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Acabei de declarar, aqui, para a senhora, para V.Exa.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Pelo menos uma.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Falei mais de uma. Falei laudo, atestado administrativo da FUNAI, falei da Diagem, que ninguém... já está caracterizado, foi fraude mesmo, foi um ato irregular do gerente. Estou anulando o ato administrativo que ele concedeu, depois estou submetendo para Presidência do IBAMA homologar. Eu estou fazendo um relatório para anular o ato, apreender de novo os bens, e já lançar no sistema o valor da multa, apenas com a diferença de 3 mil reais, que ele já pagou, e nós estamos providenciando isso. Tem a outra fraude da Polícia Ambiental e outras que a gente está... Essas outras eu vou guardar um pouquinho que são fraudes menores, mas que envolvem servidores que chegaram pela linha verde. A gente tem os nomes, mas eu estou fazendo o levantamento do AS, que é o Sistema de Arrecadação. E ali, talvez, eu tenha dados assustadoras de retirada. Assim, alguém que fez uma pergunta ao presidente, o presidente ficou assustado sobre retirada de valores dos sistemas. E o presidente não tem culpa nenhuma, o Sebastião não tem culpa nem eu. É mau caráter mesmo. Tem servidor que fez isso mesmo, fez isso em SINOP, fez isso no IBAMA de Cuiabá, fez isso no IBAMA do Pará. Os servidores tinham acesso a essas coisas. Ninguém vai botar uma capa ali. Lá, talvez, nós encontremos isso com muita grandeza, porque as pessoas que estavam utilizando o sistema não eram pessoas que mereciam a confiabilidade para operar o SA.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Da minha parte, Sr. Presidente, eu estou satisfeita e gostaria de aproveitar e agradecer a presença do Dr. Elielson aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Dr. Elielson, eu vou só pedir um esclarecimento. No início da sua exposição, o senhor falou de um ex-funcionário do PNUD de nome Armando. A minha pergunta é a seguinte: foi feito que tipo de ação contra ele e quais foram as providências tomadas?



O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - As medidas indicadas estão aqui, ó. Eu vou ler até para o senhor um trecho. Esse aqui é de 2000. Eu vou dizer para o senhor quais as medidas que eu indiquei para que V.Exa. tenha uma noção. Eu fiz comentário sobre toda a quadrilha. Resgatamos no Estado do Pará 200 mil reais para o IBAMA, naquela época, que se corrigidos hoje, veja quanto dá, que foi pago com boleto bancário. Nós fizemos que os madeireiros pagassem novamente — está aqui o quadro —, chegamos a 200 mil reais. Todo o quadro. Não é pouca gente, não. Para o senhor ter uma idéia, Maria Iraci Carvalho Nogueira é irmã do Armando Nogueira; Aroldo da Silva Carvalho é irmão do Armando Nogueira, aquele sujeito que fez o SISMADE; Ana Rita da Silva Carvalho é irmã do Armando Nogueira. Todos participando de fraude de plano de manejo, lá no Pará. Botei art. 171 do Código Penal, formação de quadrilha, a indicação que eu dava ao Ministério Público naquela época. Olha, em quadrilha ou bando diz a lei: *“Usando vocábulos sinônimos que se definem como associação estável ou permanente de delinqüente com o fim de praticar, reiteradamente, crimes da mesma espécie ou não, mas sempre mais ou menos determinados”*. Isso tudo aqui eu indicava ao Ministério Público do Pará, com todos os nomes, conclusão: sobre Maria, tal, tal, tal, e pedia que ele instaurasse uma ação penal, levando essa documentação numa pick-up. Não cabia a documentação numa.. Eu e mais 2 funcionários, enchemos uma pick-up, entregamos ao Ministério Público Federal, e hoje estamos passando às mãos de vocês, de V.Exa. Não sei as medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Isso que eu...

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Não sei. Não sei as medidas que foram tomadas. Não acompanhei, que infelizmente a gente sai de um local para o outro, e acaba perdendo o contato. Mas, eu sei que lá o Ministério Público tomou providências. Sobre... eu trouxe aqui alguns volumes de todo o trabalho que nós fizemos lá. Isso aqui, ó, nós temos desde o início até o final, vocês vão ter pessoas do Pará, pessoas de Rondônia e pessoas de Mato Grosso, a indicação, a conduta, a pessoa que fez laudo falso, está tudo aqui, ó, todos esses volumes. Trouxe aqui para os senhores o documento que eu fiz, um histórico dessa operação, onde no final eu indico aquilo que eu acho que é a medida mais cabível para o momento, que seria a moratória no desmatamento. Trago aqui para os senhores o contrato do Armando com o PNUD, ele sendo contratado. Está aqui, ó, todo o contrato dele,



toda a relação dele com o PNUD. Aqui, ó, toda essa documentação é do Armando com o PNUD. Trago mais para vocês todas as pessoas que ele contratou para poder realizar o SISMADE. Está aí, é essa documentação que eu tinha para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Tudo do Armando.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Tudo do Armando e do que ele contratou. Pode até dividir, se vocês quiserem, mas essa parte aqui é de quem ele contratou. A outra é do Armando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Essa aqui é do Armando. Essa aqui também é do Armando. É. Que ele contratou.

Dr. Elielson, o senhor conhece um cidadão de Marabá, de nome Maurício Menezes?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Não conhece?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, nós agradecemos...

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Eu quero deixar bem claro: eu nunca fui a Marabá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E tem gente lá que se estiver ouvindo agora, não gostaria que fosse.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Eu tenho certeza disso. Eu tenho certeza disso. Eu tenho feito... Fica meio estigmatizado para onde eu vou... Eu quero fazer uma menção especial ao meu presidente, aqui, meu Deputado Federal e Presidente do IBAMA, que quando eu estive em Rondônia, encontrei o Casara no primeiro dia que eu chegava em Rondônia. Ele estava para assumir o mandato dele, não sei se você lembra desse fato. O Casara me deu um abraço no gabinete, na ante-sala do gabinete do gerente de Rondônia, do Osvaldo Pitaluga. Ele falava assim para mim: *"Elielson, você aqui, fico preocupado. Isso aqui vai acabar chovendo o que não chove"*. E logo depois nós fomos para Ariquemes, dezessete pessoas foram presas. Eu lembro dessa frase sua, lá em Rondônia. Por onde a gente passa, Deputadas, Deputados, o que a gente tenta fazer é ter... usar o trabalho nosso, de caráter investigativo, sem chamar atenção. Quem me conhece sabe disso, as pessoas, às vezes... cansei de ser cobrado. Meu processo de diária, tinha pessoas no IBAMA que estavam preocupadas: *"Como que esse sujeito viaja*



10... fica 10 meses no mesmo lugar?" Alguém já estava querendo verificar, como se fosse uma fraude, eu ganhando diária. Eu estava no Mato Grosso, e a gente não podia dizer o que estava fazendo lá. Essas coisas acontecem na administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Pois é, agora eles descobriam o que você estava fazendo lá.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Agora eles descobriram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, em que pese conhecer evidentemente a estrutura do IBAMA, mas apenas que fique registrado nesta CPI, e evidentemente colaborando com os depoimentos do Prof. Marcus Barros e do Dr. Elielson, é apenas uma pergunta: Dr. Elielson, o SISMA, ele está em que estrutura do IBAMA? Evidentemente, ressaltado também todo o trabalho da atual administração do Dr. Antônio Carlos Hummel, excetuando o período dele, está em que estrutura do IBAMA?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Estrutura que você fala é setor, vinculação?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - É, diretoria.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Lá, vou dizer o local, né, ele fica vinculado à Diretoria Técnica, que talvez seria isso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Diretoria Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Nós agradecemos ao Dr. Elielson Ayres de Souza a colaboração que foi dada. Pelo que estamos investigando aqui nesta CPI, e como a ciência está avançando rápido, eu acho que nós vamos enviar clone do senhor pro Pará, Amazonas, e mais algum lugar.

Solicitamos a autorização do Dr. Marcus, e, se tiver permissão, o clone.
(Risos.)

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA - Eu que agradeço à Comissão por ter me chamado, por ter me convocado. Agradeço a quem permaneceu até agora assistindo e, principalmente, a Deus por ter me deixado chegar ao fim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Muito obrigado, Dr. Elielson Ayres de Souza. Dispensamos V.Sa. e, de imediato, já convido o Sr. Flávio Montiel da Rocha a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

O Sr. Flávio Montiel da Rocha veio como convocado e, não, convidado e, por ser convocado, nós solicitamos que ele preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código do Processo Penal.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho assim descrito no Código Penal: “*Art. 342: fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade quando testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.*”

Passo a palavra ao Sr. Flávio Montiel da Rocha por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados. Portanto, tem a opção do uso da palavra ou diretamente às perguntas.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer também esta oportunidade de estar aqui a convite desta Comissão, a qual já tive a oportunidade, em maio deste ano, de prestar alguns esclarecimentos. Gostaria de cumprimentar a nobre Deputada Thelma, o nobre Deputado Casara, ex-Presidente do IBAMA. A minha participação eventual na Comissão eu acho importante que seja ressaltada em função do papel que a Diretoria de Proteção Ambiental sempre tomou em relação a ampliar, a aprimorar os seus mecanismos de fiscalização. E tem um fato que ainda não foi relatado — e até agradeço a brilhante posição do Presidente do IBAMA, Marcos Barros, e do Dr. Elielson — mas ficou um item que nós poderíamos chamar nessa gestão de como começou o processo e que levou à criação do grupo de trabalho especial. Em 2003, quando nós tivemos um verdadeiro assalto à gerência executiva do IBAMA, em Belém, roubando o que me consta em 23 mil e 500, ou 22 mil e 500 ATPFs, nós, muito preocupados com essa situação, procuramos, então, investigar a situação de algumas ATPFs encontradas na gerência do IBAMA, em Belém. Começamos a levantar uma série de informações e vimos que havia uma fraude considerável em relação a algumas ATPFs, que nós chamamos ATPFs calçadas e ATPFs falsificadas. Essa investigação, portanto,



começou logo no primeiro ano do mandato dessa gestão. E, nós, preocupados com a evolução dessa investigação, logo após inclusive esse roubo feito por uma quadrilha que assaltou o IBAMA, nós tivemos que contratar uma equipe, porque a equipe de técnicos do IBAMA na gerência de Belém não tinham condições de fazer toda a investigação. Nós tivemos que levar essa equipe para Belém. Tivemos que deslocar uma Procuradora do Paraná para acompanhar as investigações. Tivemos que contratar uma segurança para que ficasse vigiando 24 horas a sala onde estava o conjunto de todo o material de ATPFs na gerência do Pará. E esse levantamento durou de maio de 2003 a setembro, mais ou menos, de 2003. E foi feito em conjunto com a Diretoria de Florestas. Foi uma ação conjunta da Diretoria de Florestas com a Diretoria de Proteção Ambiental e a Procuradoria. E, com o resultado parcial desse levantamento primário inicial, nós identificamos mais de cento e poucas ATPFs calçadas, que eram as ATPFs com um valor na primeira via e outro na segunda, e com espécies também diferentes. Nós identificamos mais de 60 ATPFs falsificadas entre diversos graus de falsificação, daquela mais barata, feitas em xerox, àquelas mais elaboradas que só a Polícia Federal teria condições de identificar a falsificação. E, como resultado desse levantamento parcial, foram encaminhados mais de 350 notícias-crime ao Ministério Público Federal. Disso resultaram mais de 80 mandados de prisão entre os Estados do Pará e Mato Grosso. Aí eu diria que foi a ponta do *iceberg*. Quer dizer, nós conseguimos, logo no primeiro ano, logo no primeiro semestre de mandato, identificar que havia um problema grave na área florestal a ser resolvido e, portanto, essa investigação deveria prosseguir. Os rumos que essa investigação, portanto, desencadeou e levou estão muito bem retratados aqui por aqueles que me antecederam, pelo Presidente do IBAMA, o Dr. Elielson, relatando detalhes da Operação Curupira. Então, é importante ressaltar, porque essa investigação feita, logo no primeiro ano, não havia sido ainda mencionada aqui, e que foi levada a cabo com muito esforço, com muito sacrifício, em funções das limitações estruturais que o IBAMA tem, mas que resultou num avanço significativo para subsidiar inclusive o trabalho feito na seqüência pela Operação Curupira. Eu me lembro, inclusive na sala da Presidência do IBAMA, quando nós nos reunimos com o Dr. Elielson, a Presidência do IBAMA, Dr. Sebastião, vimos o volume de informações que havia. É importante ressaltar, nessa primeira investigação feita no Pará, que ela foi feita do IBAMA para fora. Ela não tinha a preocupação inicial de



fazer uma investigação do IBAMA para dentro. E um dos primeiros elementos que o Dr. Elielson levantou foi a necessidade de que essa investigação prosseguisse, levando em consideração a necessidade de buscar o fio da meada para dentro do IBAMA. E daí esse desenrolar todo. É importante também que a gente ressalte aqui o vínculo que houve com a Operação Curupira e a Diretoria de Proteção Ambiental em função também de um plano que foi elaborado, já também no início do Governo, no primeiro ano, que eu acho é conhecido da grande maioria de todos vocês aqui, que é o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia, que, em função do aumento progressivo de 2001 para 2003 na ordem de 23% da taxa anual de desmatamento na Amazônia, o Governo, essa gestão teve a preocupação de reunir 13 Ministérios coordenados pela Casa Civil, com a participação do Ministério do Meio Ambiente, de onde foi elaborado um plano de ação contendo mais de 140 ações estratégicas, das quais foram divididas em 3 subgrupos: o subgrupo de ordenamento territorial e fundiário, o subgrupo de fomentos, atividades produtivas sustentáveis, e o subgrupo de monitoramento e controle. Nesse subgrupo de monitoramento e controle temos 7 ações estratégicas. Para apenas citar duas delas, a primeira ação estratégica é o aprimoramento do sistema de monitoramento, que foi obtido com o desenvolvimento pelo INPE do DT, que é a Detecção do Desmatamento em Tempo Real, que permite hoje ao IBAMA detectar os desmatamentos em campo numa periodicidade de quinze em quinze dias. O que existia anterior a isso era um sistema que nos dava o monitoramento anual. Portanto era uma política do leite derramado, onde nós não conseguíamos utilizar a informação georreferenciada de imagens de satélites, para orientar as equipes de campo na fiscalização. A segunda ação estratégica desse subgrupo foi o aprimoramento dos procedimentos de investigação, e criamos, dentro da Diretoria de Proteção Ambiental, o GEICA — Grupo Especial de Investigações de Crimes Ambientais. E neste grupo, então, pudemos fazer uma série de precursoras, procurando levantar o maior número possível de informações que irão preceder o planejamento das operações de fiscalização no âmbito do plano. E, sucessivamente, aí tivemos mais as outras ações estratégicas desse subgrupo, que é a formação das bases operativas, das ações de fiscalização integrada, incluindo fiscalização ambiental, tributária, trabalhista e fundiária. Outra ação estratégica: as campanhas educativas. É importante, como já foi dito aqui anteriormente, a fiscalização está



em campo não para impedir o desenvolvimento ou para cercear a possibilidade da atividade madeireira existir na região, mas para dar condições de igualdade para que a atividade possa prosseguir em bases sustentáveis, porque não é justo você ter uma atividade ilegal, que prossegue sem o menor custo de produção, competindo com atividade que paga imposto, que paga trabalhos, que paga encargos sociais e que paga todo o processo de autorização no mesmo pé de igualdade. Quer dizer, é importante que se perceba que a fiscalização não vem para impedir o desenvolvimento, mas para dar condições que esse desenvolvimento ocorra em oportunidades empresariais iguais. Além disso, temos uma outra ação estratégica que foi de passagem comentada aqui, que é a implantação do SISCOM, o Sistema Compartilhado de licenciamento ambiental em propriedades rurais com os Estados. É uma demanda em função de termos hoje informações fragmentadas em relação ao órgão federal e aos órgãos estaduais. Estamos, com base naquele primeiro protótipo elaborado pelo Mato Grosso, em relação ao sistema de licenciamento, aprimorando o sistema e dando condições que tanto o IBAMA como qualquer órgão ambiental e estadual possam estar trabalhando na mesma base cartográfica e portanto estar gerindo as mesmas informações. Sem que nós tenhamos essa ferramenta implantada, é muito difícil você poder, efetivamente, implantar uma gestão ambiental compartilhada, definindo claramente o papel do Estado e do Município neste processo. E a última ação estratégica é a ação voltada ao aprimoramento de mecanismos, instrumentos legais que permitissem você ter um acesso racionalizado, com maior controle ao produto florestal, à matéria prima florestal, e criando mecanismo de fomento no sistema oficial de crédito do País, para induzir a floresta à sua valorização da floresta em pé e à mecanismos de manejo florestal com crédito de maneira sustentável. Foi dito aqui que é impressionante ver o número de quilômetros quadrados que já foram desmatados e que hoje estão subutilizados ou inproveitados ou abandonados. De fato, hoje, dos 635 mil quilômetros quadrados que a Amazônia Legal já desmatou, temos aproximadamente 160 mil quilômetros quadrados subutilizados. Quer dizer, não há necessidade hoje, para a expansão da atividade agropecuária do País, de você continuar desmatando, de você continuar abrindo, a não ser pela atividade ilegal, que vê na floresta em pé o valor da madeira de valor comercial e que por isso avança sobre a floresta de forma indiscriminada. Então, frente a esse resumo que fizemos do plano, queria apenas



ressaltar algumas operações de fiscalização que foram feitas no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento. Estamos hoje, no âmbito desse plano, com 49 operações elaboradas e planejadas; com 23 dessas operações já com recursos descentralizados e sendo executados; com 9 operações concluídas e 17 operações em andamento. Isso em todo Amazônia Legal, pegando principalmente os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e o sul do Amazonas. Apenas a título de informação, também é importante a gente ressaltar que, mesmo com todas essas dificuldades estruturais, muito bem levantadas pelo ex-Presidente do IBAMA, Deputado Casara, de 2002 para 2003, nós tivemos saltos de qualidade significativos nos resultados das atividades de fiscalização do IBAMA. Só para se ter idéia, em 2003, nós tivemos um aumento de 68% do total das grandes operações, saltando de 19 para 32. Nós tivemos o aumento de 54% do total de infrações aplicadas, que saltou de 3.588 para 5.741, e uma apreensão de 70 mil metros cúbicos de madeira em tora na Amazônia. Em 2004, nós aumentamos, em relação a 2002, 83% das infrações cadastradas, que saltaram de 3.558 para 6.500 infrações, com apreensão de 60 mil metros cúbicos de madeira, sendo 13 mil metros cúbicos de madeira serrada. Nas ações já integradas de fiscalização, no âmbito do plano, foram libertados mais de 200 trabalhadores em regime de semi-escravidão, no Estado do Pará e Mato Grosso; foram investidos — isso é importante dizer — o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia não está dissociado da necessidade de estruturação do IBAMA lá na ponta. E, para que isso pudesse ocorrer, o IBAMA investiu, ano passado, 12,3 milhões de reais em veículos, computadores, GPS, *lap tops*, mobiliário e um conjunto de outros equipamentos necessários para que o IBAMA possa funcionar lá na ponta, para que o IBAMA possa receber, via Internet, as informações georreferenciadas de onde o desmatamento está ocorrendo naqueles 15 dias anteriores. E isso está sendo montado. Nós estamos hoje com 4 bases operativas instaladas, mais 10 bases operativas que serão instaladas até o final do mês e, até o final de julho, estarão 17 bases operativas com todo esse equipamento operando. E, por último, ainda em curso neste ano, nós já, nos primeiros 5 meses de 2005, apreendemos 65 mil metros cúbicos de madeira, na Amazônia, nas operações do Pará, Mato Grosso e Rondônia, e sul do Amazonas; já lacramos 16 serrarias e madeireiras, estamos fazendo o arresto e transportando todo esse maquinário de 6 serrarias na Ponta do Abunã, ali na fronteira do Acre com



Rondônia, pelo Exército brasileiro para Rio Branco, para que elas não possam operar. Quer dizer, nós não estamos apenas lacrando as serrarias, nós estamos desmontando e levando para Rio Branco, para que fiquem em local seguro. Já apreendemos mais de 28 motosserras e 9 tratores-esteiras. É importante que a gente coloque esses dados porque esse equipamento, se ele não é embargado, se ele não é apreendido, com certeza, ele estará contribuindo para o desmatamento prosseguir não só ao longo deste ano, como dos anos seguintes. Então, portanto, isso são baixas, que nós chamamos, as armas do crime ambiental, que são apreendidas em função de uma abertura concomitante de um processo criminal, via Polícia Federal ou via Polícia Civil, elas não podem voltar com a facilidade que voltariam se nós abrissemos apenas ou exclusivamente um processo administrativo no âmbito do IBAMA. Elas ficam apreendidas até que o processo criminal se conclua. Então, essas eram as informações preliminares que nós temos a colocar. É importante, apenas para finalizar, dizer que há uma ação muito articulada entre a Operação Curupira e a Operação do Plano de Combate ao Desmatamento, porque, em função desse lençol curto de nós termos, ainda, um número não-ideal de funcionários e servidores para todo o País do IBAMA, nós fomos obrigados a fazer uma conjugação de ações envolvendo o Exército, a Polícia Federal, que participam do Plano de Combate ao Desmatamento, e dos próprios servidores que já estavam escalados para, em sistema de rodízio, fazerem operações em todas essas frentes de que nós falamos aqui. Portanto, nós tivemos que fazer uma sincronia muito grande e, inclusive, retardamos, no caso do Estado de Mato Grosso, em mais de uma semana algumas operações que já estavam previstas para que a Operação Curupira pudesse ser desencadeada e, com certeza, indiretamente, isso irá impactar no avanço, no sentido positivo, e frear o avanço da taxa de desmatamento no Estado de Mato Grosso, que hoje, sozinho, é responsável por 48% dessa taxa anual. Portanto, para que não houvesse um prejuízo maior, ato contínuo, a Operação Curupira, desencadeada no dia 2 de junho, na segunda-feira da semana seguinte, o IBAMA já estava com o posto do Trevo do Lagarto reaberto, com 35 fiscais, servidores atuando em sistema de rodízio, com os procedimentos de fiscalização totalmente revistos. Eu estive há 2 meses, portanto, antes da Operação Curupira, no Trevo do Lagarto e eu vi fiscais carimbando ATPFs sem sequer olhar se elas estavam naquela relação de ATPFs roubadas em Belém, sem a mínima



preocupação em averiguar a volumetria do caminhão e a espécie. Hoje, os servidores que estão lá avaliam, primeiro, se a ATPF é roubada, se ela é falsificada, eles estão com equipamento para ver a falsificação, se a volumetria está diferente daquilo que é declarado e se as espécies correspondem àquilo que é declarado. Da mesma forma, ato contínuo, a Operação Curupira, nós desencadeamos 3 operações no Estado do Mato Grosso: uma na Base Operativa de Sinop, uma na Base Operativa de Alta Floresta, envolvendo o Juruena e a terra indígena Kaiabi, e outra na Base Operativa de Vila Rica. Portanto, essa foi a preocupação com toda a direção que o IBAMA teve: de não permitir que a Operação Curupira enfraquecesse o Plano de Combate ao Desmatamento, e nós pudéssemos ter uma ação contínua, garantindo a execução do plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Obrigado, Sr. Flávio, V.Sa. cumpriu o tempo corretamente.

Convido o Presidente desta Comissão, Deputado Mendes Thame, para assumir a Presidência.

Passo a palavra à Deputada Thelma de Oliveira, Relatora *ad hoc*, para formular as questões.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Vou fazer, Dr. Flávio, as perguntas do Relator, Deputado Sarney Filho.

Sobre a reportagem da revista *Veja*, que saiu em 11/06, “O PT deu a senha para desmatar.” Segundo a mesma reportagem, para o transporte de madeira extraída ilegalmente do Pará, no caso denunciado, teria sido utilizado um adesivo com os dizeres: “oPTante do Plano Safra Legal 2004.”

Pelas informações obtidas reservadamente por esta CPI, V.Sa. teria participado diretamente das reuniões de negociação do plano.

O que V.Sa. tem a declarar sobre isso? O plano envolve algum tipo de flexibilização das exigências ambientais para as autorizações do desmate? Existe previsão de outras autorizações para exploração de lotes no Programa Safra Legal 2005?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Em primeiro lugar, eu não tive participação nenhuma nesse processo de negociação, em função de isso não ser uma atividade de competência legal da Diretoria de Proteção Ambiental, em primeiro lugar; em segundo, porque esse processo, já muito bem relatado aqui pelo



Presidente do IBAMA, em relação à sua flexibilização, foi baseado na Instrução Normativa nº 03, que não flexibiliza, mas simplifica os procedimentos de autorização de desmatamento em função de serem desmatamento até 3 hectares. Isso, portanto, tem um embasamento legal nessa Instrução Normativa. Eu desconheço agora, no momento, se há novas autorizações de desmatamento. Mas eu imagino que haja um processo de negociação, no sentido de dar prosseguimento àquilo que foi elaborado e desenvolvido entre o INCRA e o IBAMA, o setor madeireiro da região, e a FETAGRO e sindicatos de trabalhadores rurais da região. O importante, aqui, a ressaltar é que nós ficamos sabendo, através de denúncias anônimas, da existência desse adesivo em relação a, eventualmente, estar vinculado ao Safra Legal. Imediatamente, em janeiro deste ano, nós providenciamos uma investigação no âmbito da fiscalização, conseguimos identificar a existência desse adesivo. E fruto da operação que nós realizamos para coibir a exploração e o transporte ilegal dessa madeira na região de Altamira, Anapu e Pacajás, nós fizemos uma operação de fiscalização que resultou na apreensão de 37 mil, 875 e 530 metros cúbicos de madeira naquela região. Portanto, ato contínuo ao conhecimento desse eventual uso, para nós inadequado, irregular, nós desencadeamos uma operação de fiscalização na região.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, só para complementação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – V.Exa. está inscrito, vai...

O SR. DEPUTADO BABÁ – É sobre problema específico de data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Bom, a palavra está com a Relatora.

O SR. DEPUTADO BABÁ – É só período de data.

V.Sa. fala em janeiro, mas pelo que a gente sabe, as multas que o IBAMA veio implementar foi pós-morte da Irmã Dorothy, em fevereiro. Inclusive, eu tenho de posse documento que foi enviado pelo companheiro do IBAMA, vou repassar à Comissão não só isso aí, depois vou fazer uma intervenção. Mas a pergunta é se essas multas e a detecção do problema não foi após a morte de Irmã Dorothy?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não, como eu relatei antes, quando a denúncia anônima chegou ao IBAMA, mais ou menos no período de janeiro deste ano, foi quando nós, aqui em Brasília, ficamos sabendo que poderia estar havendo alguma irregularidade. Então, para que a gente pudesse desencadear



uma operação, nós destacamos 2 servidores da fiscalização para uma investigação precursora, que nós chamamos, que ocorreu durante janeiro e fevereiro. E a operação de fiscalização foi desencadeada a partir do dia 23 de março até 24 de abril, uma operação de 30 dias em toda a região. Portanto, foi após a morte da Irmão Dorothy, como fruto dessa investigação que se iniciou antes da morte da Irmão Dorothy.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Na audiência pública de 11/05/05 desta CPI, por ocasião dos depoimentos de V.Sa. e de Teófilo Pantoja de Vasconcelos, Chefe de Arrecadação do IBAMA na Gerência Executiva de Belém, Pará, foram entregues, por esta CPI, denúncias acerca da alteração ou supressão dos valores de multas no Sistema de Arrecadação do IBAMA, conforme cópias de Autos de Infração e de Memórias de Cálculo/Consultas de Débitos então apresentadas.

V.Sa. poderia detalhar que providências foram tomadas em relação a essas denúncias?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, foi aberta pela Coordenação de Processos Disciplinares uma série de investigações internas no âmbito da Coordenação-Geral de Arrecadação, que resultou na Portaria nº 846, de 1º de junho de 2005, publicada no Diário Oficial de 2002, que criou um grupo de trabalho para levantar possíveis irregularidades. Portanto, foram tomadas as medidas necessárias para que qualquer eventual irregularidade identificada seja corrigida. É importante ressaltar que, de acordo com a própria lei de crimes ambientais e o decreto que a regulamenta, há procedimento legal para que esses valores possam ser alterados, sejam para mais, sejam para menos, em função do processo de análise do que foi o Auto de Infração aplicado. Portanto, existe embasamento legal. Os valores não são definidos *a priori*. Eles podem, no final, após a análise técnica e jurídica, sofrerem correções.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Em pergunta dirigida a V.Sa., por ocasião da Audiência Pública desta CPI em 11/05, acerca da alteração dos valores das multas, questionado se esse tipo de expediente não estaria ocorrendo de maneira generalizada em outros escritórios do IBAMA, V.Sa. respondeu que “a princípio, não.” Após a divulgação da Operação Curupira e das denúncias veiculadas pela revista *Veja* esta semana, envolvendo os escritórios do Mato



Grosso, Rio Grande do Norte, Pará, V.Sa. continua acreditando que não há uma prática generalizada de alteração dos valores das multas nos sistemas de fiscalização e arrecadação de multas do IBAMA?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Quando nós falamos “a princípio, não” é em função de todo o embasamento legal que existe para que se possa definir, após um laudo técnico, o valor exato que a multa irá ter. Em princípio, porque esse é o trâmite legal. Agora, em função de eventuais desvios, nós também dissemos aqui não apenas que “a princípio, não”, mas que, em qualquer momento, todo e qualquer desvio, ou todo e qualquer ato irregular envolvendo alteração inadequada ou inadvertida, ou irregular de multa, uma vez identificado, será devidamente analisado por uma comissão disciplinar, por uma comissão interna, como consta hoje na Portaria nº 846, de junho de 2005.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal está cumprindo hoje o cronograma inicialmente previsto?

Eu queria acrescentar que o senhor colocou que têm 140 ações estratégicas, 49 operações, enfim, tudo aquilo. O orçamento para tudo isso, o senhor acha que esse orçamento que tem no IBAMA será suficiente para isso?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Não. Tanto não que, no ano passado, nós operamos o início do Plano de Combate ao Desmatamento com um crédito extraordinário, no valor de 42 milhões de reais. A partir de 2005, portanto, deste ano, foram inseridos no orçamento anual do IBAMA mais 55,3 milhões de reais para as ações no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia. Isso apenas para atividade do subgrupo de monitoramento e controle. Há um conjunto de outras atividades, como, por exemplo, criação de unidades de conservação, que só no ano passado, na Amazônia, criou 7,7 milhões de hectares de novas unidades de conservação. E, pela primeira vez, essas unidades de conservação, ao invés de serem criadas numa área distante, sem uma pressão antrópica, foram criadas, exatamente, onde a pressão hoje se dá, e, portanto, colocadas como uma barreira para o avanço do desmatamento. Há um conjunto de outras ações, portanto, que necessitam de ter recursos, porque os recursos, como foi colocado aqui pelo nobre Deputado Micheletto, não são ainda suficientes e precisam ainda serem repensados dentro de um planejamento estrutural maior do



País, não focando, exclusivamente, a questão ambiental dissociada de todos os investimentos que são feitos na área do desenvolvimento do País.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E o cronograma? O senhor acha, na sua avaliação, que está sendo cumprido inicialmente, conforme foi previsto?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, a maior dificuldade que nós temos para cumprimento do cronograma é não em relação apenas à existência de recursos ou não. Mas, muitas vezes, em função de como os recursos são liberados. Muitas vezes, há um intervalo entre o andamento das operações e a liberação dos recursos, porque esses recursos são limitados através de decreto e, portanto, há limites para empenho e pagamentos feitos de forma quadrimestral. Há uma necessidade, portanto, que é um problema estrutural que o IBAMA tem, de ajustarmos o cronograma de desembolso financeiro do IBAMA com o cronograma das operações de fiscalização em campo, porque é muito difícil você iniciar uma operação em campo e, por falta de recurso, você ter que retornar essa operação. Felizmente, nós ainda não tivemos essa situação este ano no IBAMA. As operações estão sendo desencadeadas. Nós estamos, como eu disse anteriormente, com 9 operações concluídas e já passando de 65 mil metros cúbicos de madeira apreendida.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Em resposta escrita a esta CPI, V.Sa. declarou que, com a extinção do Centro Estratégico de Controle a Crimes Ambientais – abre aspas –, “O acervo mobiliário e equipamentos foram transferidos para a Diretoria de Proteção e, quanto aos arquivos contendo as informações, nada foi encontrado pelos servidores encarregados de transferência.” Vem a pergunta do Deputado: como pode um órgão de inteligência, que trabalhou por vários meses no IBAMA, não ter deixado nenhum arquivo de informações? Não teria havido desídia do IBAMA quanto ao destino desse arquivo?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, como nós falamos, também, aqui anteriormente, preocupados com a necessidade de fundamentar as ações de campo, no âmbito do Plano de Controle ao Desmatamento da Amazônia, criamos o Grupo Especial de Investigação de Crimes Ambientais, para focar na ação relacionada a eventuais crimes ambientais. O centro que foi criado, o mobiliário e equipamentos foram de fato repassados para a Diretoria de Proteção Ambiental,



mas nós não recebemos, não temos nenhum dado do que foi feito com os arquivos. Esse elemento não nos foi repassado como parte de todo o equipamento repassado, na época, para a Diretoria de Proteção Ambiental. Portanto, o que temos hoje são investigações feitas em relação a crimes ambientais cometidos por infratores, por empreendimentos alheios à legislação ambiental.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A última pergunta, Sr. Presidente.

Segundo informação escrita, encaminhada por V.Sa. a esta CPI, o mogno doado à FASE, no ano de 2003, rendeu 4,75 milhões de reais, depositados no BASA a favor do Fundo Dema, sendo que seu saldo atual monta a 5,2 milhões de reais. Quanto coube às comunidades indígenas e quanto coube à madeireira Cikel?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, não tenho esse dado aqui comigo de quanto coube às comunidades indígenas e à Cikel, mas creio que há um equívoco na formulação da pergunta, porque o Fundo Dema não lida diretamente com as populações indígenas. Isso foi fruto de um outro lote, de um outro processo de doação feito com as comunidades indígenas Caiapó, no Estado do Pará. O que nós podemos, é ato contínuo aqui para ainda esta semana, é trazer informações mais detalhadas sobre quanto coube a cada uma das partes. O que sabemos é que há vários projetos sociais sendo desenvolvidos com aplicação desses recursos pelo Fundo Dema.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Respeitando a ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, peço para me antecipar porque tenho um problema a resolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Com a palavra o nobre Deputado Babá.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Quero tratar de dois problemas. Primeiro, fazer novamente uma denúncia e pedir, na verdade, a resposta do IBAMA. No ano passado, fiz um requerimento dirigido à direção do IBAMA, pedindo o esclarecimento do porquê uma multa que foi dada contra o ex-Senador Ademar Andrade por ter desmatado ilegalmente, inclusive há comprovações de filmes da



própria televisão filmou castanheiras, e tudo mais. A multa inicialmente foi de 270 mil, quando fiz a reclamação. Passado um tempo, tivemos acesso a dados do IBAMA e já tinha caído para 27 mil. E agora, a informação que temos é que sumiu. Estou pedindo essa informação, mas a informação que tive da Assessoria Parlamentar do IBAMA é que esse documento chegou ao IBAMA em março e que o IBAMA daqui remeteu para o IBAMA de Belém, pedindo informação, e que até agora não veio. Estamos em junho, certo? Porque, como essas devem haver outros problemas. Porque para mim interessa saber por que sumiu a multa de um ex-Senador da República. E, também, se era de 270 mil, por que depois apareceram 27 mil, coincidentemente um zero a menos e, depois, sumiu a multa? Estou reiterando o pedido, aqui no caso, porque não creio que você tenha essa resposta para dar agora, porque estou aguardando a resposta, e se tiver ótimo, mas oficialmente não foi remetido nada, porque tem que ser remetido à Câmara dos Deputados para ela me encaminhar, não é? Já entrei em contato um dia desses com a direção do IBAMA, comuniquei o fato, mas até agora não obtive resposta.

E uma outra pergunta: se é possível identificar o funcionário, no caso dessas multas, quando são registradas? Se é possível haver identificação do funcionário que, evidentemente, manipula ali com os dados que inserem a multa ou se há possibilidade de identificar alguém que possa depois retirar essa multa, que seja identificado. Esse é um ponto.

Agora, vou fazer breve relato porque preciso e vou repassar a esta Comissão o que saiu na revista *Veja*. Quando nós fomos em uma Comissão de Parlamentares a Anapu, em um ato ecumênico, que estava nesta comitiva o Senador Suplicy, o Governador do Acre, a Senadora Ana Júlia, eu, o Deputado Adão Preto — não me lembro todos — João Alfredo. E, quando sobrevoávamos a região, avião pequeno, tanto em Altamira quanto em Anapu, chamou-me atenção, inclusive falei com um companheiro que estava ao meu lado, a quantidade mas muito grande de desmatamento naquela região — vocês viram a foto da *Veja*, quem teve a oportunidade de ver a foto da *Veja*, que ela é apenas uma das áreas. É como se vocês vissem aquelas áreas repetidas em quantidade no seio da floresta — e, quando passavam por cima das serrarias, as serrarias entulhadas de madeira. E isso foi em fevereiro, depois da morte da irmã Dorothy. E o companheiro Amarildo Formentini, que hoje está na Comissão de Direitos Humanos, foi do IBAMA, e, na



verdade, na época do Fernando Henrique Cardoso. Um dos motivos de sua demissão do IBAMA foi justamente porque multou Ademir Andrade. Ele está presente aqui. Teve ações importantes inclusive dele na região, foi afastado do IBAMA e, felizmente, agora, conseguiu trabalho, depois de um bom tempo. Está na Comissão de Direitos Humanos. E o Amarildo foi nesta comissão. Quanto chegou lá, vieram nos receber, algumas cabines duplas, e o Amarildo disse: *“Babá, eu conheço aquele cidadão. Aquele cidadão é madeireiro, é ligado a madeireiro. Eu conheço da época que eu fiz fiscalização aqui”*. Quando voltaram do aeroporto, esse cidadão, o Amarildo veio no mesmo carro que ele, porque distribuiu-se em vários carros, e aí ele resolveu fazer, na verdade, contar uma história que eu vou repetir depois a vocês aqui, e o Amarildo, como estava de viagem, disse: olha, liga para Brasília. E o Amarildo, para tomar precaução, gravou esta falação com este senhor, que é do SINDFLORESTA. O CD já deve estar aí, e eu vou repassar uma das gravações que está comigo. E o que ele conta da história? Quando houve a ocupação da BR-163, por onde entram os sojeiros, os destruidores da floresta, para plantar soja, para grilar terra, para... aí, segundo ele, os donos de serraria, junto com os trabalhadores, que obviamente das serrarias, com medo do desemprego e tudo mais, junto com agricultores da região e a FETAGRI decidiram ocupar a rodovia e que, nessa ocupação da rodovia, havia um tumulto e tudo mais. E aí, para negociar, foi representante do IBAMA, inclusive de Brasília. E na primeira fita que é repassada esse cidadão diz que, no caso desse acordo, um dos participantes seria você. Se não é, não é o problema. Mas é o que ele fala, estou relatando o que ele fala. E que desse acordo surgiu, na verdade, a decisão que seria dada autorizações de desmatamento de 3 hectares cada, porque parece-me que havia uma lei que garantiria isso aí. E justamente para isso, como havia necessidade de trabalho de campo, os madeireiros teriam repassado à FETAGRI, para ela contratar 30 homens, queriam fazer o papel do Estado, mas queriam entrar nas áreas para tomar os dados, trazer para os funcionários do INCRA e que os funcionários do INCRA promoveriam essa autorização de desmatamento que, segundo ele, foram 3 mil — falando dados que ele falou —, 3 mil autorizações, que dariam mais ou menos 90 mil hectares. Pois bem, e desse processo, segundo ele, o Partido dos Trabalhadores da região, e que em uma das fitas ele diz que estavam na negociação o Deputado Zé Geraldo, o Deputado Estadual Airton Faleiros, do PT, fizeram acordos com



madeireiros também para o financiamento de campanha — correto? —, e que, como na verdade não havia ATPFs suficientes, porque legalmente não tinha como consegui-las através do IBAMA, se bolou o bendito adesivo, do qual temos uma cópia, um real, o adesivo real que foi retirado de um carro, e esse cidadão nos enviou, de uma das empresas, e que é justamente... O título é aquele que saiu na *Veja*, um adesivo deste tamanho, assim, em letras verdes de fundo branco: “Empresa oPTtante” — com PT grande — “Safrá Legal 2004” e o nome, associação dos madeireiros e nome da empresa. E justamente esses adesivos eram utilizados para suprir a falta da ATPF, para dar o passe livre das madeiras que saíam da floresta para chegar à madeiras. E aí, como se diz no popular: arrepiaram.

Então, na verdade essa situação passou acontecendo durante todo o período de 2004 e me parece que entrou por 2005. Mas em 2004, com certeza absoluta, aconteceu. E foi aí justamente que a quantidade de madeiras que saiu foi estrondosa. E estava indo tudo tão bem para os madeireiros, como também para o PT na região, porque dizem que o financiamento não foi apenas..., não saiu financiamentos para o PT da região... Nós estamos sondando que houve dinheiro dessa campanha para outras candidaturas do PT no Pará e vamos investigar isso. Uma coisa é certa: que foram para a Prefeitura de Medicilândia, onde foi eleita a esposa do Deputado Zé Geraldo, para Anapu e Pacajá, para os candidatos do PT. Correto?

O problema é que o jogo acabou, infelizmente, pela morte, pelo assassinato da Irmã Dorothy. Porque como aconteceu uma comoção mundial, o Presidente Lula teve que mandar o Exército, a Polícia Federal e funcionários do IBAMA de outros Estados para justamente fazer a vistoria nas autorizações e nas madeiras, porque o escândalo era muito grande. E aí obviamente quebrou o jogo; obviamente os madeireiros ficaram indignados e um deles resolveu abrir o jogo, que é o que está nessa *Veja* e o que está nessa fita.

Então, o que acontece? Nós temos também um documento que ele nos enviou, do IBAMA, do dia 21 de fevereiro, já a equipe que foi pós..., eu imagino que seja *post mortem* de Irmã Dorothy, demonstrando que eles pegaram... Assim, como eram muitos, eles pegaram blocos para analisar e, por exemplo, era cerca de 80 a 90% fraudados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputado Babá, só para concluir.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Já concluirei.

As autorizações não condiziam com a realidade. Ou áreas que não tinham madeira já há muito tempo ou já tinham cortado madeira acima do percentual de 20%. Ou seja, cerca de 80 a 90%. São documentos do próprio IBAMA, de 21 de fevereiro deste ano. Isso é de uma gravidade muito grande e queremos que esta Comissão investigue. Vamos entregar isso também para a Polícia Federal e para o Ministério Público, mas já como V.Sa. está aqui representando o IBAMA, gostaria de ter pelo menos alguns esclarecimentos dessa ação segunda e o que o IBAMA está fazendo com relação ao que aconteceu. Porque eu estou encaminhando para o INCRA também porque o INCRA, ao saber..., está investigando a situação do INCRA local porque é algo que, para nós, nos preocupa bastante porque foram... Segundo ele — pode ter havido exagero nisso aí — só em Anapu cerca de 100 mil metros cúbicos de madeira e, no total, poderia chegar a 200 mil metros cúbicos de madeira. Porque vocês podem ter detectado uma parte quando foram, mas o problema é que muitas dessas madeiras já tinham sido serradas e tinham saído da área justamente em todo o período de 2004. Por isso justifica-se nós vermos essa grande degradação ambiental, infelizmente, neste caso, a serviço de financiamento de campanha e, o que é pior, do próprio PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sr. Flávio.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Em relação à primeira questão, é importante a gente frisar: a multa aplicada ao Senador Ademir Andrade não sumiu, ela continua tramitando dentro do IBAMA, através das suas instâncias. O que houve em relação à multa é que inicialmente foi aplicada para uma área de 180 hectares desmatados e queimados. Posteriormente, quando o Senador entra com um recurso, se identifica que ele tem a licença para o desmatamento e queima de 115 hectares. Portanto, o valor da multa foi corrigido em função dessa diferença da primeira multa aplicada de 180 para a diferença entre 180 e 115 hectares. E ela foi..., nós fizemos o encaminhamento para a gerência de Belém, eles estão agora na fase final para que essa multa possa ser..., dar a tramitação. O Senador entrou com um novo recurso e, hoje, o valor dessa multa, em função das correções, está em R\$134.813,00. Portanto, ela continua dentro dos trâmites que o IBAMA permite de



tramitação com apresentação de recursos, tramitando dentro da casa. Ela não sumiu, ela não desapareceu.

Com relação à questão...

O SR. DEPUTADO BABÁ – E por que não se encaminha essas informações para a Câmara dos Deputados, que estamos desde março solicitando?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Já foi encaminhado através de um ofício do gabinete da Presidência do IBAMA ao nobre Deputado, a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Quando?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Foi agora.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Para mim não chegou nada.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É, foi agora que ela foi encaminhada. Foi agora. Ela foi encaminhada agora, em junho. Mas, enfim, é importante ressaltar que a multa não desapareceu, ela não sumiu, ela... Com relação à segunda questão, é claro que é possível a gente identificar o funcionário que faz o processo todo de lançamento da multa. É possível se fazer uma investigação, caso haja essa necessidade, para se ver se houve alguma irregularidade. Não há problema em se fazer essa investigação. Eu acho importante aqui a menção que o Deputado faz com relação à questão do desmatamento. É um tema que vem sendo tratado em diversas gestões da área ambiental federal e que apresenta uma questão crônica. É importante que o senhor tenha sobrevoado a região e visto o que significa o avanço do desmatamento. É importante também ressaltar que aquela região de Anapu, de Altamira, de Pacajá é hoje, dentro do macro zoneamento ecológico-econômico feito pelo Governo do Estado, uma área consolidada. Portanto, o que nos preocupa muito também é aquele desmatamento que está sendo feito hoje em novas frentes e que não são aquelas frentes tradicionais do desmatamento, que nós conhecemos como o arco do desmatamento. Eu queria ressaltar que eu estive em Altamira, na crise gerada pela questão da suspensão dos planos de manejo, em 2003, justamente para encontrar soluções que poderiam derivar em caminhos alternativos para o acesso ao recurso florestal dentro de projetos de assentamento. Mas em momento algum eu participei de qualquer negociação ou tenho informação de participação de qualquer servidor, até o presente momento, envolvendo a fabricação desse adesivo chamado "Empresa OPTante da Safra Legal 2004". O que nós procuramos foi encontrar caminhos baseados na legislação ambiental, e especificamente na



Instrução Normativa nº 03, de 2002, que permite a flexibilização, a simplificação de processos para desmatamentos de até 3 hectares. E eu queria também ressaltar um aspecto que, por falta de maior divulgação nos meios de comunicação, como foi muito bem dito aqui em relação aos objetivos que a revista *Veja* cumpre — foi dito pelo Senador, me parece, Rosinha, Deputado Rosinha —, todo esse trabalho que hoje o IBAMA está fazendo não pode..., ele não tem, primeiro, o caráter pirotécnico de fazer ações exemplares, de chamar a atenção da mídia de um dia para o outro. Esse processo de elaboração do plano de prevenção e controle ao desmatamento vem sendo elaborado, formulado desde 2003, pelo decreto presidencial de 3 de julho de 2003. E não há interesse nenhum, não há como eixo, não há como concepção dessa atual gestão se fazer ações pontuais de fiscalização que possam eventualmente apreender 10, 20, 30 mil metros cúbicos de madeira. Há uma necessidade de se pensar a ação do plano de forma estrutural, pensando no fortalecimento da instituição. Como eu falei anteriormente, não se investe 12,3 milhões de reais no IBAMA, lá na ponta, para que o IBAMA possa funcionar dentro dessas dificuldades estruturais que nós conhecemos que o IBAMA vive há 15 anos. Não se faz uma capacitação, como nós fizemos no ano passado, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, os fiscais auditores do Ministério do Trabalho, os próprios servidores do IBAMA e o sistema SIPAM, coordenado pela Casa Civil, onde nós passamos procedimentos de fiscalização ambiental para os auditores do trabalho e para a Polícia Rodoviária Federal poderem ajudar, de forma integrada, as ações de fiscalização do plano, da mesma forma como eles passaram informações sobre fiscalização de cargas em rodovias e a fiscalização trabalhista. O plano prevê, ele tem uma concepção que é a necessidade de você estruturar o IBAMA de forma permanente na região e não fazer ações pontuais e isoladas, como historicamente o IBAMA sempre fez. Todo esse conjunto de ações... Como eu relatei aqui são 149 ações estratégicas. Elas foram definidas ao longo de 2003, e o plano foi lançado em março de 2004. Infelizmente, por questões orçamentárias... O recurso chegou ao IBAMA no dia 4 de julho de 2004. Portanto, as ações do plano na taxa anual do desmatamento de 2004 não se fizeram sentir. Porque o desmatamento anual da Amazônia é medido de agosto a agosto e o recurso chegou efetivamente no ano passado, ao IBAMA, em julho de 2004. Portanto, dentro de um processo estruturante e não de ações pontuais pirotécnicas, nós estamos trabalhando e



acreditando que... O fato de nós termos saltado em 83% de 2002 para 2004 o número de autos de infração aplicados só na Amazônia, saltando de 3.555 para 6.500 autos de infração, mostra que há uma convergência. E mais. Nós reduzimos percentualmente o valor total das multas aplicadas e aumentamos em 41% esse valor total de multas. Por quê? A ação, hoje, é coordenada para grandes desmatamentos, sejam eles em terras públicas griladas ou em terras particulares, onde ocorrem o grande desmatamento. Saltamos o valor da multa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sr. Flávio, conclua, por favor.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – De 2002, que era de 368 milhões de reais, subiu em 2004 para 548 milhões de reais. Foi um aumento de 41% no valor total das multas aplicadas. Quer dizer, esse esforço não se faz com as ações tradicionais que o IBAMA vinha fazendo. É um conjunto de ações. E nós podemos dizer que hoje o plano não é um plano do IBAMA, é um plano de governo, com a participação de 13 Ministérios coordenados pela Casa Civil. Então, há uma mudança de enfoque, há uma mudança de visão de como desencadear ações de fiscalização e monitoramento dentro da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Para réplica, o Deputado Babá.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, não me sinto satisfeito porque é o seguinte, eu fiz uma pergunta justamente da negociação que houve. Porque a informação que tem é que foi funcionário de fora do IBAMA e não só os de lá de dentro. Tanto é que ele cita o seu nome como parte do acordo lá da BR. Se eu não me engano, foi final de 2003, início de 2004. Ele fala mais ou menos no inverno. E o inverno no Pará é entre final de 2003 e início de 2004. É o período do inverno. Ele fala no inverno. Então, aconteceu nessa situação aí. E, a partir daí, justamente houve uma quantidade enorme, segundo ele, de autorizações de desmatamento de 3 hectares cada que o próprio IBAMA posteriormente... E aí eu não diria que foi uma ação pirotécnica, mas foi após a morte da Irmã Dorothy que foram designados funcionários de fora do IBAMA e da Polícia Federal e do próprio Exército para a região. Tanto é que as multas saíram agora, correto, pelo que você falou ainda há pouco. A maioria das multas daquela região, a detecção das madeiras...

O que estou querendo colocar aqui é que o IBAMA... Eu quero um esclarecimento. Como aconteceu esse fato do adesivo, está certo? Se havia... Eu



sei que são poucos, obviamente, funcionários do IBAMA, e aí não quero de forma nenhuma aqui... Ressalto a questão da maioria dos funcionários do IBAMA..., técnicos de excelente qualidade. Quero colocar aqui... Mas o problema é que, naquela região especificamente, pelo que parece, não foi feita fiscalização nenhuma durante o ano inteiro. Se foi, muito pouco autuaram. Eu até gostaria de ver o esclarecimento de 2004 daquela região, porque, evidentemente, pelo que ele colocava, como não havia as ATPFs, o que funcionou mesmo foi o adesivo nos carros, que era justamente a senha. Tanto é que ele coloca no próprio... que os carros também desses madeireiros foram usados, durante a campanha dos candidatos do PT, não apenas para transportar madeira, mas para transportar..., fazer parte da campanha.

O que me chama a atenção nesse processo é que, se tinham funcionários do IBAMA e do INCRA daquela região, será que não havia possibilidade nenhuma de detectar, por mais que houvesse poucos funcionários, que aquelas serrarias, que estão inclusive bem próximas do centro da cidade, ali de Altamira ou de Anapu... porque elas não estão lá no centro da mata, estão mais próximas do centro urbano. Como é que não se pôde detectar que aquelas madeiras estavam sendo derrubadas e adentrando na serraria?

É esse o questionamento que faço, porque eu sei que quando o IBAMA foi para lá... E também eu acho que vocês ampliaram a fiscalização. Não estou tirando os méritos desse trabalho. Pelo contrário, acho que tem sido importante — correto? —, mas só que, naquela região, há um buraco negro que precisa ser explicado, porque evidentemente essa situação não pode ficar da forma que está. É esse esclarecimento que pediria a você: por que, nesse período de 2004, durante o período eleitoral, não foi feita uma fiscalização vigorosa naquela região, não com pirotecnia, mas como fiscalização mesmo, que seria necessária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sr. Flávio.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Bom, rapidamente, o IBAMA, desde 2003, desde quando assumimos a gestão do IBAMA, nós estamos presentes de forma permanente na região envolvendo Altamira, Anapu, Pacajá. E foram feitas — eu não tenho aqui comigo em mãos — um conjunto de operações que até então não se havia feito na região, em 2003 e 2004. Eu poderia passar, no decorrer da semana, o detalhamento dessas operações e no que ela resultou. Portanto, a



informação que o senhor tem em relação à não-existência de operações de fiscalização na região não corresponde ao que foi realizado pelo IBAMA nesses 2 anos e meio de gestão.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Só um minutinho. Em 2003 houve. Tanto houve que os madeireiros fizeram protesto, porque naquelas serrarias inúmeras começou a faltar madeira. Portanto, em 2003, houve ação vigorosa. Eu acho que do IBAMA inclusive.

O problema que eu estou falando é 2004. O que eu quero abordar é 2004, porque em 2004 a quantidade de madeira que entrou e que estava inclusive até a morte da Irmã Dorothy em pátios e serrarias era algo estrondoso, porque eu vi, no sobrevôo, algo assim assustador, inclusive da quantidade de madeira.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Eu relatei aqui, anteriormente à sua chegada no plenário, que, exatamente em função dessas denúncias que chegaram ao IBAMA com relação a possíveis irregularidades — que estão sendo apuradas, continuam sendo investigadas —, nós desencadeamos as operações não em função da morte da Irmã Dorothy, mas em função de um planejamento detalhado, que foi objeto de uma reunião no dia 8 de fevereiro, em Belém, com todos os gerentes, chefes de fiscalização nos escritórios regionais do IBAMA, e que, portanto, em 2004... Inclusive é importante ressaltar aqui a primeira autorização de desmatamento feita com relação ao acordo Safra Legal, envolvendo o INCRA, junto aos projetos de assentamento (IBAMA, FETAGRI, AMAPA), a primeira autorização de desmatamento saiu em outubro. Então, ela não saiu ao longo de todo o ano de 2004. E nós estamos fazendo esse levantamento, tanto no escritório de Altamira, quanto na gerência em Santarém, e estaremos com essas informações disponíveis para que possam checar. Inclusive é importante ressaltar que, fruto dessa operação, foram apreendidas 37.850 metros cúbicos de madeira em Anapu, nessa operação, que durou um mês, de março a abril deste ano. E grande parte, ou uma parte significativa, que está sendo agora levantada, fruto desse acordo legal, com base na Instrução Normativa nº 03, foi emitida a ATPF — me parece que 780 e poucas ATPFs. Esse levantamento ainda está para ser concluído, mas existe uma parte dessa madeira, portanto, que foi transportada com ATPFs. Existe outra parte que foi identificada e que foi apreendida, na ordem de mais de 37 mil metros cúbicos de madeira. Então, houve uma ação, ato contínuo à informação de que havia alguma



irregularidade desencadeado a operação. Agora, é importante que se frise aqui nesta CPI: essa operação foi desencadeada em função de todo um planejamento, de todo um trabalho árduo que está sendo feito de caráter estruturante no IBAMA, e não em função exclusivamente da morte da Irmã Dorothy.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputado Babá, só uma questão. Acho que é o terceiro depoente do dia de hoje. Algumas das questões já foram faladas pelos dois anteriores. Como V.Exa. não estava, fica difícil a gente ter que ficar escutando aquilo que já foi dito anteriormente.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Não, mas o que estou querendo colocar não é... A questão da multa do Senador Ademir Andrade é só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu quero fazer o seguinte encaminhamento. Eu quero que V.Exa. encaminhe a esta Comissão os documentos que tem. Tem um requerimento aqui para votar que é para convidar, para convocar um dos empresários da região. Vamos investigar essa questão da denúncia da questão do PT e das eleições. Então, já há um requerimento desta Comissão. O tema é que está repetindo. Nós estamos desde ...

O SR. DEPUTADO BABÁ – Mas isso não é repetição, é mais esclarecimento, porque a informação que a gente tem é que a multa do Senador Ademir Andrade, a redução que houve antes foi antes de ele entrar em qualquer recurso. Ela já foi reduzida antes do recurso. Essa foi a informação que nos chegou. Portanto, depois, sim, pode ter havido recurso dele, mas a redução, a primeira que houve foi mesmo sem haver recurso.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Essa informação eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu solicito ao Sr. Flávio que encaminhe a esta Comissão essa questão da multa do Ademir Andrade até no máximo em 7 dias, esclarecendo essa questão por último levantada pelo Deputado Babá.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Eu estou encaminhando aqui uma cópia do ofício que foi encaminhado ao Deputado Babá. Nela já constam os dados em relação à multa aplicada ao Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – É, só tem essa questão última para ser esclarecida.



Seguindo a ordem de inscrição, eu passo a palavra ao Presidente desta Comissão, Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Flávio, o senhor afirmou que os recursos para aprimorar, melhorar a fiscalização só chegaram em meados do ano passado, portanto, a melhoria no sistema não se refletiu nos dados estatísticos — muito negativos — do ano de 2004. Ou seja, eles só tiveram influência na segunda metade do ano. Por isso é que chegou a um índice tão alto de 26 mil quilômetros quadrados.

Na sua avaliação, este ano, estes primeiros 6 meses, estamos com menos de 13 mil quilômetros quadrados desmatados?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Eu não entendi o final da pergunta. Com quantos?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Menos da metade do que foi o ano passado?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Não, eu não teria hoje, no momento, condições de precisar a dimensão do desmatamento até a presente data. O fato é que nós temos segurança em afirmar que, em função desses investimentos, em função de um planejamento detalhado, que foi elaborado no âmbito das operações de fiscalização integrada para o ano de 2005, é possível se imaginar uma sensível redução na taxa de desmatamento anual que será a de 2005. Nós estamos trabalhando arduamente para que isso possa ocorrer. Só para se ter idéia, no âmbito do plano, nós estamos hoje com 78 fiscais trazidos de outras regiões da Amazônia para o Mato Grosso, com mais 47 fiscais de outras regiões no Estado do Pará, e estamos também com... não lembro exatamente o número, mas com um número razoável de fiscais hoje, de uma equipe trabalhando na base operativa de Extrema, no Estado de Rondônia, mas vinculada à gerência de Rio Branco, em parceria com a gerência de Manaus, na operação do sul do Amazonas. Portanto, como nós nos antecipamos em relação ao ano passado em relação ao desmatamento deste ano, há fortes indícios de que nós possamos reduzir sensivelmente essa taxa para o ano de 2005.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A segunda pergunta é a seguinte: o senhor afirmou que foram apreendidos 33 mil metros cúbicos de madeira.



O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É 37.850.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Metros cúbicos de madeira. Essa madeira será doada a alguma ONG?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Ela pode ser doada e existe uma instrução e um decreto que regulamentam os procedimentos para a doação. Para isso, é necessário que haja um pedido formal à gerência vinculada, onde essa madeira está alocada, que, no caso, é a gerência de Santarém. A gerência tem uma comissão de doação composta por membros do IBAMA que poderão analisar o pedido e, dentro daquela definição dos critérios e dos procedimentos no âmbito da instrução e do decreto, eventualmente, proceder a futuras doações.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A decisão é descentralizada, não passa por nenhum órgão a nível de diretoria. Quer dizer, o gerente regional, lá na ponta, tem o poder de doar?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É, ele tem o poder de doar, mas com base naquilo que a Comissão de doação encaminha para ele. Eventualmente, caso ele tenha algum questionamento a fazer, isso pode ser encaminhado para a direção nacional do IBAMA.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Mesmo depois de todo esse questionamento a respeito da doação à FASE, posteriormente a transferência, a Madeireira Cikel, o senhor continua sendo um defensor dessa sistemática de doação de madeira apreendida?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Sem dúvida. Acreditamos que a doação é muito mais eficaz e evita que essa madeira possa retornar para eventuais infratores que exploraram a madeira ilegalmente. Quanto em relação à questão da doação para a FASE, ela foi muito bem esclarecida e analisada como correta pelo Tribunal de Contas da União, em parecer exarado por esse Tribunal.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – O senhor pode encaminhar cópia dessa análise do Tribunal a esta Comissão?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Sem dúvida. Assim poderemos fazer.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A avaliação que nós temos é diametralmente oposta a de V.Exa. Nós temos achado que entregar essa madeira para uma ONG, posteriormente, ela passar por uma madeireira como



a Cikel, uma empresa com um passado já tão tenebroso, de tantas dúvidas, não está até..., não pode nem operar, está registrada no CADIN, já foi multada pelo IBAMA. Tem, portanto, uma vida pregressa bastante questionável. Nós achamos que é isso que mais estimula justamente o esquentamento da madeira.

Agora, o sistema anterior, em que a madeira era leiloada, não era um sistema melhor que poderia, pelo menos, acarretar recursos para o aparelhamento, para o fortalecimento do IBAMA?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – O IBAMA vem trabalhando com outros instrumentos que possam aprimorar a arrecadação de recursos, como a compensação ambiental e outros mecanismos que possam complementar o orçamento anual do IBAMA. No entanto, com relação à doação de madeiras, ela é um mecanismo que, em si, não inibe, não impede que qualquer representante de uma madeireira, eventualmente, que teve a sua carga apreendida, possa dar um lance e recuperar essa madeira portanto, apreendida. Com relação à Cikel, assim como outras madeireiras, temos clareza de que foi uma madeireira que já foi autuada, já foi multada pelo IBAMA, mas em função de uma série de medidas corretivas aplicadas pelo IBAMA ao longo dos últimos anos, essa madeireira, a nosso ver, conseguiu mudar os seus procedimentos internos e hoje é uma das poucas madeireiras certificadas pelo selo de maior respeitabilidade internacional de certificação ambiental, que é o FSC.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Na sua avaliação, o sistema de ATPF é o melhor?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É o sistema que hoje nós temos e, como foi dito anteriormente aqui na Comissão, ele vem passando por um processo de aprimoramento no âmbito da conclusão do SISPROF, como um sistema que irá gerar um módulo de maior controle e rigor para o transporte, para a exploração e transporte de produtos florestais.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Qual a estimativa do cronograma para que se alcance minimamente isso que o senhor está defendendo?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Parece-me que até o final do ano, no mais tarde no final do ano, esse módulo de controle estará pronto. Ele já vem sendo discutido e está em fase quase que final de conclusão, de elaboração.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A última pergunta é a respeito de uma apreensão de 190 caixas de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus. Há suspeitas de envolvimento de servidores do IBAMA?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Que tenha chegado a mim alguma informação nesse sentido, eu desconheço, mas podemos fazer a devida averiguação. Se houver mais elementos que possam nos ajudar, inclusive, para que possamos identificar eventuais irregularidades, serão bem-vindos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Agradecemos ao Sr. Flávio Montiel da Rocha e o dispensamos, porém, com a recomendação de os documentos solicitados nos serem enviados, aqueles que ficaram pendentes, no prazo de 5 dias.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Os documentos serão encaminhados. E eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sete dias, aliás.

Solicito aos Srs. Parlamentares que permaneçam porque há apreciação de requerimentos. Consultamos a nossa assessoria, há número legal para isso e vamos fazer essa apreciação.

Requerimento nº 87/05, da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita sejam convidados os Srs. Frederico Guilherme de Moura Miller, ex-secretário do Meio Ambiente e ex-Presidente da Fundação do Meio Ambiente, para prestar esclarecimento acerca dos fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

Com a palavra, caso deseje usá-la, a Deputada Thelma de Oliveira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.



Requerimento nº 88/05, da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita sejam convocados os Srs. Elvis Cleber Portela e Nivaldo do Carmo Silva, despachantes envolvidos na operação Curupira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O Requerimento nº 89/05, adiado *ex-officio*. Se ninguém se opuser, em função da ausência do Deputado Hamilton Casara, não tendo oposição, nós faremos a votação. Solicita sejam realizadas diligências e investigações de audiências públicas nos Municípios de Humaitá, Inhamundá e Manicoré, no Estado do Amazonas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 90/05, também do Deputado Hamilton Casara, solicita sejam realizadas diligências de investigações de audiência pública nos Municípios de Santarém, Altamira, Anapu e região, no Estado do Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 91/05, do Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocados, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre os fatos relacionados ao campo de investigação da CPI, os Srs. Ademar Pereira de Medeiros, técnico administrativo do IBAMA-Brasília, Sólon Fagundes,



gerente-executivo do IBAMA-Natal, Felipe Carmene Arruda Câmara, técnico administrativo do IBAMA-Natal e Nelson Rezende, gerente do Centro de Especialidade de Informática do IBAMA.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 92/05, do Sr. Sarney Filho, que requer providências ao IBAMA, bem como cópia do processo disciplinar que especifica.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Como o último requerimento é de minha autoria, passo a Presidência à Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Requerimento nº 93/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer sejam convocados a prestar depoimento os Srs. Amauri de Oliveira Nunes, ex-associado da ACT e Manoel Messias da Silva, prestador de serviços para madeiras do Estado do Pará.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha para encaminhar.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Agradecendo a presença aos senhores convidados, às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, assessores e demais presentes, declaro encerrada a reunião, antes,



convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no próximo dia 21 de junho, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 12.

Está encerrada a presente reunião.